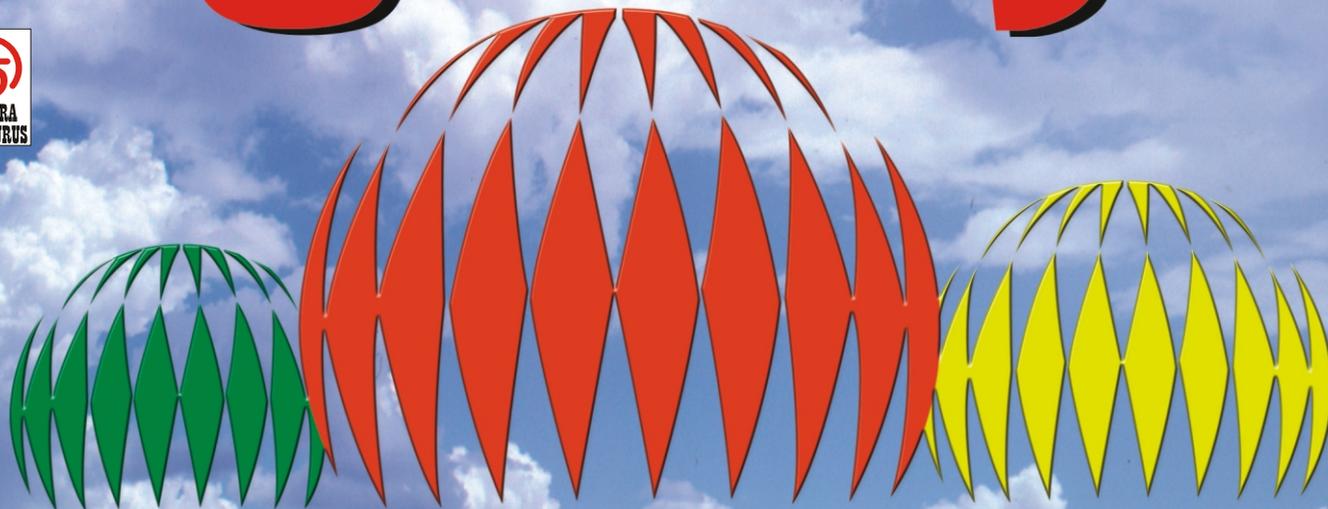


O BRASIL AGRÍCOLA

AGOSTO/2003 - Nº 656 - ANO 59 - R\$ 7,50 - www.agranja.com

agranja



Expointer 2003

- **A força da agricultura familiar**
- **NPK: entenda um pouco mais**
- **A vantagem de ser um “sem-terra”**



O SEGREDO DE QUEM FAZ



Roberto Rodrigues,
ministro da Agricultura

**“Minha expectativa de que
o Congresso libere os transgênicos”**



12 REPORTAGEM

A força da agricultura familiar

Família Lorenzatto, de
Águas de Chapecó/SC

Leandro Mittmann



A Granja

22 NPK

Entenda a sua
importância



A Granja

26 BIOTERRORISMO

A Lei do medo



Divulgação

30 ARRENDAMENTO

Quando vale a pena
ser um "sem-terra"



Divulgação

40 RONDÔNIA

Nova fronteira
agrícola



A Granja

48 ALGODÃO

Alto rendimento no
oeste da Bahia



A Granja

52 EXPOINTER 2003

De cara nova

SEÇÕES

4 O Segredo de Quem Faz

7 Aconteceu

8 Aqui Está a Solução

10 Cartas, Fax, E-mails

11 Eduardo Almeida Reis

58 Revista Chacra

60 Pastagens

63 Plantio Direto

66 Agribusiness

70 Flash

72 Novidades no Mercado

74 Ponto de Vista

ANÚNCIO



A liberação do plantio de transgênicos, uma nova lei para o setor cooperativista, uma reforma agrária para quem sabe plantar. Esses fatos ainda não fazem parte do cenário agrícola nacional, mas se depender do ministro da Agricultura,

Roberto Rodrigues, muita coisa pode mudar. Currículo para isso não lhe falta. Com passagens pela OCB e Abag e tantas outras entidades ligadas ao setor, o ministro deixa bem claro que sua missão no governo Lula é arregaçar as mangas e levar o Brasil à condição de país de Primeiro Mundo, pelas “asas do agronegócio”. Para chegar lá, defende a reforma de leis e procedimentos que ainda são obstáculos para a não tão distante modernização total do campo brasileiro

Tudo pela **MODERNIZAÇÃO** do campo

Luciana Radicione

A Granja — Qual será a posição do governo em relação ao produtor que arriscar plantar soja transgênica na próxima safra?

Roberto Rodrigues — Está sendo enviado um projeto de lei com regime de urgência à Câmara Federal para regulamentar a matéria. O governo espera, com isso, que o Congresso consiga votar o assunto até o final de setembro, de tal maneira que as coisas fiquem liberadas até este prazo, permitindo ao produtor fazer a produção dentro da lei.

A Granja — O que diz esse projeto de lei?

Rodrigues — O governo vai enviar, não posso dizer, pois não seria ético. Mas adianto que é um projeto de lei que irá regulamentar as funções da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e vai definir a posição da biotecnologia. Mas, na verdade, quem vai decidir é o Congresso. E o governo tem claro que vai acatar esta decisão.

A Granja — Seja qual for...

Rodrigues — Seja qual for. A decisão do presidente da República e do governo como um todo é acatar o que for aprovado. A expectativa que eu tenho é de que o Congresso libere o plantio de transgênicos e termine com qualquer dúvida a respeito do assunto. Esta é a minha expectativa.

A Granja — E caso ocorra o contrário, o governo tem estrutura para controlar o plantio de lavouras transgênicas em todo o País?

Rodrigues — O governo não tem estrutura para controlar tudo, mas vai fazer o possível para controlar, até porque o governo não pode fingir que existe uma questão legal não sendo cumprida. Não vamos tapar os olhos, vamos usar os instrumentos que dispomos, que não são os suficientes, mas que algumas coisas permitirão.

A Granja — A discussão tomou o rumo político, em vez de científico?

Rodrigues — Exatamente, os grupos de pressão que são contrários à transgenia produzem um efeito de caráter emocional sobre a população, e a desinformação em relação ao assunto acaba levando a sociedade a tomar posições, sem conhecer profundamente a questão. E aí a confusão se instala. O governo está trabalhando nesta direção, fazendo vários eventos sob o comando do Ipea, no Congresso e nos diferentes ministérios, para trazer à luz a questão científica. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu a exposição feita pela Embrapa para ele

mesmo ter clareza sobre o processo científico. O rumo da discussão será embasado pela questão científica.

A Granja — No mês de junho saiu publicado na imprensa a informação que menos de 2% do orçamento autorizado à Embrapa havia sido aplicado. O senhor confirma?

Rodrigues — Isso não é verdade. Até mesmo o Ministério da Agricultura conseguiu da Presidência da República uma atuação fantástica: descontenciou inteiramente todos os nossos recursos, tanto para pesquisa como para defesa sanitária.

A Granja — Como está o desempenho do setor de pesquisa no Brasil, seja público, seja privado?

Rodrigues — A nossa situação é muito precária. Temos um percentual do PIB aplicado em pesquisa muito menor do que o dos países desenvolvidos. O nosso é em torno de 1,5% do PIB e nos países desenvolvidos, superior a 2,5%. Por outro lado, o PIB desses países é muito maior do que o nosso.

O governo vai acatar a decisão que o Congresso tomar em relação aos transgênicos no Brasil

Além de estarmos, do ponto de vista relativo, inferiorizados por causa do menor percentual investido, o número absoluto (PIB) é infinitamente menor. E eles já estão na nossa frente em termos tecnológicos e, como investimos muito menos em pesquisa, é lógico que o abismo aumenta.

A Granja — Mas profissionais capacitados o País tem?

Rodrigues — Sim, estamos investindo, formando gente cada vez mais. O que nos falta é recursos. Por isso que apelei, no Congresso do Abag, para a criação de um fundo privado de desenvolvimento tecnológico, com recurso do setor privado e gerido por ele, para ser investido em pesquisa pública. O setor privado colocaria dinheiro na Embrapa, no setor agrônomico, em órgãos de pesquisa federais, estaduais e até municipais, para aumentar a verba, na medida em que os recursos públicos estão cada vez mais escassos.

A Granja — O senhor propôs algum percentual para a criação desse fundo?

Rodrigues — Propus, por exemplo, que no caso das cooperativas, 50% do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social (Fates), que corresponde a 5% da sobrelíquida de uma cooperativa, fosse destinado a

um fundo de pesquisa. E sugeri às empresas de agribusiness que 1% do seu lucro bruto fosse também utilizado nessa área.

A Granja — Nesse mesmo Congresso da Abag, comentando sobre reforma agrária, o senhor disse que uma reforma agrária capitalista é possível de ser realizada no Brasil. O que significa isso?

Rodrigues — É não fazer a reforma agrária com a simples distribuição de terras e deixar o pessoal com a enxada virando terra. Aí esse pessoal morrerá de fome. O mundo mudou, o Brasil mudou e o campo brasileiro mudou. A gente falava em reforma agrária nos anos de 1960, 1970, porque uma boa parte do campo brasileiro era atrasada. Reforma agrária era um instrumento importante naquele período. Hoje, o campo brasileiro é moderníssimo. Nos últimos 13 anos a área plantada no Brasil cresceu 15% e a produção, 107%. O setor incorporou tecnologia, é competitivo, eficiente, gera hoje 37% de todos os empregos do País, 41% das exportações, tem um saldo comercial de US\$ 24 bilhões nos últimos 12 meses. É o setor que

está sustentando o desenvolvimento brasileiro. Falar hoje em reforma agrária porque o campo é atrasado é um atraso. O discurso está superado. A exclusão social, porém, que foi produzida pela modernização no campo, e que é uma coisa natural em qualquer país, deveria ter sido compensada pela abertura de postos de trabalho na cidade. Mas o setor urbano não conseguiu fazer isso. Há uma exclusão social no campo que exige, sim, uma reforma agrária para compensar esses prejuízos sofridos pelos excluídos. Mas é preciso dar aos futuros assentados condições de desenvolvimento, para que eles não sejam uns miseráveis no campo. A proposta hoje do cooperativismo é a mesma que fiz em 1985 ao então governo Sarney. Era assim: o Incra desapropria uma área para reforma agrária e o sistema cooperativista identifica qual a cultura indicada para aquela área. Suponhamos que seja o algodão. Aí o sistema OCB procura a melhor cooperativa preexistente que trabalha com eficiência com o algodão. Essa cooperativa abre uma extensão de base na área desapropriada e, em convênio com o Incra, seleciona as pessoas que serão assentadas, com base em dados como vocação e capacidade técnica, etc., e não dar a terra para quem não tem competência. Esse trabalho é importante por vários motivos. Primeiro porque o assentado é profissional, se-

gundo, porque ele entra debaixo de um guarda-chuva que funciona, não terá de criar nada, pois já terá assistência técnica, crédito, armazenagem para colocar a produção, que será comercializada para a cooperativa. Enfim, uma série de vantagens. É bom para a cooperativa, pois ela vai aumentar o seu poder de barganha no mercado. A maior vantagem é para o Estado, pois não terá de construir armazéns, estradas, contratar agrônomos, pois a cooperativa fará tudo isso, com crédito do governo. Toda a sociedade sairá ganhando, pois é um projeto que dá certo, que não é de caráter paternalista. Isso é um pro-

dios às exportações. Não acredito, porém, em mudanças significativas nas políticas de apoio interno de cada país, em função da estagnação econômica. Acho que vai haver muita dificuldade em se avançar na questão do acesso a mercados, via cotas, tarifas.

A Granja — Sobre a Alca, o Brasil tem mais a ganhar ou a perder?

Rodrigues — Tem mais a ganhar se o nome Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) for respeitado. Agora, os Estados Unidos colocaram uma contribuição negativa para esse aspecto, na medida em que não

Falar hoje em reforma agrária porque o campo é atrasado é um atraso. O campo é moderníssimo

yecto capitalista de reforma agrária. E eu propus também que o setor privado cuidasse de desenvolver um projeto de reforma agrária que desse consistência à atividade produtiva e não miséria.

A Granja — E qual a sua opinião sobre o processo de reforma agrária hoje no Brasil e o direito à propriedade?

Rodrigues — Eu defendo rigorosamente que a reforma agrária e qualquer outra atividade desenvolvida sejam feitas sob o império da lei. Precisamos do Estado de Direito, pois a alternativa a isso é a barbárie. E a barbárie leva à desgraça, à falência da democracia e do bem-estar social. É preciso que tudo seja feito sob o império da lei.

A Granja — Em relação ao comércio internacional, a curto prazo é possível que as distorções comerciais que prejudicam o Brasil podem ser resolvidas?

Rodrigues — A curto prazo não, pois há uma crise econômica mundial, em que os únicos países que estão crescendo são a China e a Índia, que têm grande mercado interno, mas o mundo todo vive um momento de estagnação econômica. Isso força os países desenvolvidos a protegerem seus produtores. Isso é um fator inibidor de mudanças das políticas públicas e nas questões de comércio internacional que abram espaços para os países em desenvolvimento. Eu não tenho esperança de que haverá grandes aberturas. No entanto, uma tênue mudança na política agrícola comunitária na Europa, que ocorrerá só a partir de 2005, poderá ter um efeito político sobre o gigantesco tabuleiro xadrez das negociações agrícolas internacionais. Isso exige nas negociações da OMC em Cancún, no México, em setembro, alguma contraparte dos demais players. Eu acredito que algumas aberturas virão, como a queda dos subsí-

aceitam discutir na Alca as políticas de apoio interno aos seus agricultores, enquanto isso não for discutido na OMC. Ora, não querem discutir um assunto que é sensível para eles, acabam empurrando os demais países, como o Brasil, a também não querer discutir assuntos sensíveis para eles. O Brasil já disse que, se for assim, também não irá discutir a Lei de Patentes, etc. Isso transforma a Alca numa discussão menor.

A Granja — Em relação ao Mercosul, recentemente o setor industrial da Argentina solicitou ao governo daquele país um plano para conter a entrada de alguns produtos brasileiros, como algodão e carne suína. O que o governo vai fazer em relação a isso? Seria o caso de retaliações também?

Rodrigues — O caso exige negociação, pois o governo considera o Mercosul politicamente muito importante para o bloco e para nós mesmos. Porque hoje a questão de trabalhos em blocos é quase uma necessidade imperiosa dada a economia globalizada e, portanto, a fragilidade de defesa de países individualizados. Agora, o Mercosul ainda é um sonho do ponto de vista prático, pois até hoje não harmonizamos as nossas políticas macroeconômicas, não harmonizamos as políticas setoriais e não conseguimos fazer ainda uma ação comercial de mercados complementares. Na verdade, o que fazemos é disputar mercados. O produtor de soja argentino quer que o produtor de soja brasileiro não avance. E nós, a mesma coisa. Temos um discurso de bloco e harmonização, mas na verdade estamos concorrendo entre nós e disputando os mesmos mercados. Ou seja, não há claramente um bloco comercial e por isso afirmo que enquanto não houver a harmonização dos interesses por meio de políticas homogêneas nas áreas tributária, cam-

bial, fiscal, o Mercosul continuará sendo um sonho e o discurso, romântico. Este governo tem todo o interesse em trabalhar para eliminar esses obstáculos que nos separam.

A Granja — O governo criou há alguns dias um grupo de trabalho para modernizar o cooperativismo no Brasil. Como vai funcionar?

Rodrigues — Essa modernização passa necessariamente por uma legislação moderna, pois a lei do cooperativismo brasileiro é de 1971 e a realidade do setor hoje é completamente diferente. O Brasil mudou e a lei ficou obsoleta. Então a primeira coisa que se deve fazer é mudar a lei e aí existem algumas áreas que são fundamentais.

A Granja — Como o Ministério da Agricultura pretende resolver problemas estruturais da pasta, como transporte, seguro rural, armazenagem, entre outros?

Rodrigues — O seguro rural, anunciado no Plano Safra e ontem (24/07), o deputado Luiz Carlos Heinze, que é o relator do projeto, discutiu conosco a forma final do seu relatório e ele vai à discussão, em regime de urgência. Então a lei do seguro rural será aprovada ainda no mês de agosto. Eu espero que a lei seja regulamentada ainda em 2003, para que possamos ir implementando paulatinamente, o que será um grande avanço para o setor. Na área dos transportes, enviamos ao Ministério dos Transportes um mapa detalhando todas as estradas que são importantes para a agricultura, especificando a tonelagem que passa cada estrada e, portanto, definindo um nível de prioridade de atendimento. Sobre a armazenagem, dobramos os recursos do Proazen, que financia a compra de estruturas em nível de fazenda, com recursos da ordem de R\$ 450 milhões. Também estamos propondo ao BNDES um projeto para o financiamento de grandes armazéns, em áreas predefinidas, que funcionem como pulmões que possam ser alfandegados, a fim de reduzir a pressão sobre os portos.

A Granja — E até o final do governo, o que o senhor pretende ver realizado?

Rodrigues — Pretendo ver um País feliz, abastecido internamente, toda a população recebendo comida. Quero ver um País com direitos iguais a todos, inserido no Primeiro Mundo pelas asas do agronegócio – o setor mais produtivo do Brasil. Quero ver o País exportando, com saldo comercial de US\$ 35 bilhões. E em vez de produzir 120 milhões de toneladas de grãos, quero ver este País produzindo 150 milhões de toneladas de grãos. Quero renda no campo, bem-estar social, paz e justiça no campo. ■

Empreguismo, a grande corrupção legal

Pois, o Brasil desde o tempo do Império convive com a praga do empreguismo, que nem a República, nem a ditadura de Getúlio Vargas nem o regime de exceção dos militares conseguiram eliminar. Parece tratar-se de um componente genético inerente à conduta daqueles que dirigem o País.

Nada é mais pernicioso do que a corrupção legal por meio do empreguismo, que contamina todo o nosso tecido social, exigindo que o Brasil seja campeão dos impostos, quase que unicamente para pagar o salário de servidores públicos, pouco sobrando para investimentos.

Este comentário vem a propósito da caixa preta que foi aberta pelo Ministério da Agricultura.

Fotografia de hoje: 23 mil funcionários e 29 mil aposentados.

Não ousamos dizer que são 23 mil funcionários ativos. Pois, os ativos são poucos. A maioria dos chamados ativos apenas comparece à repartição para ler jornal, usar telefones, ocupar mesas, servir-se de cafezinho, bater papo e complicar a vida de quem produz.

A pergunta que cabe: dá para se conviver eternamente com uma situação dessas?

Poderá o Ministério da Agricultura ser operante diante deste quadro?

Quanto custa para o contribuinte toda esta inoperância?

Haverá algum vislumbre de reforma neste imenso latifúndio burocrático?

Sem biotecnologia não vamos alimentar a população urbana no mundo

Vejamos alguns dados levantados pela ONU:

1. O mundo abriga 6,2 bilhões de pessoas.

2. A cada dia, 160 mil pessoas abandonam as áreas rurais e rumam para as cidades.

3. Os 50 países menos desenvolvidos do mundo vão triplicar a população até 2050, somando 1,88 bilhão de pessoas.

4. A taxa anual de crescimento global está em 1,3%, o que representa 77 milhões de pessoas a mais.

Juros baixos

Fala-se muito nos juros baixos. Mas há que se considerar que a carga de impostos para sustentar uma “nomenclatura” preguiçosa é uma barreira muito mais impeditiva do crescimento.

É bom lembrar que a inflação é cruel

Sim, é bom lembrar que o combate sistemático à inflação se constitui no principal instrumento de pagamento da dívida social e a melhor ferramenta para a redistribuição de renda.

A realidade do campo

Com as melhores intenções o governo Castello Branco, em 1966, promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural. Burocraticamente, atirou no que viu e a bala criou uma novidade: o “bóia-fria”.

Ou seja, gol contra. A famigerada Constituinte de 1988 de tantos erros e frustrações aumentou a exclusão quando eliminou a diferenciação entre salários rurais e urbanos.

Quem é o maior latifundiário improdutivo do Brasil?

Ora, quem possui 11% do território brasileiro. Mas, quem cara pálida, é este portentoso senhor?

O índio, companheiro, o índio. Pelo último recenseamento da Funai são 387 mil.

No Brasil, o problema não é a falta de terra, mas sim o excesso de gente no campo

Segundo os dados levantados pela Comissão Européia, o retrato da população rural na Europa é o seguin-

te, em percentuais:

Grécia – 17%

Portugal – 12,7%

Irlanda – 8,6%

Espanha – 7,4%

Finlândia – 6,4%

Áustria – 6,2%

Itália – 5,4%

França – 4,3%

Dinamarca – 3,3%

Holanda – 3,2%

Suécia – 3,0%

Alemanha – 2,9%

Bélgica – 2,4%

Luxemburgo – 1,7%

Grã-Bretanha – 1,6%

Estes números, é claro, seriam ainda muito menores caso não houvesse uma política de enorme subsídios agrícolas, cujo único objetivo é evitar um êxodo urbano ainda maior.

Conheça o MST legal

Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA): Miguel Rosseto.

Assessor Especial do MDA: Carlos Mário Guedes de Guedes.

Chefe de Gabinete do Ministro (MDA): Luis Felipe Nelsis.

Secretário-Executivo do MDA: Guilherme Cassel.

Secretário de Agricultura Familiar do MDA: Alceu Bianchini.

Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA: José Humberto Oliveira.

Secretário de Reestruturação Fundiária: Conolly Peixoto.

Presidente da Conab: Luis Carlos Guedes Pinto (fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária – Abra).

Presidente do Incra: o geógrafo mineiro Marcelo Resende.

E a maioria das 29 Superintendências Regionais (estaduais) do Incra. Ainda há companheiros declarados do MST no Ministério da Educação, Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Corregedoria Geral da União, entre outros. Com inegável competência, o MST criou uma rede de aliados não apenas no MDA e no Incra, como também em diversos postos-chave do governo federal, formando um tentacular latifúndio burocrático. ■

Sorgo de coadjuvante a **PROTAGONISTA**

“Sou estudante de agronomia e estou fazendo uma pesquisa para saber como anda a produção de sorgo no País, bem como as suas principais utilizações na indústria. Será que vocês podem me ajudar?”

Antônio Albuquerque
Cascavel/PR

R — Caro Antônio, a área cultivada com sorgo no Brasil teve uma expansão expressiva a partir do início da década de 1990. A área plantada, por exemplo, que em 1992 somava 169 mil hectares, contabilizou 502 mil hectares em 2001, segundo levantamento feito pela Conab. Já a produção saiu de 294 mil toneladas, para 896 mil toneladas no mesmo período analisado. Enquanto o Centro-Oeste é a principal região de cultivo de sorgo grânifero, Rio Grande do Sul e Minas Gerais lideram na área de sorgo forrageiro.

De acordo com informações da Embrapa Milho e Sorgo, o sorgo grânifero é cultivado basicamente sob três sistemas de produção no Brasil: no Rio Grande do Sul planta-se sorgo na primavera e colhe-se no outono. Já no Brasil Central a semeadura é feita em sucessão às culturas de verão, principalmente a soja. No Nordeste, por sua vez, a cultura é plantada na estação das chuvas.

Em sorgo forrageiro, o sistema de cultivo fica concentrado nos períodos de verão-outono, sendo que a maior parte da produção ainda é voltada para a confecção de silagem.

Quanto ao mercado, os



A Granja

maiores consumidores de sorgo do Brasil são a avicultura e a suinocultura. A silagem de sorgo e o pastejo são utilizados para rebanho de corte e de leite.

O interesse da agroindústria de carnes é que a participação dessa cultura cresce cada vez mais na dieta de monogástricos. Estima-se que a produção de grãos de sorgo poderá ser elevada até 5 milhões de toneladas nesta década, sem risco de excesso de oferta, uma vez que o balanço demanda/oferta de milho está ajustado. O sorgo, portanto, passa a assumir um papel cada vez mais estratégico para a consolidação de uma política de exportação de milho, sob a forma direta ou agregada em carnes de aves e suínos.

2010, Brasil como **POTÊNCIA** agrícola?

“Estamos elaborando um material interno para a Agromarau Indústria e Comércio Ltda., sobre a expectativa da safra de grãos para os próximos anos. Gostaríamos de saber se vocês possuem material que possa me auxiliar.guardo o retorno e desde já agradeço a atenção.”

Kely Cristina Facchini Bortoli
kely@gsibrasil.ind.br

R — Prezada leitora, o 1º Congresso Brasileiro de Agribusiness, realizado pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) em 2002, estabeleceu uma série de metas de crescimento para o agronegócio brasileiro até o ano de 2010. O Cenário Meta Brasil projeta

uma produção de grãos de 142 milhões ao final da década, contando com um crescimento anual de 4,1% sobre a produção de 2001 (98,4 milhões de toneladas). Nesse cenário, o consumo interno chegaria a 118 milhões de toneladas, crescendo 3,3% ao ano. Já as exportações de grãos atingiriam 30,4 milhões de toneladas, sendo que as importações ficariam em 11,8 milhões de toneladas – principalmente de trigo, com 8,5 milhões. Levando em conta que a produção deste ano deverá ser de 115,2 milhões de toneladas, 19,1% superior do que a obtida na safra 2001/2002, é possível que esta meta seja atingida antes do tempo.

FÓRUM de cafeicultores

“Tenho uma fazenda de café em Guaxupé/MG e gostaria de conversar com produtores de outros Estados do Brasil para trocar idéias sobre tecnologias para melhorar a qualidade do meu produto e mercado para cafés de qualidade. A quem devo recorrer?”

Mariano da Silva
Guaxupé/MG

R — Mariano, um bom local para trocar informações e fazer um bom networking é o Clube do Café Illy, que você pode contatar pelo telefone (11) 5090-3010 ou acessar pelo site: www.clubeilly.com.br



A Granja



A Granja

Agricultura de **PRECISÃO**, tecnologia do presente

“Estou na dúvida se vale a pena investir em ferramentas equipadas com agricultura de precisão. Quais são os principais usos e quais as vantagens que posso obter?”

Cláudio Henrique Costa

Aquidauana/MS

R — *Prezado Cláudio, conforme as palavras do professor titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFMS), Enio Gioto, a agricultura de precisão é uma ferramenta cada vez mais acessível e presente no*

campo. Por um lado, existem vários centros atuando em pesquisa e desenvolvimento, como a Fundação ABC, a Esalq/USP e a própria UFMS. Por outro, a disciplina já faz parte dos currículos das faculdades de Agronomia, ao contrário de anos anteriores, quando era exclusividade dos cursos de pós-graduação.

Prova disso é que, para utilizar essa tecnologia, o agricultor precisa apenas do equipamento de GPS, um software e de um computa-

dor, desembolso que não chega a R\$ 3 mil. No sistema, é possível fazer os mapas de fertilidade do solo e de colheita. No primeiro caso, mostras de solo de cada talhão da propriedade são analisadas em laboratório. Depois, esses dados vão ser inseridos no computador e o software dará as coordenadas para a plantadeira para que o adubo seja aplicado de forma variável, conforme as necessidades de nutrientes de cada talhão. “O equipamento loca-

liza espacialmente a distribuição dos nutrientes no solo”, explica Gioto.

O Projeto Aquarius, que marca a parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFMS) e empresas, indicou uma melhoria na rentabilidade entre 10% e 15% a favor da tecnologia. Os mapas de colheita, por sua vez, têm a condição de detectar onde houve variação de produtividade nos talhões, para que nos anos seguintes as distorções sejam corrigidas.

Santa Catarina, Estado **ISOLADO**

“Se for comprar um touro, como devo fazer, qual caminho devo seguir se a minha propriedade fica em Santa Catarina?”

Alim Pedro Rizzi

alim@coletivoitajai.com.br

R — *Prezado Alim, desde a última constatação dos casos de febre aftosa no Rio Grande do Sul, em 2002, ficou proibido o envio de animais em pé e carne com osso ao*

Estado de Santa Catarina, por ser o único a manter o status de livre de febre aftosa sem vacinação no País. Tal impedimento perdura até hoje e é estendido a outros Estados da Federação. Isso tem afetado a variabilidade genética da pecuária de leite e corte de Santa Catarina. Mas ainda existe a possibilidade da importação de sêmen e embriões, o que possibilita então realizar um choque de sangue em seu rebanho. Nesse caso, você deve entrar em contato com uma associação de seu interesse ou criador.

A PIRATARIA em foco

Prezados amigos, em nome das empresas que compõem o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), gostaria de cumprimentar editores e repórteres que produziram a matéria de capa da revista, edição de julho 2003 ("Pirataria S/A"). A **Granja** trouxe uma grande contribuição ao agronegócio nacional ao abordar com precisão a questão da pirataria de agrotóxicos no campo.



José Roberto Da Ros

Engenheiro Agrônomo – Presidente do Sindag
São Paulo/SP

Em tempos de pirataria, muito oportuna a reportagem da capa da última edição (julho/2003), que tratou de maneira isenta os prejuízos e riscos que a falsificação de produtos para a agricultura podem causar no bolso do agricultor e na saúde da lavoura. Pena mesmo é que no Brasil ainda não há uma estatística sobre o volume de produtos pirateados e os reais prejuízos em dinheiro. Só assim os agricultores teriam condições de saber onde estão colocando a mão.

Valter Hugo dos Santos

Campinas/SP



Diretor-Presidente
Hugo Hoffmann

O BRASIL AGRÍCOLA
agranja

MATRIZ
Av. Getúlio Vargas, 1.526
CEP 90150-004 – São Paulo – RS
Fone/Fax: (51) 3233-1822
E-mail: mail@agranja.com
Home page: www.agranja.com

SUCURSAL SÃO PAULO
Praça da República, 473 – 10º andar
CEP 01045-001 – São Paulo – SP
Fone/Fax: (11) 3331-0488/(11) 3331-0686
E-mail: mailsp@agranja.com
Home page: www.agranja.com

GERENTES-EXECUTIVOS
Eduardo Hoffmann
Gustavo Hoffmann

REDAÇÃO
Editora
Luciana Radicione
Chefe de reportagem
Glauco Menegheti
Reportagem
Alexandre Franco dos Santos e
Leandro Mariani Mittmann
Colaboradores desta edição
Almir Rebelo
Revisão
Jô Santucci
Editoração
Jair Marmet e Carlos Iglesias
Secretária da redação
Karine Morosoli Benites

CIRCULAÇÃO
Amália Severino Bueno

ASSINATURA EXTERNA
Raquel Marcos

COMERCIALIZAÇÃO
São Paulo – José Geraldo Silvani Caetano (gerente) e Rodrigo Martelletti (contato)
Porto Alegre – Maria Cristina Centeno (gerente RS/SC)

REPRESENTANTES
Rio de Janeiro – Lobato Propaganda e Marketing Ltda. – Rua Visconde de Figueiredo, 22/403 – Tijuca – CEP 20550-050 – Rio de Janeiro – RJ – fone: (21) 2565-6111 – fone/fax: (21) 2565-6113 – celular: (21) 9432-4490
e-mail: sidney_lobato@terra.com.br
Minas Gerais – José Maria Neves
Rua Dr. Juvenal dos Santos, 222
conj. 105 – Luxemburgo – CEP 30380-530
Belo Horizonte – MG – fone/fax: (31) 3297-8194 – fone: (31) 3344-9100
celular: (31) 9993-0066
e-mail: jmneves@uai.com.br
Brasília – Armazém de Comunicação, Publicidade e Representações Ltda.
SCS – Quadra 1 – Bloco K – Ed. Denasa 13º andar – sala 1.301 – CEP 70398-900
Brasília – DF – fone/fax: (61) 321-3440
celular: (61) 9618-1134 – e-mail: armazem@armazemdecomunicacao.com.br

Convênio editorial: Chacra (Argentina)

A Granja é uma publicação da Editora Centaurus, registrada no DCDP sob nº 088, p. 209/73. Redação, Publicidade, Correspondência e Distribuição:
Av. Getúlio Vargas, 1.526
CEP 90150-004 – Porto Alegre – RS
fone/fax: (51) 3233-1822
Exemplar atrasado: R\$ 8,00

O mercado de SEMENTES

A Agro-Sol Sementes gostaria de cumprimentar o repórter Glauco Menegheti pela ótima matéria, onde dentro das demais, a que tratou do tema sementes, editada na edição de julho da revista **A Granja**. Além de elucidativo, o assunto foi abordado com muita clareza.

José Francisco Vieira Martins

Agrônomo da Agro-Sol Sementes

A tecnologia do ENSAQUE

Gostaria de parabenizar a equipe pelo excelente trabalho realizado e veiculado na edição de junho sobre os sistemas de ensacamento de sementes de soja. Recebemos de alguns clientes comentários positivos que vieram concretizar o nosso pensamento sobre este trabalho.

Atenciosamente

Clélio Tonelli Filho

Gerente comercial da Haver & Boecker

A OPÇÃO pelo pulverizador

Sou produtor rural no Paraná e gostaria de mostrar minha satisfação com a reportagem sobre pulverizadores publicada na última edição (julho). Há alguns meses buscava informações sobre o modelo de máquina mais indicado para a minha atividade (sou produtor de milho e soja). Mas

por meio da revista **A Granja** agora já tenho condições de optar pelo modelo mais adequado às minhas necessidades e ao meu bolso. Muito obrigado!

João Paulo Menezes

Campo Mourão/PR



Fotos: A Granja

Notícias do mundo

ANIMAL

Itanhomi, “campinho de pedra”, é um dos 853 municípios mineiros. Fica próximo a Caratinga, terra do Ruy Castro e da Miriam Leitão, no Vale do Rio Doce. Em Itanhomi, dia 30 de dezembro de 1999, o lavrador Onofre Alves Ferreira matou um tatu a tiros de cartucheira. Logo adiante, aproveitou a embalagem e matou o também lavrador Lourival de Souza Ribeiro.

Submetido a júri popular, Onofre foi condenado a 81 meses de cadeia, 72 meses pela morte de Lourival e nove meses por biocídio (matar animal silvestre) do tatu. Parece que foi a primeira vez no Brasil que um Tribunal do Júri condenou alguém por biocídio, que Houaiss define como “destruição das espécies, aniquilamento da vida; genocídio”. Somadas as penas pelas duas mortes, o tatu representou 11% do total. Donde se conclui que o finado Lourival de Souza Ribeiro, na opinião dos jurados, vale pouco mais que um tatu.

No mesmo dia em que li a notícia do Vale do Rio Doce, outro jornal publicava matéria de Charles Laurence, do Daily Telegraph, sobre a desfortuna do casal Kristine e Patrick Ryan, pais de Samanta, de 2 aninhos. Os Ryan mudaram-se para o subúrbio de West Milford, em Nova Jersey, distante de Manhattan uma hora de ônibus.

Quando se mudaram para West Milford, os Ryan pensavam na qualidade de vida que poderiam proporcionar à filha Samanta: ar puro, silêncio rural, água de mina – essas coisas que nos encantam. E me encantaram na década de 1970, quando criei minhas filhas sem estradas, telefone e luz elétrica, no alto das Serras do Estado do Rio.

Acontece que em West Milford, a uma hora de ônibus do centro da cidade de Nova York, regidos pelas mesmas leis que protegem nossos tatus, há mais de mil ursos negros vivendo na mata próxima da casa dos Ryan. Mamíferos carnívoros – *Ursus americanus* – de até 1,8

metro de comprimento e 270 kg de peso, os ursos-negros “perderam o medo dos seres humanos”, como diz o repórter do Daily Telegraph.

Kristine Ryan, intransigente defensora dos ursos, como boa ambientalista ianque, mudou de lado quando surpreendeu um animal em seu jardim, entre a porta da cozinha e o balanço onde Samanta brincava. Conseguiu espantá-lo aos berros, levando a menina para dentro de casa, mas pouco tempo depois outro imenso urso-negro rosnava e empurrava a porta da cozinha.

Este segundo urso, logo depois que Patrick chegou do trabalho, subiu os degraus da varanda e voltou a forçar a porta da cozinha. Patrick tentou afugentá-lo aos berros, mas acabou atirando no animal. Acusado de “atirar ilegalmente num urso”, deve ter ido a julgamento no último dia 17 de julho, correndo o risco de pagar multa de US\$ 300. E o prefeito de West Milford já não sabe o que fazer, porque a cidade está dividida entre amigos e inimigos dos *Ursus americanus*.

Nesse meio tempo, o Departamento de Proteção Ambiental de Nova Jersey autorizou a primeira caçada de ursos em mais de 30 anos, planejando conceder 10 mil licenças que devem resultar na caça de 500 ursos-negros na próxima temporada, que começa em dezembro.

Ainda bem que não temos ursos-negros por aqui. São animais que perdem o medo e ficam sem-vergonha, forçando as janelas dos carros para roubar comida nos estacionamento dos campings, ao contrário das onças, nossos maiores mamíferos carnívoros, sempre esquivas e cerimoniais.

Junto com as notícias do tatu e dos ursos, leio reportagem de Viviane Moreno, do jornal Hoje em Dia, sobre um dos últimos refúgios do miquiqui – *Brachyteles arachnoides*, E. Geoffroy,

1806 – primata ameaçado de extinção. Os miquiquis sobrevivem na Fazenda Montes Claros, de Feliciano Miguel Abdala, que há 50 anos resolveu proteger um pedaço da Mata Atlântica, transformada em estação biológica na década de 1970.

O miquiqui adulto chega a um metro de comprimento ou 1,5 metro computada a cauda. É o maior dos macacos da América do Sul e é, também, o mais sociável, educado e cooperativo dos primatas. Basta dizer que as fêmeas escolhem livremente seus parceiros, como nos contam Wrangham & Peterson, no livro “O Macho Demoníaco – As Origens da Agressividade Humana”, editado pela Objetiva.

Miquiquis acasalam-se diante de vários machos, em cópulas explícitas que duram, em média, de 6 a 18 minutos, respeitados pela assistência. No idioma indígena, miquiqui significa “gente vagarosa”. É possível encontrar até quatro machos sentados num galho, em fila, aguardando sua vez. Entre os miquiquis não existem machos-alfa, níveis sociais, relacionamentos de dominação, nem mesmo busca de status.

Na esperança de que os seus genes predominem sobre os dos outros machos do grupo, os miquiquis desenvolveram escrotos imensos e ejaculam quantidades espantosas, naquilo que os biólogos chamam de “competição de esperma”. Quando chega sua vez na fila, o máximo que o macho miquiqui faz, mesmo assim com muita educação, é retirar o excesso do sêmen ejaculado pela concorrência. E o grupo de macacos lá vai vivendo na maior cordialidade, sem assaltos, seqüestros, ladroeiros, invasões, aposentadorias de R\$ 53 mil, Executivo brigando com o Judiciário e o Legislativo. Melhor que isso: sem CPI do Banestado. ■

Somadas as penas pelas duas mortes, o tatu representou 11% do total. Donde se conclui que o finado Lourival de Souza Ribeiro, na opinião dos jurados, vale pouco mais que um tatu.

REPORTAGEM

O DESPERTAR



A Gramma



da agricultura familiar

A agricultura forjada exclusivamente pela mão-de-obra de casais e filhos e demais integrantes da família deixa de ser uma atividade relegada a segundo plano de importância e assume sua real condição: a de ser um dos suportes do agronegócio brasileiro.

Mas ainda são muitos os desafios

Texto e fotos: Leandro Mariani Mittmann

O Brasil e os brasileiros – até mesmo a mídia – enfim deram-se conta do poderio econômico e social de sua agropecuária. Afinal, o complexo agronegócio de forma isolada é responsável por cerca de um terço do PIB nacional e pelos sucessivos superávites na balança comercial, além de se constituir no setor que mais gera empregos. Sempre que se necessita ilustrar essa exuberância, porém, jornais, revistas, televisões, campanhas publicitárias e institucionais apelam para imagens de lavouras colossais, máquinas gigantes ou rebanhos de centenas de bois. Historicamente, raras foram as atenções dispensadas a um dos motores desta realidade, a agricultura familiar – aquela cuja propriedade rural é mantida exclusivamente pelos braços de integrantes da família, salvo contratações temporárias (como em tempos de colheita).

A displicência também foi cometida pelas sucessivas políticas agrícolas de governo, e até pela iniciativa privada, que jamais se preocupou em desenvolver, por exemplo, máquinas apropriadas para a realidade da lida diária da pequena pro-

priedade. Mas nos recentes anos surgiram indícios concretos que muita coisa está sendo alterada, mesmo que de forma gradativa. Ainda na gestão FHC foi estabelecida uma linha de crédito específica, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que chegou ao seu auge em volume de dinheiro disponível para financiamentos na safra 2003/2004: R\$ 5,4 bilhões, diante dos R\$ 4,2 bilhões da anterior.

Na mesma esfera, o governo criou um ministério especial, o de Desenvolvimento Agrário, para atender à demanda que não era contemplada à altura pelo Ministério da Agricultura. Além disso, governo e indústria estão unindo-se a fim de criar alternativas para o desenvolvimento de máquinas e implementos próprios para os pequenos. São apenas alguns exemplos dentre muitos outros de que a agricultura familiar está deixando a penumbra a que foi relegada por muito tempo, e passa, enfim, a ser valorizada como merece – com a sua devida importância, mas também com seus problemas, seus desafios, suas carências e seus equívocos.

Origem, conceitos — O termo “he-

terogêneo” é o que melhor define a agricultura familiar brasileira. São muitas as agriculturas familiares espalhadas pelo Brasil. Desde a mais evoluída na Região Sul, até a paupérrima e de subsistência no Norte e no Nordeste. A diversificação da exploração econômica da propriedade também é uma característica marcante. A denominação “agricultura familiar” surgiu no início dos anos de 1990. Até então, usava-se o termo “pequeno produtor”. “Eles não queriam mais ser chamados trabalhadores rurais, pois o termo passava a idéia de empregado agrícola. Da mesma forma, não eram empresários”, esclarece Sérgio Schneider, sociólogo do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

No campo político, articulações de entidades representativas de agricultores, como Contag e Fetag, reagiram à crise gerada pela abertura escancarada das fronteiras nacionais a produtos agrícolas promovida pelo governo Collor. A mobilização, conforme Schneider, deu-se especialmente nos chamados “Gritos da Terra”, eventos que reuniam milhares de



agricultores. Exigiram atenção diferente à dispensada ao grande produtor. Como o crédito era uma das reivindicações prioritárias para emergir de uma situação asfixiante, em 1994, FHC instituiu o Programa de Valorização da Pequena Agricultura (Provap), substituído no ano seguinte pelo Pronaf.

Na prática, a agricultura familiar também foi consequência da própria transformação da agricultura brasileira. Conforme o Centro-Oeste foi sendo desbravado, o perfil das lavouras foi mudando, cada vez maior em suas dimensões. Os agricultores sulistas que tomaram Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, entre outros, naturalmente adaptaram os seus sistemas de produção. Foram obrigados a apelar à mecanização para suprir a demanda do trabalho, enquanto os que ficaram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná tiveram de abrir mão da exploração de *commodities*, como a soja, por falta de competitividade. Não tinham como disputar em pequenas escalas com a oferta e o custo de produção no Cerrado.

Ainda segundo Schneider, que escreveu o livro “A Pluriatividade na Agricultura Familiar”, a idéia do agricultor fami-

liar é que o resultado de seu trabalho “esteja plenamente integrado aos mercados”. Ou não passará de uma mera exploração de subsistência. “Sua racionalidade é guiada pelo lucro capitalista”, sintetiza.

Mais escritório, menos lavoura — Nesta linha “capitalista”, portanto, cabe ao agricultor familiar adaptar-se à cruel competitividade do mercado. Um dos principais pesquisadores sobre o assunto, Antônio Buainain, professor do Instituto de Economia da Unicamp, de Campinas/SP, diagnostica que o produtor precisará submeter-se a algumas mudanças de conceitos. “O agricultor vai ter de se dedicar cada vez mais à gestão e afastar-se do trabalho de campo”, ressalta. “É a contradição”, reconhece. “Aqueles que não tiverem esta capacidade, vão dançar”, alerta. Nesse contexto, Buainain lembra que muito precisará ser feito no atacado, visto que apenas atitudes individuais não resolverão as dificuldades de hoje e as de amanhã. “Fala-se muito em soluções, sem saber o que estas receitas requerem.”

O professor faz uma avaliação pessimista ou pelo menos preocupante da agricultura familiar e de suas perspectivas, a partir das atuais circunstâncias. “Se não tiver uma política de desenvolvimen-

to para o meio rural, vai ter esvaziamento mesmo”, adverte, referindo-se ao filho do agricultor que abandona o campo pela cidade ou mesmo divide seu tempo entre a exploração da lavoura e um emprego – o chamado *part time*, uma tendência que vem crescendo, especialmente em municípios de regiões metropolitanas. “A família envelhece, vende a propriedade para o profissional liberal, que a transforma em sítio de final de semana”, descreve.

Crédito nos cofres — Acesso a crédito e à tecnologia são dois dos principais suportes para o agricultor familiar se profissionalizar e tornar



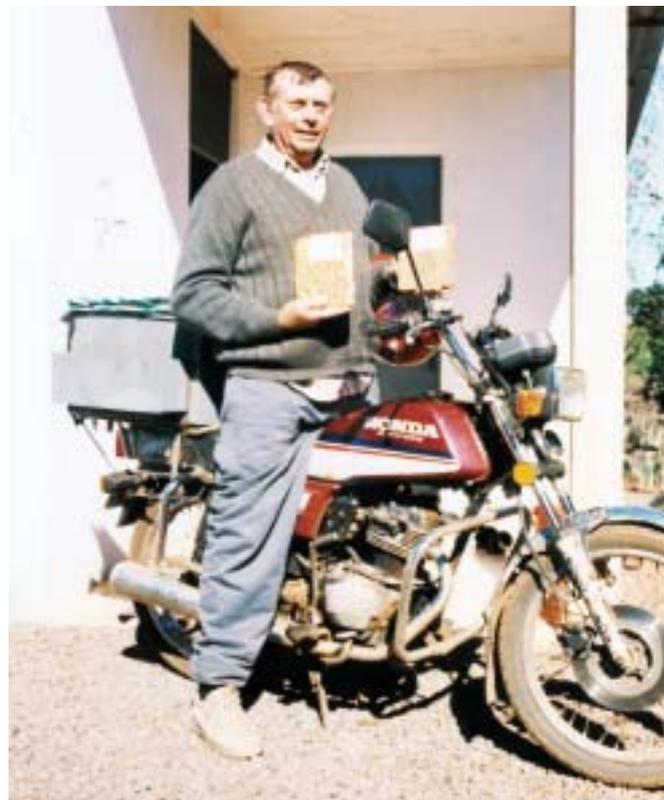
Segundo Miola, maquinário não responde à realidade da agricultura familiar no País

rentável a sua atividade. No entanto, dinheiro à disposição nos bancos não falta, mas o acesso aos recursos tem sido sempre muito complicado. Metade dos R\$ 4,2 bilhões disponibilizados na safra passada mofou nos cofres das agências bancárias em consequência de exigências inalcançáveis à maioria dos beneficiários.

Alexandre Arend, que mantém com os pais, em Tio Hugo/RS, dois aviários com capacidade para 28 mil frangos de corte, foi um deles. Ao necessitar de R\$ 20 mil para reformar os dois aviários, um banco público e outro cooperativo lhe fecharam as portas, já que ele estava saldando um financiamento securitizado. Arend conseguiu os recursos num banco privado, tendo a empresa a que é integrado como avalista. “Os bancos não liberaram o dinheiro, mesmo eu provando que tinha condições de pagar. E isso não ocorreu só na nossa família”, reclama.

Máquinas para os pequenos — No campo do acesso à tecnologia, há uma luz: para setembro será realizado no Rio Grande do Sul um seminário nacional envolvendo o governo e a iniciativa privada para estabelecer caminhos e alternativas para a mecanização da agricultura familiar. “O maquinário não responde à realidade da agricultura familiar”, argumenta Jéfersson Miola, delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Rio Grande do Sul. Conforme Miola, a idéia é discutir formas de projetar as máquinas ideais para este segmento, ou seja, robustas, acessíveis financeiramente e multifuncionais – para atender à diversidade de trabalhos da pequena propriedade.

União faz o lucro — Independentemente das previsões catastróficas ou das dificuldades cujas resoluções estão fora do alcance do agricultor, é claro que cabe



Família de Iraci Vitali apostou alto na industrialização de rapaduras e hoje já alcança um faturamento de até R\$ 36 mil por ano



A Granaia

Tecnologia e crédito são os dois principais suportes para promover a profissionalização dos pequenos

a ele defender-se das ameaças que o futuro poderá lhe impor. Unir-se pode ser uma estratégia interessante. Um grupo de 33 horticultores de São Carlos/SP passou anos competindo entre si, muitas vezes vendendo abaixo do preço de custo de produção para assegurar o cliente. Na verdade, nem ao menos tinham consciência da despesa para se produzir uma caixa de tomate, visto não anotarem o controle dos gastos. A partir da orientação de pesquisadores da Universidade de São Carlos foi criada uma associação de agricultores familiares.

“Acabou a competição entre eles”, diagnostica Hildo Meireles de Souza Filho, coordenador do projeto. “A comercialização individual era um problema gravíssimo. Cada um saía no seu carro. Agora eles ganharam escala.” Muitos não tinham nem conta bancária, e portanto viviam sem acesso a crédito para investimento, como para construir estufas, algo raro naquelas hortas. Ao se juntar, o grupo conquistou até credibilidade e influência, e a prefeitura local vai utilizar a produção na merenda escolar e disponibilizar um espaço exclusivo no mercado municipal. Por enquanto, apenas 11 dos 33 horticultores decidiram associar-se, mas Meireles prevê que o “efeito demonstração” atrairá outros.

Rapaduras boas de dinheiro — Agregar renda ao produto gerado na

propriedade, multiplicando seu valor de mercado, foi a única saída encontrada pela família Vitali, em Frederico Westphalen/RS. Tudo começou em 1996: alguns quilos de uma super safra de amendoim sem comprador foi transformada em 30 kg de rapadura na cozinha da casa, vendidos a R\$ 60, em apenas uma tarde, de porta em porta por Iraci Vitali. O sucesso despertou a idéia, e hoje ele, a esposa, dois filhos e a mulher de um deles vivem exclusivamente da industrialização de rapaduras. A agroindústria, ao custo de R\$ 25 mil, foi formalizada no ano passado numa sede própria.

Os Vitali plantam amendoim e cana-de-açúcar em 8 ha, que os transformam em 6 toneladas de rapadura por ano, vendidas de R\$ 2,50 a R\$ 3 a cada unidade de 500 gramas. São de R\$ 30 mil a 36 mil de faturamento, dos quais cerca de 35% é lucro líquido. Iraci, 66 anos, é o responsável pela distribuição, a bordo de uma moto 125 cilindradas, ano 1987. “O Brasil nasceu na pequena propriedade. Mas agora está tão difícil viver... Antigamente a gente colhia soja com a foicinha e usava boi”, observa ele as mudanças.

A empresa



Elias, do Cepaf, se preocupa em diversificar e agregar valor à atividade no campo

Rapaduras Vitali é uma das cinco em atividade no município, financiadas por recursos do Pronaf Agregar e criadas sob a orientação da Emater/RS – que oferece desde cursos de qualificação até apoio à comercialização. “A Emater pega a indústria do zero e a deixa funcionando”, resume o agrônomo Carlos Roberto Olczewski, orientador dos projetos pelo escritório local.

Seja grande, pequeno, patronal ou familiar, não interessa o perfil: todos são amplamente dependentes da pesquisa de novas técnicas e tecnologias. A Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (Epagri) reservou uma de suas oito unidades exclusivamente para a agricultura familiar, cravada no coração de uma região baseada na atividade, em Chapecó, oeste do Estado. O Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Cepaf) mobiliza 22 pesquisadores, que fazem experimentos em 90 ha próprios e em propriedades. “Temos uma demanda grande. A preocupação é diversificação e agregação de valor. Além de novas alternativas para o produtor rural manter-se na atividade”, destaca Haroldo Tavares Elias, chefe do Cepaf.

Norte e Nordeste, o fracasso — Ivandir Soares Campos, pesquisador da Embrapa Acre, sediada em Rio Branco, lista as características da agricultura familiar da Região Norte: predomina a subsistência, o baixo nível tecnológico e de poder aquisitivo e pouco conhecimento e formação. Conforme Campos, há 31 anos morando no Estado, falta tudo ao agricultor acreano, amazonense, amapense e rondonense. “A maioria é de subsistência: produz para o consumo próprio e vende o excedente”, descreve. Como o agricultor familiar produz com irrisória tecnologia, obtém baixas produtividades e com qualidade inferior, e os seus alimentos não têm vez no mercado. Até porque ele está isolado, com dificuldades de escoamento e comercialização.

Campos cita como raras ressalvas associações e cooperativas que exploram açaí, cupuaçu (fruta de polpa para a fabricação de cosméticos), castanha-do-pará e pupunha (matéria-prima do palmito). Os grupos recebem atenção dos governos federal e estadual para a construção de agroindústrias e de assistência técnica. Mas, como ele disse, são exceções. “Se não se associa a fim de criar uma agroindústria para agregar valor, não adianta”, deduz Campos. “Aqui ainda se tra-

balha na enxada”, ilustra o atraso tecnológico. “O grande erro chama-se falta de planejamento rural: o que plantar, como plantar... são perguntas antigas.”

No Nordeste, segundo Clóvis Guimarães, chefe adjunto de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Semi-Árido, de Petrolina/PE, salvo algumas iniciativas bem-sucedidas como pequenos fruticultores irrigantes no Vale do São Francisco, no restante da agricultura familiar “imperava a subsistência”. “O problema não é a tecnologia, pois eles não usam tecnologia”, conta. Guimarães explica que os créditos bancários são inacessíveis em razão da burocracia. Alguns bancos chegam a exigir a liberação de financiamentos à compra cadaçada de título de capitalização. “E acabaram com as instituições de assistência técnica”, complementa.

Um raio X — Talvez a primeira deficiência a ser enfrentada pela agricultura familiar no Brasil é a ausência de estatísticas que a desnudem. As mais recentes datam dos anos de 1995 e 1996, por ocasião do Censo Agropecuário do IBGE. Portanto, o levantamento de meados da década passada não demonstra todos os



Os Rauber vendem hortifrutigranjeiros diretamente em feiras e têm renda média mensal de R\$ 12 mil

efeitos do Plano Real, lançado em 1994. Pelos números daquele Censo, o Brasil tinha 4,139 milhões de estabelecimentos agrícolas familiares, contra 554 mil patronais (85,2% e 11,4%). A área total ocupada pelos primeiros era de 107 milhões

de hectares, e pelos segundos, de 240 milhões (30,5% e 67,9%). À época, o Valor Bruto de Produção (VBP) anual da agricultura familiar chegava a R\$ 18 bilhões (37,9%) e a patronal, a R\$ 29 bilhões (61%). O somatório de todos os percen-

Microtrator

Diesel - 18 cv

Visite nosso stand na
EXPOINTER 2003 - Esteio-RS
de 28 agosto a 07 setembro 2003

Microtrator
com rebocueiros
tração 4x4 e 4x2



Produtos em parceria Tramontini e Moldemao



Rodovia RST 483 - Km 2 - Fone/Fax: 51 3745-3100
CEP: 95800-000 - Cx. Postal 66 - Venâncio Aires - RS
tramontini@tramontini.com.br / www.tramontini.com.br



MOLDEMAO
IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Atacad. ao Sul - Fone/Fax: (51) 371-1478
www.moldemao.com.br



Microtrator com
mopadeira caseira



Microtrator
com nitôxia



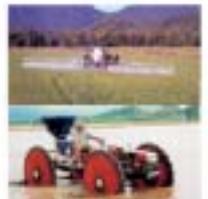
Microtrator com pulverizador, semeador e adubador tração 4x4



Microtrator equipado com pulverizador, com tração 4x4 e 4x2



Microtrator com capinadeira para limpeza de ruas



* Revendas e assistência técnica em todo o Brasil
* Maiores informações acesse nosso site

O exemplo dos Lorenzatto



Fica fácil saber onde está o casal Natal e Inês Lorenzatto caso não seja encontrado na propriedade, na linha Gavião, interior de Águas de Chapecó, região extremo-oeste de Santa Catarina. Certamente um ou ambos estarão participando de palestras, cursos ou seminários. Natal e Inês estão convencidos de que a partir do aprendizado sem fim e da adoção em casa dos ensinamentos poderão aprimorar as atividades da propriedade de 48 ha, dos quais 26 ha são ocupados por mata nativa. Os demais dão suporte a 48 animais do gado leiteiro (12 vacas em lactação, 3.500 litros/mês, média de 15 litros/vaca/dia), à polilga, onde são terminados 260 suínos por mês (num ciclo de quatro meses por lote), aos 2 ha de fumo e aos 6 ha de milho (a colheita de 4,5 é comercializada e o restante transforma-se em silagem para as vacas).

Com exceção do fumo, as demais atividades são integradas à Cooperativa Cooperalfa, que também presta assistência técnica – assim como a Epagri. São orientações, ensinamentos, programas educativos destas duas instituições e do Sebrae que o casal segue religiosamente. Pelo oitavo ano seguido, a família Lorenzatto está fazendo a contabilidade precisa da propriedade, um trabalho de controle de entradas e saídas de dinheiro que, posteriormente, é repassado para

a análise de um técnico da cooperativa.

Minuciosa contabilidade — No livro-caixa, há espaços para registro até de gastos com doações beneficentes, festas e ajuda aos pais. “Às vezes, a propriedade começa a ir para trás e o produtor não sabe onde está o problema”, esclarece Inês os benefícios do monitoramento. “Aí o técnico vem, senta com a gente e discute.” A partir desta contabilidade, os Lorenzatto revelam que “aprenderam a gastar”. Também concluíram não ser vantajoso economicamente comercializar o milho, pois o cereal só é vendido uma vez por ano. “Se não tiver renda mensal, se torna ruim administrar a propriedade rural”, adverte Natal.

Qualidade total — Natal e Inês também adequaram a propriedade aos princípios da Qualidade Total. Já participaram do curso De Olho na Qualidade Rural e estão frequentando o QTRural, ambos promovidos pelo Sebrae. A partir das aulas, os aspectos organizacionais da propriedade passaram por uma verdadeira revolução. Cada objeto, até os pregos, agora tem o seu devido lugar. “A gente perdia muito tempo dentro da propriedade correndo atrás das coisas desorganizadas”, conta Inês. E a cruzada pela ordem tem o apoio incondicional de toda a família, até mesmo dos filhos Edivandro, 16 anos, e Márcia, 13. “Para conseguir essas coisas, tem de evoluir o time todo”, lembra Inês.

Para defender-se das oscilações inesperadas do mercado, a propriedade dos Lorenzatto foi diversificada. Mais do que isso, a idéia é investir em nichos de mercado. Natal e Inês iniciaram processo de transição de quatro anos para gerar leite orgânico. A meta, bem-definida, é chegar a 25 vacas em lactação, em 2007. Para isso, vão investir num aviário para 6 mil aves de corte e abandonar a plantação de fumo – afinal, consideram um contra-senso explorar, ao mesmo tempo, uma cultura que exige tantos agrotóxicos e produzir leite orgânico. Os resíduos das aves e dos suínos abastecerão as pastagens.

Aproveitar a vida — O exemplo dos Lorenzatto deverá se estender por gerações. Edivandro estuda na Casa Familiar, onde permanece uma semana a cada três. Mais do que trabalhar corretamente e de forma a aproveitar ao máximo as possibilidades, a família aprendeu que o correto mesmo é aproveitar a vida. A contabilidade anual deixou claro que R\$ 6.968,63 sobraram no ano agrícola de julho de 2001 a julho de 2002. Natal e Edivandro então passaram dez dias de férias conhecendo a agricultura goiana, mineira e paulista. “Outro objetivo dos cursos é mudar a qualidade de vida. Não adianta trabalhar e não aproveitar o dinheiro deste suor”, ensina Inês.

tuais não fecha 100%, porque existem outros perfis de estabelecimentos, como os religiosos e as entidades públicas.

Na época da pesquisa, a agricultura familiar abrigava 76,9% do pessoal ocupado: dos 17,3 milhões de pessoas trabalhando na agropecuária brasileira, 13,78 milhões estavam na agricultura familiar. É que, na agricultura patronal, eram necessários 67,5 ha para empregar uma pessoa, e na familiar, apenas 7,8 ha. Mais um comparativo, o de eficiência: a renda total por hectare do agricultor familiar era de R\$ 104/ano, enquanto a patronal, de R\$ 44/ano. A área média das propriedades familiares era de 26 ha, sendo que 39,8% dos produtores possuíam menos de 5 ha, e outros 30% entre 5 e 20 ha. Um total de 87% possuíam área individual inferior a 50 ha. A Região Nordeste concentra quase metade dos agricultores familiares e 31,6% da área total, porém com

apenas 16,7% do VBP. O Sul, com 21,9% do número de estabelecimentos, e 18% da área, concentrava 47,3% da riqueza produzida.

Fumo depende da mão-de-obra familiar — Possivelmente, nenhuma cultura comercial no País seja tão dependente do agricultor familiar como o fumo. Segundo estatísticas da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), 92% das lavouras da Região Sul são mantidas pela mão-de-obra familiar. E poucas explorações propiciam rentabilidade ao seu produtor como o fumo. São



Beatriz e Milton Kussler (à esquerda), fumicultores-modelo associados da Souza Cruz, investem na propriedade e em capacitação pelo Senar

mais de 150 mil famílias, ou 460 mil pessoas. Como a família Kussler, em Vera Cruz/RS, que vive do fumo há 20 anos.

MicroXisto

Fruto da Natureza

Linha completa de fertilizantes fluidos



100%
Nacional

Vantagens e Benefícios

- Maior produtividade
- Maior peso específico de grãos
- Maior permanência da área foliar
- Deixa as plantas mais resistentes às doenças
- Efeito inseto-repelente (menor incidência de pragas)
- Mantém a eficiência dos defensivos aplicados em conjunto

Características

- Produto natural. Não polui o ambiente
- Rápida absorção pelas plantas
- Use em todas as culturas
- Contém todos os elementos químicos necessários ao metabolismo das plantas



Terra Nossa - Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Fertilizantes Ltda.
Rua Manoel da Cunha Bittencourt, 4.351 - CEP 83900-000
Caixa Postal 101 - Fone/Fax: 42 532-3631- São Mateus do Sul - PR - Brasil
e-mail: microxisto@microxisto.com.br / www.microxisto.com.br

Na última safra, Milton Kussler e a esposa, Beatriz, plantaram 93 mil pés em 6 ha. A recente safra sofreu uma queda histórica em razão das condições climáticas adversas (muita chuva), mas em condições normais a lavoura dos Kussler teria gerado em torno de R\$ 56 mil, dos quais de R\$ 20 mil a R\$ 22 mil seriam custos de produção. Portanto, mais de R\$ 30 mil de lucro. Os dividendos são destinados à melhoria da estrutura da propriedade. Na última, Kussler investiu R\$ 12.500 para a construção de uma nova estufa, mais moderna, que lhe propiciou aumentar a lavoura em 30 mil pés.

O possível próximo investimento será um trator, mas a idéia ainda está em estudo. Os Kussler são considerados fumicultores-modelo e por isso a empresa a que são integrados, a Souza Cruz, faz pesquisas de campo na propriedade deles. Ganha a empresa e ganha o fumicultor. “A gente vê na prática”, argumenta Kussler. “Eles são bons produtores. Querem melhorar, crescer na atividade”, destaca Carmo Kaufmann, pesquisador da indústria. Beatriz Kussler ainda obtém R\$ 300 ao mês, comercializando ovos de 160 galinhas. Recentemente, Milton se submeteu a 130 horas de dois cursos de administração rural promovidos pelo Senar, e um de seus filhos é técnico agrícola e trabalha como instrutor.

O desempenho dos Kussler também é resultado da rentabilidade que o fumo propicia ao produtor. Segundo cálculos da Afubra, a receita líquida por hectare de fumo tipo burley atinge R\$ 1.896,50 e a do fumo convencional, R\$ 1.709,96, contra R\$ 732,23 do feijão e R\$ 112,19, do milho. Ainda que a necessidade da mão-de-obra seja muita maior nos dois primeiros casos: 134 dias/homem por hectare no caso burley, 149 no fumo convencional, ante 26 no feijão e 22 no milho.

Rauber e Balbinoti abastecem centros urbanos — Fornecer de forma direta centros urbanos pode ser uma alternativa rentável para agricultores familiares – especialmente os hortifrutigranjeiros. Produzir e comercializar diretamente em feiras, ou mesmo em mercados, sem atravessadores, é a realidade de milhares de famílias pelo Brasil, vizinhos de metrópoles ou mesmo cidades pequenas. Os Rauber, da linha Caravágio, a 4 km do centro de Chapecó/SC, mobilizam cinco pessoas em pouco



Magalski nasceu do Plano Collor

A Agroindústria Produtos Magalski surgiu graças ao Plano Collor. Mas não foi resultado de um projeto promovido pelo ex-presidente. A empresa, em Frederico Westphalen, a noroeste do Rio Grande do Sul, e que fabrica compotas, geléias, chimias ou doces cristalizados de pepino, abóbora, amora, pêssego, morango e figo, pelas mãos de cinco a seis pessoas, foi a alternativa mais viável de renda encontrada pela família Magalski após o plano econômico, do início da década de 1990, ter confiscado suas economias e tê-las deteriorado. “Ou ia todo mundo embora, pegar num mercado, ou tentava outro jeito”, descreve a situação Clarice Magalski (na foto), administradora da empresa.

O começo foi bem informal, na cozinha da casa, processando geléia de morango e figo para vender em feiras. No ano passado, a família investiu R\$ 25 mil – 80% financiado pelo Pronaf, com dois de carência e seis para saldar a 4%

de juros fixos/ano – para montar a infraestrutura da agroindústria. Para este ano, a meta seria processar 24 mil unidades de doces, mas deverá chegar a 30 mil – além de 10 mil semi-industrializadas (morango e figo em bandeja). Tudo é vendido na feira da cidade e em mercados de outras cidades, até da capital. E pela nota do produtor rural, ou seja, sem descontar o ICMS.

Serão mais de 21 toneladas de produtos in natura processadas, 90% colhidas em casa. O faturamento previsto é de R\$ 62 mil, dos quais cerca de 35% de lucro líquido, ou R\$ 21.700. “Já estamos pensando em ampliar”, revela Bruno Magalski, pai de Clarice. Quatro filhos que trabalham como empregados deverão retornar à família. Afinal, está faltando mão-de-obra. “Eu não esperava tudo isso. Deu uma mudança na vida da gente”, confia Clarice, que vai prestar vestibular para Desenvolvimento Agroindustrial na universidade estadual.

menos de 3 ha de horta. Ao todo, os Rauber conseguem obter uma renda média de R\$ 12 mil por mês (entre R\$ 10 mil a R\$ 15 mil, dependendo da época), dos quais cerca de 50% é lucro líquido. “Só que tem de ter capricho”, explica o filho, Leandro Rauber, 25 anos. “É todo dia”, acrescenta sua mãe, Ana Rauber, esposa de Romeu Rauber.

Em Pinhalzinho, a extremo-oeste de Santa Catarina, são as frutas que sustentam com qualidade de vida uma família. Juraci Balbinoti, a esposa, o pai e a mãe

produzem, por ano, em 11 ha e vendem em mercados da região 2 mil caixas de 20 kg cada de poncã, caqui, bergamota e ameixa, além de 40 toneladas de melancia. A renda bruta é de R\$ 20 mil a R\$ 25 mil, metade de lucro líquido. Juraci concluiu que a fruticultura era o melhor caminho após anos trabalhando como caminhoneiro, comprando e vendendo frutas pelo Brasil. “É melhor que morar na cidade ou plantar outra coisa”, garante Balbinoti. ■

ANÚNCIO

Investimento com **RETORNO**

Eles são indispensáveis quando o objetivo do produtor é extrair o máximo possível das lavouras. Especialmente no Brasil, onde os solos tropicais são considerados pobres em fertilidade

Leandro Mariani Mittmann

O Brasil jamais teria se transformado numa potência agrícola mundial caso – hipoteticamente – os fertilizantes não tivessem sido inventados pela pesquisa. Os 120 milhões de toneladas de grãos que estão sendo colhidos na safra 2002/2003 e a possibilidade, conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), de o País ser o maior produtor do planeta daqui a 12 anos seriam meros sonhos distantes não fosse possível a prática de se adicionar ao solo doses extras de nutrientes essenciais às plantas.

Nitrogênio (N), fósforo (P) e potássio (K), os chamados macronutrientes, além dos micronutrientes ferro, manganês, zinco, cobre, boro e molibdênio, normalmente não estão disponíveis em quantidades suficientes nas terras brasileiras. Por isso, a suplementação com fertilizantes torna-se obrigatória – pelo menos quando a proposta é extrair o máximo possível da lavoura.

O Brasil é o caso típico de um dependente de fertilizantes. “A maior parte de nosso País é constituída de solos tropicais, que são pobres do ponto de vista de fertilidade”, sintetiza a realidade o professor-doutor Willian Natale, do Departamento de Solos e Adubos da USP–Campus Jaboticabal/SP. “Isso se

deve, especialmente, ao processo de desgaste a que foram submetidos durante o período de formação”, acrescenta. Portanto, para suprir essa deficiência, que se estima atingir 95% dos solos brasileiros, a única saída é adubar, adubar, adubar. Os 5% restantes são formados por áreas de média e alta fertilidade originadas de rochas básicas.

Dessa forma, solos a princípio definitivamente condenados para o cultivo comercial podem se tornar provedores de fartas safras. E regiões inteiras impróprias para a exploração de um momento a outro assumem o pomposo *status* de “celeiros”. Não faltam casos típicos desta autêntica revolução. “Como

exemplo, pode-se citar o uso de solos dos Cerrados brasileiros, outrora considerados improdutivos, que, com a utilização de fertilizantes minerais e outros corretivos (calcário e gesso agrícola), hoje significam um celeiro de produção de grãos e fibras”, arrematam José Ronaldo Macedo e Enio Fraga da Silva, pesquisadores-doutores da Embrapa Solos, sediada no Rio de Janeiro/RJ.

Justamente por isso é difícil imaginar a implantação de uma lavoura soja mato-grossense ou goiana sem a adoção de fertilizantes. E esse critério é extensivo às demais regiões. “A agricultura moderna, produtiva, não pode prescindir de fertilizantes. A pesquisa científica e a prá-



garantido



minosa, é menos eficiente neste processo, e precisa de suplementação de N.

“Outras culturas, como a mandioca, que já estava adaptada a solos de baixa fertilidade, são tradicionalmente de baixa utilização de fertilizantes”, esclarecem os pesquisadores da Embrapa. “Observa-se, freqüentemente, que as produções dobram ou triplicam quando as necessidades nutricionais das plantas são atendidas”, resume Natale.

Para se chegar a números precisos sobre quanto ou quais os nutrientes devem ser adicionados à plantação, é necessário fazer as análises de solo e foliar. Apenas esses exames fornecerão subsídios confiáveis para aplicar o adubo correto e na medida. “Qualquer recomendação de adubo sem a análise de solo é, no mínimo, insegura, podendo acarretar desequilíbrios entre os nutrientes no solo e causar prejuízos ao agricultor”, adverte Natale. “Outra ferramenta importante é a análise foliar, especialmente no caso de culturas perenes, como frutíferas.” No entanto, o professor da USP lamenta que, apesar de não serem muito custosas, as duas formas de análise são desprezadas por muitos produtores. “A falta de consciência sobre esse aspecto é causa freqüente de despesas desnecessárias por

parte do agricultor, ao adquirir um fertilizante que o solo ou a planta não precisa.”

Além disso, explicam os pesquisadores da Embrapa, os diferentes solos, climas e formas de exploração agrícola também interferem na maneira e no volume de aplicação de NPK. Por exemplo, no sistema de cultivo convencional, em solos de textura arenosa e em regiões de clima quente e úmido, os riscos de erosão, decomposição da matéria orgânica e perdas de nutrientes são maiores. Assim, é preciso aplicar doses cada vez mais crescentes de fertilizantes. Numa situação ainda mais extrema, destacam Macedo e Fraga, como em solos argilosos, em regiões com intensidades de precipitações menores e em cultivo de plantio direto, a forma e quantidade de NPK serão inferiores. E o modo de aplicação também será diferenciado.

Quando aplicar — A época ideal de aplicação igualmente não deve ser ignorada. No caso de culturas anuais, o fósforo precisa ser todo distribuído no plantio, enquanto o nitrogênio e o potássio devem ser incorporados divididos no plantio e em cobertura, dependendo da disponibilidade de mão-de-obra, condições climáticas e solo.

Para culturas perenes, a recomenda-

tica agrícola estão repletas de exemplos que mostram a necessidade de se empregarem adubos para produzir alimentos”, ressalta Natale.

Produtividade em triplo — A tríade nitrogênio, fósforo e potássio, também conhecidos pela sigla “NPK”, constitui-se na essência de sustentação das plantas. “De modo geral, todas as culturas comerciais são exigentes em NPK. Algumas, por características fisiológicas, são menos exigentes para alguns elementos – como a soja em relação ao nitrogênio”, afirmam Macedo e Fraga. A oleaginosa, por ser da família das leguminosas, absorve o nutriente do ar, composto em 80% de N. Já o feijão, também uma legu-

SOLO COMPACTADO PRODUZ POUCO.



Com Kit Rodado Duplo MM nas suas máquinas você evita a compactação e aumenta a produtividade.

Emais as seguintes vantagens

- Economia de combustível
- Menor desgaste de pneus
- Maior vida útil para a tração
- Elimina a patinação do trator
- Aumenta a tração em até 15% traçando implementos maiores



Modelos aplicáveis para:
FORD - NEW HOLLAND
MASSEY FERGUSON
VALTRA - VALMET
DEUTZ - JOHN DEERE
AGRIUM

M rodado duplo
MARINI

Gaspar Martins, 2127 - Fones (54) 311 9968 / 317 3142 / 313 8456 / 9981 8686
CEP 99051-038 - Passo Fundo / RS • marini@annez.com.br

Consumo recorde e em crescimento

Agricultura brasileira jamais consumiu tamanho volume de fertilizantes como nos dias de hoje. Em 2002, foram mais de 19 milhões de toneladas, 12% a mais que os 17 milhões do ano anterior. Os números são da Associação Nacional para Difusão dos Adubos (Anda), que prevê crescimento para 20,5 milhões neste ano, ou 7% a mais. Segundo Carlos Alberto Pereira da Silva (foto ao lado), diretor-executivo da entidade, o incremento da estatística deve-se ao estimulante preço e à boa colheita do milho da segunda safra.

“Os produtores estão usando bastante tecnologia, que não era comum na safrinha. Estão plantando para produzir e não para ocupar o solo”, analisa. Além disso, argumenta, também cresceu o consumo por parte dos triticultores. Mas, em contraposição, a queda da cotação do dólar deverá arrefecer o consumo no segmento soja.

Quanto ao aumento de consumo, cada cultura tem a sua diferenciação, esclarece o executivo. No caso da soja, o aumento do consumo foi de 19,7%; 12% no caso do café; 11% no milho; e 4% na cana-de-açúcar. Para ele, a ampliação do consumo nos últimos anos não tem nenhuma relação com o aumento da área plantada, mas sim com a adoção mais intensa da indispensável tecnologia. “Inexiste produtor de soja que consome adubo insatisfeito com o produto. A soja é muito dependente”, explica. “A oleaginosa responde muito bem ao fertilizante.”

Conforme Da Silva, no caso do Centro-Oeste, o consumo de fertilizantes está dentro dos padrões agrônomicos, enquanto regiões nordestinas não utilizam a tecnologia. De acordo com ele, o setor mais alheio à adubação é o

de pastagens. “Existe muita pastagem natural, que ainda carece da tecnologia.”

Matéria-prima vem de longe — Entre 55% e 60% da matéria-prima do fertilizante processado no Brasil é importada — da Rússia, do Canadá, dos EUA, de Israel, da África do Sul, do Marrocos, etc. Isto, naturalmente, faz com que o custo do produto final seja vinculado ao dólar. Para a safra 2003/2004, a estimativa é que os preços estejam 50% superiores em comparação à anterior, principalmente por causa da diferença do câmbio atual em relação ao de um ano atrás. Da Silva lembra que as cotações internacionais também estão mais altas, por duas razões: a Guerra do Iraque e a impossibilidade de a Rússia ex-



Da Silva, da Anda: “consumo de fertilizante deve crescer 7% em 2003”

portar uréia em consequência do congelamento em minas. “Isso reflete no preço do produto, pois está ocorrendo o aumento do custo de produção”, lembra o diretor da Anda. Ele adverte ainda que neste ano o produtor não está realizando a compra antecipada, e poderá ter problemas, pois a lei da oferta e da procura elevará ainda mais o preço entre agosto e setembro.

A todo o vapor — O mercado de micronutrientes também está em alta, informam as empresas do segmento. A Nitril Urbana, sediada em Pinhais/PR, dobrou as vendas entre as duas últimas safras. E para a 2003/2004, a previsão é de que o aumento seja de

50%, revela Ladislau Paes, diretor comercial da empresa. “Temos dobrado de ano para ano”, comemora. A Nitril Urbana, que produz inoculantes há 33 anos, mas entrou no mercado de micronutrientes há três, produz 11 produtos líquidos e dois em pó, sempre de fertilizantes com micros (além de NPK), para adubação de cobertura — que atinge a parte aérea da planta. São 400 mil litros/ano e 15 toneladas em pó. “Hoje, já há dados de pesquisa que mostram a viabilidade do uso de micros”, lembra. “Mas a conscientização é meio recente; de cinco anos para cá. Antes, se falava que adubação com micronutrientes era perfumaria.”

A Terra Nossa, de São Mateus do Sul/PR, que comercializa micronutrientes em estado líquido desde 1999, tem nos produtores de soja e feijão os principais clientes, além dos de milho, algodão, café e hortifrutigranjeiros. Os Estados da Região Sul são os maiores consumidores, seguidos de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Bahia. “Mais pessoas estão se conscientizando da necessidade de se utilizar micronutrientes”, argumenta Juliano Busato (foto abaixo), gerente de marketing

da indústria. Ele lembra que até pouco tempo atrás, a ideia de usar micronutrientes na lavoura era encarada como “conceito de picaretagem”. “Às vezes, o fator limitante da produtividade é a falta de um micronutriente”, adverte o executivo, que também é engenheiro agrônomo. “Não é substituição ao NPK, mas uma complementa-



Busato, da Terra Nossa: “conscientização sobre o uso de micronutrientes é maior”

ção”, elucida. A empresa, que comercializa a marca Microxisto, espera ampliação em 25% nas vendas para safra 2003/2004.

ção geral é que seja realizada uma adubação por NPK no plantio e fertilizações anuais durante todo o ciclo da cultura, de acordo com suas necessidades. “A aplicação deve ser feita fundamentalmente no sulco de plantio e nas covas nas culturas perenes”, destacam Macedo e Fraga. “Já as adubações de cobertura devem ser colocadas próximas às raízes das plantas nas culturas anuais e nas projeções das copas das árvores, mas sempre coincidindo com os períodos mais chuvosos ou de irrigação, em todos os casos.”

Não existem dúvidas quanto à importância da complementação da lavoura com fertilizantes, mas uma parcela significativa dos produtores ainda ignora a prática. São justamente aqueles mais resistentes ou alheios a tecnologias modernas. “Podemos dividir o Brasil agrícola em dois: aquele com produtores altamente tecnificados, onde todas as práticas recomendadas de adubação e calagem são respeitadas, e o de baixo nível tecnológico, em que essas práticas não são usadas adequadamente, ou por falta de recursos financeiros ou até mesmo por falta de orientações técnicas”, lembram Macedo e Fraga. As Regiões Sul e Sudeste e, mais recentemente, a Centro-Oeste são as mais desenvolvidas e as que mais consomem fertilizantes. Segundo estatísticas da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), Norte e Nordeste juntos consumiram no ano passado menos de 10% do adubo comercializado no Brasil.

Micronutrientes valorizados — Os

elementos N, P e K realmente são os mais importantes para o desenvolvimento das plantas – e até por isso são chamados macronutrientes. Mas os micronutrientes, ainda que menos decisivos entre os fatores que determinam a produtividade da lavoura numa comparação direta ao trio principal, são igualmente preciosos para alavancar índices de produtividade.

“Os micronutrientes, cuja importância é conhecida há décadas, apenas mais recentemente passaram a ser utilizados de modo mais rotineiro nas adubações em várias regiões e para as mais diversas condições de solo, clima e culturas”, argumenta Alfredo Scheid Lopes, professor-doutor do Departamento de Solos da Universidade Federal de Lavras/MG e consultor técnico da Anda.

Além dos elementos boro, cobre, ferro, manganês, molibdênio e zinco, existem outros três: “O cloro, embora seja um micronutriente, normalmente é fornecido por meio da adubação com cloreto de potássio. Além destes, o níquel é essencial na síntese de urease e o cobalto é constituinte da nitrogenase, enzimas importantes para o metabolismo de nitrogênio nas plantas”, ressalta o professor. Segundo ele, cinco são as razões que fizeram despertar maiores interesses pela utilização de fertilizantes contendo micros no Brasil: 1ª – a ocupação dos Cerrados, formados por solos carentes em micronutrientes; 2ª – aumento da produtividade de várias culturas, o que exigiu maior absorção dos elementos; 3ª – calcário mal-usa-

Macronutrientes

Nitrogênio — Componente de proteínas, clorofila e enzimas, ou seja, é um nutriente fundamental para o crescimento vegetativo da planta. Na falta de N, a planta se torna verde-amarelada, perde as folhas de forma prematura, não se desenvolve nem produz satisfatoriamente. O elemento pode ser aplicado via foliar.

Fósforo — É importante para o enraizamento das plantas, da formação e da fecundação das flores, da fixação dos frutos e da formação das sementes. Quando deficiente, proporciona atraso no desenvolvimento, queda prematura das folhas, diminuição do número e tamanho dos botões florais, atraso no florescimento e na diminuição da frutificação.

Potássio — Tem funções importantes nas espécies com deslocamentos de açúcares. Assim, a adubação potássica vai propiciar maior número de frutos, com maior peso, aroma, sabor e resistência. Em deficiência, as plantas terão queda prematura das folhas mais velhas e o esverdeamento intenso das mais novas.

do, o que acelerou o aparecimento de deficiências; 4ª – aumento na proporção de produção e utilização de fertilizantes NPK de alta concentração, reduzindo o conteúdo incidental de micros; 5ª – aprimoramento de análises de solo e foliar. ■



PROSOLO

O calcário da Mônego.

Produtividade tem nome e sobrenome.

www.monego.com.br • monego@monego.com.br



O atentado de 11 de setembro de 2001 fez acender a luz vermelha na Casa Branca. Os dois aviões que colocaram abaixo as torres gêmeas do World Trade Center também desmantelaram o mito da superpotência invencível. O ato mostrou ao mundo inteiro uma fragilidade que os Estados Unidos não queriam mostrar nem aos amigos, que dirá aos inimigos que vêm colecionando ao longo de muitos anos.

Depois do choque, o governo norte-

americano teve de reavaliar seus sistemas de segurança, pressionado por uma opinião pública aturdida pelo maior atentado terrorista de todos os tempos. Uma das providências tem o nome de Lei de Bioterrorismo (*Bioterrorism Act*), assinada pelo presidente norte-americano, George Bush, em junho de 2002. Ela estabelece normas mais rigorosas para o controle de importações de gêneros alimentícios e bebidas nos EUA. Em 12 de dezembro de 2003 entra em vigor o capítulo da Lei

que trata da segurança alimentar, prazo máximo que exportadores e importadores terão para se adaptar. Depois disso, é perda de mercado na certa.

Entende-se por bioterrorismo uma ação premeditada que utiliza agentes biológicos com potencial elevado de risco para causar danos coletivos. Como explica a presidente da Associação Nacional de Biossegurança (ANBio), Leila Macedo Oda, principalmente os microrganismos, entre bactérias, fungos ou ví-

A Lei do MEDO

Glauco Menegheti

Para evitar possíveis ataques de bactérias e toxinas nos alimentos e remédios que importam, os Estados Unidos criaram uma legislação que aumentarão os custos e a burocracia para os exportadores de produtos agrícolas brasileiros

rus, e as toxinas são utilizados nessa prática sorrateira de terrorismo. Exércitos, armas sofisticadas e defesa de fronteiras não podem combater a ameaça que é invisível e, muitas vezes, imprevisível. Portanto, nesse campo o contra-ataque será perpetrado na forma de maiores cuidados sanitários sobre os artigos que passaram por algum tipo de processamento. Produtos *in natura* não serão submetidos a inspeção.

Mais burocracia — O prazo dado pelo governo norte-americano aos exportadores preocupa as autoridades locais e provoca uma intensificação dos debates públicos para divulgar o texto da Lei de Bioterrorismo. É preciso lembrar que apenas a pauta do agronegócio brasileiro movimentou US\$ 4,140 bilhões em 2002 e que, no fechamento de 2002, tomou da União Européia o posto de principal destino dos produtos brasileiros. A dor de cabeça adicional vem ainda do aumento de burocracia e de custos adicionais, que deverão ficar em US\$ 720 milhões às empresas estrangeiras.

Seminários como o organizado pelo

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no Ministério da Agricultura, em julho, procuram tirar as dúvidas dos empresários e de todos os agentes envolvidos no negócio da exportação para os EUA. “Precisamos nos preparar muito bem para que não percamos espaço no mercado norte-americano”, diz o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

Para Rodrigues, o bioterrorismo vai acabar se constituindo em uma nova barreira ao comércio agrícola mundial. “Por isso, precisamos discutir atentamente essa questão para sabermos quais os seus custos e até que ponto pode ameaçar a competitividade do agronegócio brasileiro”, pondera o ministro. No campo diplomático, o governo está de mãos atadas, uma vez que a Lei de Bioterrorismo não conflita com os acordos internacionais firmados pelos EUA na OMC e no Nafta.

O IICA largou na frente nessa corrida. O instituto acompanha as edições de leis que venham a influenciar o agronegócio e o comércio nos 34 países do

continente. No caso da Lei de Bioterrorismo, tem cooperado e informado as autoridades brasileiras. Mas não apenas isso. Disponibilizou em seu site (iica.org.br) uma cartilha de orientação aos empresários, com os principais itens que afetam os produtos do agronegócio.



Segundo Leila, da ANBio, bactérias, fungos e toxinas são usados em práticas terroristas

Divulgação

Esses são os mais sensíveis, pois, a menos de seis meses do prazo dado pelo governo norte-americano, poucos têm conhecimento das implicações caso não estejam enquadrados. O próprio Poder Público ainda tateia na matéria.

No governo federal, por sua vez, será a Câmara de Comércio Exterior (Camex) – acompanhada dos Ministérios das Relações Exteriores, Agricultura, Transporte e Fazenda – quem concentrará o esforço para minimizar o impacto inicial da adaptação. “Estamos fazendo diversas perguntas às autoridades norte-americanas para esclarecer uma série de detalhes”, explica o secretário-executivo da Camex, Mário Mugnaini.

Como funciona — A Lei é constituída de cinco títulos (veja quadro), que dispõe sobre as medidas necessárias para a prevenção, a preparação para emergências e a resposta a ataques bioterroristas em toda a área da saúde pública. São os requisitos contidos no título III – que trata da segurança alimentar e do fornecimento de medicamentos – os que mais afetam o exportador brasileiro.

Entre outras coisas, ele exige a constituição de um representante que responda não só comercialmente, mas também perante a Justiça norte-americana. A essa figura, o FDA define como “pessoa residente ou que mantenha local de negócios nos EUA a quem um estabelecimento estrangeiro designe como seu agente. Ele deve estar disponível e facilmente conta-

Importante lembrar

Não haverá a cobrança de taxa para o registro.

A importação de produtos alimentícios de estabelecimento não registrado constitui ato proibido e está sujeito a processo civil ou penal, estabelecido pelo governo federal dos EUA.

O registro é de estabelecimentos, não de pessoas físicas ou produtos.

Estabelecimentos de embalagem para produtos alimentícios exportados para os EUA também deverão ser registrados.

O número de registro não precisará constar da embalagem de produtos exportados aos EUA.

tado ou encontrado pelo FDA”. Para os que não têm um preposto, esse é o primeiro gasto de uma lista de outros. O contato entre a empresa exportadora e o representante deve ser estreito, uma vez que qualquer troca de informações entre o representante e as autoridades norte-americanas será considerado como uma comunicação direta com o estabelecimento estrangeiro. A FDA recomenda que o estabelecimento estrangeiro e o seu agente nos EUA façam um acordo por escrito, especificando as responsabilidades do segundo.

O coordenador de Sanidade Agropecuária do IICA, Josélio Moura, explica que um mesmo agente poderá representar mais de uma empresa, uma alternativa às pequenas e médias para o rateio dos custos com o profissional e a estrutura de escritório que precisarão manter.

Todos os estabelecimentos que fabricam, processam, empacotam, transportam, distribuem, recebem, armazenam ou importam também terão de criar e manter registros junto ao FDA, para que se possa identificar os fornecedores imediatos e os subseqüentes receptores de alimentos. Com isso, o órgão poderá rastrear toda a cadeia envolvida no beneficiamento de um produto. Para se ter uma idéia da magnitude do processo, o FDA estima que 202 mil estabelecimentos nacionais e 205 mil estabelecimentos estrangeiros serão afetados por essa medida. Essa exigência não implicará custos, como explica Moura.

Cadastro on-line — O registro poderá ser feito por meio eletrônico – via internet – ou por escrito pelo correio convencional. O sistema que está sendo desenvolvido pelo FDA poderá aceitar registros de qualquer parte do mundo por 24 horas por dia, todos os dias da semana. A vantagem será nítida para o meio eletrônico, pois os estabelecimentos registrados receberão uma confirmação e o número do registro imediatamente após complementar todos os campos obrigatórios do formulário. Já pelo correio poderá levar semanas ou meses, dependendo da velocidade do sistema de entrega e do número de registros em papel que a FDA tenha de introduzir manualmente no sistema.



Açúcar produzido no Nordeste do País, que embarca cerca de 170...

Cada partida de produtos alimentares com destino aos Estados Unidos terá de ser comunicada pelos importadores ou transportadores ao FDA com um prazo mínimo de cinco dias de antecedência. A comunicação prévia deverá conter informação sobre o produto, o seu fabricante, o produtor agrícola, se conhecido, o país em que o produto foi embarcado e indicação do porto de entrada. Os produtos sem comunicação prévia terão sua entrada recusada e ficarão retidos até que o importador, proprietário ou consignatário formalize o aviso. É bom lembrar também que a comunicação não substitui as exigências de admissão da aduana e/ou órgãos dos EUA.

Açúcar — Um dos produtos afetados deverá ser o açúcar produzido no Nordeste, o único que vende aos Esta-



Moura, do IICA, diz que exigência de registros junto ao FDA não terá custo

Divulgação



Divulgação

.. milhões de toneladas/ano, será um dos mais afetados pela medida

dos Unidos por meio de um sistema de cota. Anualmente, são embarcados 170 milhões de toneladas do Porto do Recife. Quem domina o comércio desses produtos ao exterior são cinco *tradings*, que deverão arcar com os custos de adaptação ao plano de segurança. O presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco (Sindaçúcar), Renato Fontes Cunha, que representa 22 usinas, não soube explicar se os agentes vão querer ratear o gasto. “Se precisarmos tomar precauções na origem e no destino, faremos sem problemas”, diz Cunha.

Fora os exportadores, os principais portos no mundo precisam arrumar a casa para poderem servir como base exportadora para os EUA. O governo norte-americano já acertou com 23 portos da Europa e da Ásia, e o de Santos já foi contatado para que ajuste a sua logística interna de segurança. O de Roterdã, na Holanda, foi o primeiro a adotar as iniciativas de controle de segurança alfandegário para prevenir possíveis atentados terroristas. Dos 6 milhões de contêineres que entram anualmente nos Estados Unidos, 400 mil são carregados em Roterdã. Já em 2002, os dois países fecharam um acordo, permitindo aos funcionários alfandegários norte-americanos ajudar no controle de contêineres destinados aos EUA.

Pois a Camex está organizando para agosto ou início de setembro uma visita de técnicos aos portos de Roterdã e Antuérpia, na Bélgica, para observar os procedimentos de segurança. No Porto de Santos, assim como em outros do mun-

do, os contêineres serão inspecionados por scanners. Uma área específica terá de ser criada e os funcionários alfandegários brasileiros trabalharão lado a lado com os norte-americanos.

O excesso de burocracia nos procedimentos de desembaraço das cargas preocupa o governo brasileiro. Com as inspeções, o tempo de permanência das cargas vai aumentar, o que implica custos adicionais. Pode acontecer de uma carga perder o navio por atraso. Nesse caso, quem vai restituir o importador ou exportador, conforme contratado, o transporte e o tempo de armazenagem no porto?

Segundo o secretário-executivo da Camex, o custo de inspeção do contêiner ficará por conta do exportador. “A burocracia também aumentará”, diz.

Uma pergunta se impõe. Os Estados Unidos realmente podem ser alvo de um ataque externo de bactérias mortais colocadas em produtos alimentícios? Kyle Newman, especialista em microbiologia nutricional e diretor de ciência e tecnologia do Venture Laboratories, no Kentucky, pensa que o bioterrorismo indiscutivelmente é uma ameaça para os EUA, mas revela que a agricultura não é o seu alvo mais provável.

No entendimento de Newman, os grupos internacionais que atuam hoje têm preferência por ações de alto impacto visual, como o perpetrado contra as torres gêmeas. Ele avalia que um recall de ali-



Cunha, do Sindaçúcar: “se houver necessidade de precauções, tomaremos sim”

Divulgação

Os capítulos da Lei

I Preparação Nacional contra o Bioterrorismo e Outras Emergências de Saúde Pública.

II Melhoramento dos Controles sobre Agentes Biológicos Perigosos e Toxinas.

III Proteção de Segurança Alimentar e do Fornecimento de Medicamentos.

IV Segurança da Água Potável.

V Provisões adicionais.

mentos por conta de uma contaminação com listeria, por exemplo, custaria à indústria centenas de milhões de dólares. Apesar do valor em jogo, o ataque não teria o apelo sensacional que os terroristas perseguem hoje em dia.

Para o cientista, a Lei foi uma resposta necessária a uma situação. Mas é com os grupos locais que os EUA devem se preocupar e não com terroristas internacionais. Os outros é que paguem a conta de vender para o país mais poderoso. ■

GARMIN
Sistema de posicionamento por satélite

- Cálculo de área
- Determinação de produtividade
- Mapeamento da lavoura
- Cálculo de distância
- Menu e manual em português
- Garantia de 1 ano

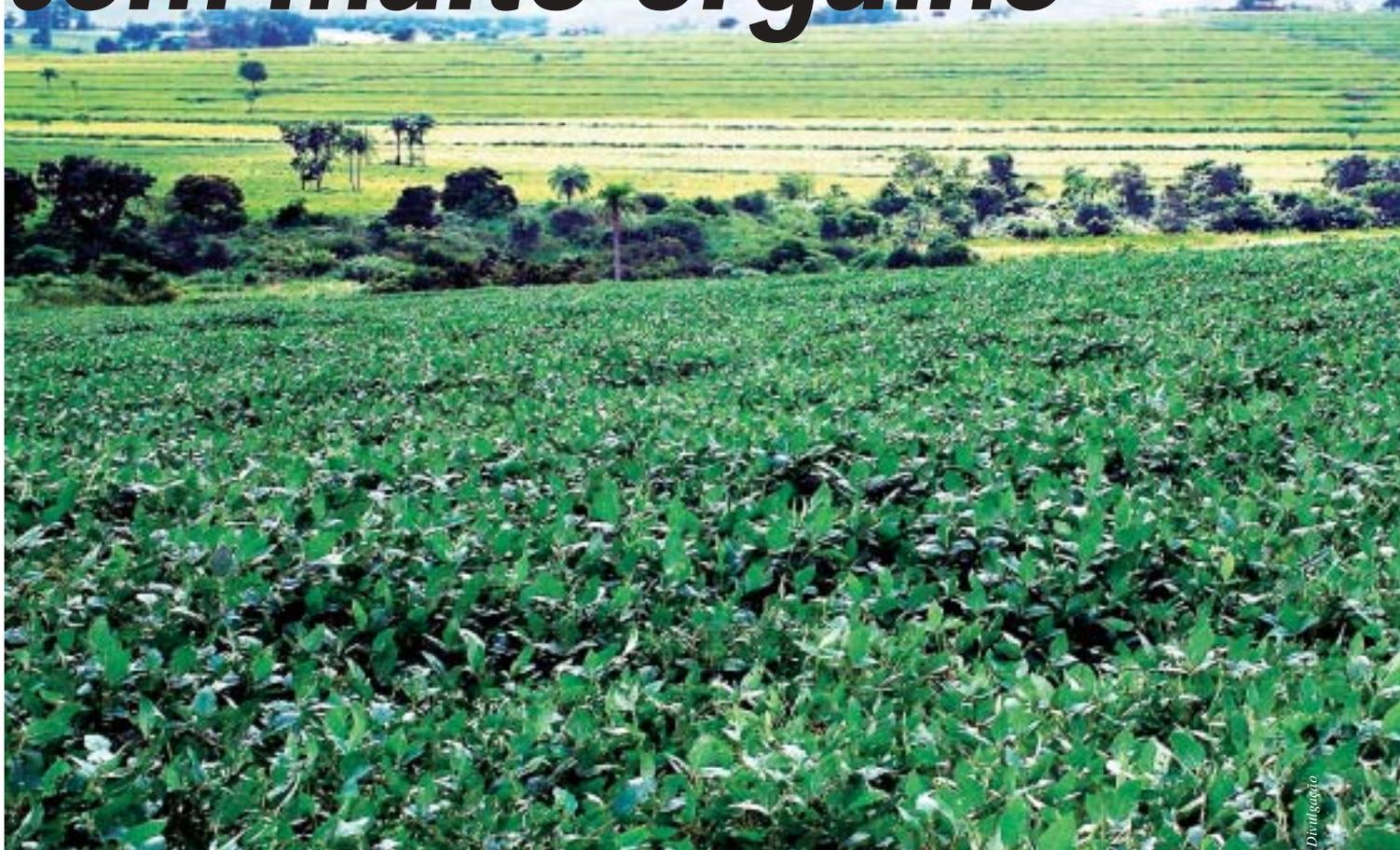
CASA DO DESENHO
Av. Bernabuco, 923
Fone: (51) 3621-4302
POA - RS

Estufas com qualidade e garantia **Plástisul**

Cultivo Protegido:
Plantas com mais saúde, maior produtividade, com precocidade e sem entressafas.

www.plastisul.com.br e-mail: vendas@plastisul.com.br
Fone: (51) 474-2522 - Fax: (51) 474-2608
Av. Sen. Lúcio Bittencourt, 1860,
Cx. Postal 16 - CEP: 93214-170
Sapucaia do Sul-RS-Brasil.

"SEM-TERRA", com muito orgulho



Divulgação

Contratos de arrendamento ou de parceria rural são cada vez mais frequentes nas principais regiões produtoras de grãos do País. Mais uma prova de que, para ser eficiente, não é preciso ser proprietário de terra

Alexandre Franco dos Santos

Que o Brasil tem forte vocação agrícola ninguém contesta, os números existem para quem quiser conferir. São 90 milhões de hectares de áreas que estão disponíveis no País para a produção agrícola e pecuária. Mas a aquisição de terras, para aumentar a capacidade de produção, não necessariamente é um requisito fundamental para atingir níveis de excelência no campo.

De acordo com especialistas, nos últimos anos houve uma mudança de mentalidade em relação à compra de terras. Hoje, é comum produtores rurais optarem pelo arrendamento. Aumentam cada vez mais as adesões para esse tipo de empreendimento, principalmente porque as barreiras de resistência ou de desinformação estão sendo quebradas, o que ajuda a intensificar a produção agrícola do País.

Para que investir R\$ 500 mil na compra de terras, por exemplo, se este mesmo capital pode ser usado para a aquisição de maquinário, insumos e mão-de-obra numa área arrendada? Essa prática cada vez mais está resolvendo um dos problemas comuns na atividade rural, que é o da descapitalização do proprietário de terras, que não possui recursos para investir no próprio patrimônio.

A saída encontrada neste caso é ceder parte da propriedade para arrendamento ou parceria e deixar que alguém profissional e mais bem equipado produza nessas áreas ociosas. E, do mesmo modo, as vantagens também são boas para os arrendatários, pois estes não precisam imobilizar capital para a aquisição de terras, mas com o capital disponível podem aplicar os recursos diretamente na lavoura.

Os contratos de arrendamento ou parcerias permitem que os dois lados ganhem e, em geral, firmar contratos de parceria é melhor ainda do que o de arrendamento. O arrendatário é o responsável em adotar as tecnologias de manejo e preparo da terra e o arrendador, que cede uma área antes ociosa, será compensado por meio de uma renda fixa, que poderá ser maior do que se continuasse com a pecuária extensiva com baixa capacidade de produção, devido ao pasto degradado, por exemplo.

Remuneração — Essencialmente, a diferença entre o arrendamento rural com o contrato de parceria está na forma de remuneração. Nos contratos de arrendamento, o dono da terra recebe como pagamento uma quantidade determinada de sacas por hectare, já no contrato de parceria essa remuneração geralmente é fixada em índices percentuais conforme a produção.

Cada região tem o seu perfil de remuneração. Na região do Triângulo Mineiro, nos contratos de arrendamentos, o pagamento estipulado é variável entre duas a dez sacas/ha e, nos contratos de parceria, o pagamento é feito pelo percentual entre 5% e 20% da produção da lavoura. Já no Paraná, na região de Entre Rios, os contratos de arrendamento são firmados tendo como referência o pagamento entre 5 e 15 sacas, enquanto nos contratos de parceria, o arrendador recebe como pagamento um percentual da produção que pode variar de 15% a 30%. Os contratos podem variar de no mínimo três anos até sete anos.

O coordenador da Bolsa de Arrendamento e Parceria de Terras da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Anderson Cesconetto, explica que, conforme o contrato de parceria seguindo as regras do Estatuto da Terra, se o arrendador só entrar com a concessão da terra, o percentual máximo de remuneração a que ele tem direito de negociar é de 10%.

A Bolsa de Arrendamento começou a funcionar no mês de maio e estão cadastrados 65 municípios cujo perfil dos contratos de arrendamento está fechado, em geral, para áreas entre 500 e 600 ha. As partes estão negociando contratos para cinco anos, com média anual de pa-

gamento para o arrendador entre quatro e seis sacas de soja. A área total disponível no Estado para lavouras chega a 35.672 hectares. Tendo por base os contratos firmados até agora, a área ocupada por arrendamento chega a 11.990 hectares, sendo que 80% ocupadas pelas lavouras de soja, que nessa primeira safra está sendo esperada uma produtividade média variável entre 35 e 37 sacas por hectare.

No Paraná — Entre os produtores paranaenses que estão vinculados à Associação de Municípios de Entre Rios, que agrega 32 municípios, os principais arrendadores são os pecuaristas que estão aproveitando a integração lavoura-pecuária para recuperar as áreas degradadas, ocasionadas pela pecuária extensiva. Ao manterem essas áreas ocupadas com lavouras, os produtores estão ganhando mais dinheiro, além da vantagem de no futuro terem de volta essas áreas, antes improdutivas, totalmente recuperadas.

“Não devemos confundir integração lavoura-pecuária com lavoura para reformar pastos”, alerta José Humberto Guimarães, idealizador da Bolsa de Arrendamento de Terra em Uberaba/MG, que posteriormente inspirou o Programa de Arrendamento de Terras do Paraná (Pater). Segundo ele, o processo de implan-

CODISCAL

CONTRIBUINDO PARA A SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO

CODISCAL DISTRIBUIDORA DE CALCÁRIO LTDA.
Av. Pinheiro Machado, 749/1
Caçapava do Sul/RS
CNPJ: 05.557.643/0001-54

INDÚSTRIAS INTEGRADAS

CALCÁRIO DB

FIDA

VIGOR
CALCÁRIO

CALCÁRIO CRUZEIRO

RAZZERA
CALCÁRIO

Um arrendatário bom de produção

Um ótimo exemplo de resultados positivos em áreas de arrendamento no Paraná é o do agrônomo Fernando Yokozawa Filho, 30 anos, associado à Cooperativa de Campo Mourão/PR (Coamo), que junto com o sócio-investidor, Luiz Henrique Silvestre, e o irmão, Mário Yokozawa, responsável pela comercialização e administração dos empreendimentos, começou a apostar na viabilidade de arrendamentos de áreas (de pastos degradados em geral).

Em maio de 1999, foi fechado o primeiro contrato para uma área de 21 hectares – ocupada por pomares de pêssigo e nectarina. Depois o grupo conseguiu outros 75 hectares para o plantio de soja e milho no município de Santo Antônio do Paraíso. De lá para cá não parou mais de investir em terras arrendadas.

Nas áreas que consegue arrendar, Yokozawa disponibiliza tratores, adubadeira, plantadeira e pulverizador para fazer o plantio e na hora da safra terceiriza a colheita mecanizada a partir de pagamento fixo por área colhida.

Atualmente, o produtor tem 450 hectares arrendados no município de Faxinal/PR, onde planta soja, milho e culturas de inverno, como trigo, triticale e aveia para adubação verde, além de

consorciar uma pequena área com aveia e azevém para pastagem. “Estou colocando o gado entre 12 e 14 arrobas e em novembro quero vender boi gordo com peso final de 18 arrobas”, adianta Yokozawa.

Nas áreas onde primeiro foi cultivado milho e depois soja, a produtividade da oleaginosa passou de 3.300 kg/ha para 3.500 a 3.600 kg/ha. Também considerando, é claro, o fato de a fertilidade dessa área já estar corrigida e de ter recebido adubação em anos consecutivos. Yokozawa também foi apontado na última safra pela Associação Brasileira das Indústrias Moageiras de Milho (Abimilho) como o recordista na produção de milho com 9,3 mil kg/ha.

Sem fazer cerimônia, o produtor não se incomoda com sua condição de “sem-terra”, ou seja, de não ser proprietário de nenhum pedaço de terra, mas tem a certeza de que sabe mexer com a terra e dela sabe tirar o máximo de proveito. “Ter conquistado alta produtividade no milho foi bom

para mostrar que não é só com a soja que o produtor consegue ganhar dinheiro. A prova maior é essa, eu na condição de arrendatário tive coragem de plantar e consegui lucratividade”, argumenta o produtor.

O lavourista informa que os contratos são firmados para um período entre cinco e seis anos e o pagamento para o arrendador é feito a partir do segundo ano de safra. “Isso porque na primeira safra a produtividade é baixa e os investimentos em insumos são pesados”, resume.

No segundo ano, o pagamento é de oito sacas de soja por hectare, no terceiro, de dez sacas, e do quarto até o sexto ano o pagamento geralmente é fixado em 12 sacas por hectare. Yokozawa revela que entre outras áreas do Estado do Paraná, procuradas para arrendamento, estão os municípios da região do Pontal, como Santo Inácio, Santa Inês e Centenário do Sul.



Yokozawa iniciou com 21 ha e hoje arrenda 450 ha no Paraná

tação de lavoura, por apenas dois anos, com o fim exclusivo de reformar pastos, é um modelo danoso para a economia agropecuária do País, pois não são produzidos pastos, nem grãos, o que leva a terra à exaustão.

O ideal, na opinião de Guimarães, seria que pecuaristas encarassem a integra-

ção lavoura-pecuária como um sistema diversificador, capaz de proporcionar renda extra além da bovinocultura e introduzir tecnologias que revitalizem a terra degradada. “O pecuarista pode, por meio da integração, tornar-se também um produtor de grãos, associando-se a arrendatários e parceiros.”

Quando o Pater foi implantado, no final de 1997, os contratos eram fechados por um período máximo de três anos, agora estão sendo fechados ou renovados para um período de quatro anos. Os arrendadores estão motivados por essa diversificação da atividade, pois não precisam investir em máquinas e capital no custeio da lavoura.

“Esse é o ponto de equilíbrio entre o dono da terra detentor de

rico patrimônio e o lavourista empreendedor, que possui tecnologia e conhecimento para conseguir o ajuste financeiro de ambos”, endossa Antonio Carlos Fávaro, secretário municipal da Agricultura e Abastecimento de Umuarama/PR.

Na época, a área inicial disponibilizada para arrendamento foi de 27 mil hectares para a produção de soja e, na última safra (2002/2003), esta área atingiu os 139 mil hectares. Dos 32 municípios que compõem o Pater, a estimativa é que esse programa de arrendamento esteja envolvendo em torno de 1.500 propriedades, com média de área entre 80 e 100 ha cada.

Projeção e credibilidade — O secretário da Agricultura explica que o projeto vitorioso ganhou projeção estadual e nacional. No início, o desafio foi do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), que teve de provar a viabilidade da integração lavoura-pecuária numa região predominantemente de arenito, solo bem menos fértil do que a de terra roxa encontrada em municípios mais



Para o pecuarista, o arrendamento para a produção de lavouras é uma ótima opção para reduzir a degradação das pastagens

Divulgação

produtivos ao oeste do Estado, como Campo Mourão, Ponta Grossa, Toledo e Maringá.

Os números comprovam isso, considerando os resultados obtidos pelos 32 municípios participantes do programa. No cultivo da soja, a média de produtividade no primeiro ano do programa foi de 2.300 kg/ha, na safra 2000/2001 a produtividade registrada foi de 3.100 kg/ha, na safra de 2000/2001 foi de 2.800 kg/ha e, nesta última safra, o



Fávoro: "Pater é o ponto de equilíbrio entre o detentor do patrimônio e o empreendedor"



No noroeste do Paraná, a produção de trigo é considerada alternativa de inverno no arenito

rendimento foi de 2.700 kg/ha. "São resultados surpreendentes de produtividade e que estão próximos às regiões tradicionais do Paraná, que têm média entre 3 mil e 3,1 mil quilos por hectare", comemora o secretário.

A experiência de Uberaba — A Bolsa de Arrendamento de Uberaba/MG foi uma das primeiras experiências organizadas no País para orientar e informar o produtor sobre os procedi-

mentos para arrendar terras ou firmar parcerias agrícolas.

Quando a Bolsa começou a funcionar em 1994, em Uberaba, o programa de arrendamento envolvia uma área de 19 mil hectares e, no último ano agrícola, a área atingiu 115 mil hectares. Desse total, 75 mil de soja e 40 mil de milho, e no Triângulo Mineiro existem outros 200 mil hectares de área arrendada ou de parceria. ■

Para várias tarefas na distribuição, uma só marca.



Líder de mercado com mais de 40 modelos de máquinas, a Nogueira sabe exatamente o que o homem do campo precisa. Para plantio e preparo da terra só com DISTRIBUIDORES PENDULARES E CARRETAS, DISTRIBUIDORES MONO E DUPLO DISCO NOGUEIRA.

MASTERFLOW 4500/ 4500 Traction/ 5000/ 6500 (carretas distribuidoras duplo disco) - ROYALFLOW 400/ 600/ 750/ 1200 (distribuidores pendular)
ROTAFLOW RS-N/ ROTAFLOW Premium Inox (distribuidor duplo disco)/ Soft 600/900 (distribuidores mono disco) - SUPERFLOW



Nogueira. Essencial no campo.

Nogueira S/A Máquinas Agrícolas

Pabx (19) 3863 9700

www.nogueira.com.br

e-mail: nogueira@nogueira.com.br



Os **BENEFÍCIOS** da soja tra

*Diversos estudos revelam
as vantagens econômicas
do cultivo da soja
geneticamente modificada
em relação à produção
convencional*



Os recentes fatos divulgados pela imprensa sobre a soja transgênica plantada ilegalmente no sul no Brasil reacenderam o velho debate sobre os benefícios desse tipo de soja para o agricultor. Vários estudos já foram realizados, no Brasil e no exterior, para enumerar e comprovar tais benefícios, que incluem a redução nos custos de produção, devido ao menor uso de agrotóxicos nas lavouras, a melhora na produtividade agrícola e o aumento da renda líquida do agricultor.

As vantagens da biotecnologia são uma realidade indubitável, atestada pelo crescimento anual da área cultivada de organismos geneticamente modificados cultivados (OGMs) em todo o mundo. Segundo o Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações de Agrobiotecnologia (ISAAA), o aumento foi de 12% (6,1 milhões de hectares) de 2001 para 2002, alcançando 58,7 milhões de hectares – um quinto da área total plantada no mundo. Nos EUA, a área de soja transgênica aumentará 10% na safra 2003/2004, segundo levantamento do USDA, o Departamento de Agricultura do país.

Pela primeira vez, o plantio da soja geneticamente modificada excedeu o da convencional. Do total de 72 milhões de hectares cultivados com a oleaginosa em todo o mundo em 2002, 51% (36,5 milhões de hectares) foram de variedades geneticamente modificadas, contra 35,3 milhões de hectares das convencionais. Tal aumento não teria sido registrado se os benefícios não fossem compensatórios para os produtores.

Renda líquida do produtor brasileiro pode dobrar.

Outra prova recente dos benefícios da biotecnologia foi dada pelo estudo “Análise dos Benefícios Obtidos pelos Produtores de Soja a partir da Adoção da Tecnologia Roundup Ready”, realizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo – em setembro de 2002.

O estudo demonstrou que, na região do Cerrado, o custo de produção da soja convencional é de R\$ 797,83 por hectare (valores médios para a área de 500 ha, considerando a adoção da tecnologia de plantio direto com prévia dessecação da área agrícola, uso dos herbicidas Cobra, Clas-

sic e Verdict e produtividade média de grãos de 3.000 kg/ha). Já o custo de produção da soja Roundup Ready, geneticamente modificada para ser tolerante a herbicida, na mesma região de Cerrado, cai para R\$ 707,90 por hectare (valores médios para a área de 500 ha, considerando a adoção da tecnologia Roundup Ready em área de plantio direto, com prévia dessecação da área agrícola, uso do herbicida à base de glifosato e produtividade média de grãos de 3.000 kg/ha).

Nesse caso, o custo de produção da soja transgênica é 11% menor.

A renda líquida do sojicultor sobe de R\$ 102,17 por hectare, com a soja convencional, para R\$ 237,10 por hectare, com a soja transgênica – aumento de 132%. O estudo chegou à conclusão de que o valor gerado pela soja Roundup Ready na região de Cerrados é de R\$ 134,93 por hectare, por conta da redução do uso e das aplicações de herbicidas, da menor matocompetição e perdas na colheita, além da menor fitotoxicidade.

Os mesmos critérios de comparação foram aplicados na Região Sul do País. Ali, o estudo demonstrou que o custo de produção da soja con-

Transgênica



A Granja

vencional é de R\$ 775,29 por hectare (valores médios para área de 300 ha, considerando a adoção da tecnologia de plantio direto com prévia dessecação da área agrícola, uso dos herbicidas Classic, Pivot e Select e produtividade média de grãos de 2.800 kg/ha). Já o custo de produção da soja Roundup Ready, na mesma Região Sul, cai para R\$ 688,71 por hectare (valores médios a para área de 300 ha, considerando a adoção da tecnologia Roundup Ready em área de plantio direto com prévia dessecação da área agrícola, uso do herbicida à base de glifosato e produtividade média de grãos de 2.800 kg/ha).

O custo de produção da soja transgênica no Sul também é 11% menor, assim como no Cerrado. A renda líquida do sojicultor sobe de R\$ 298,12 por hectare, com a soja convencional, para R\$ 481,24 por hectare com a soja transgênica – aumento de 61%. Na Região Sul, o estudo chegou à conclusão de que o valor gerado pela soja Roundup Ready é de R\$ 183,12 por hectare, com expressiva redução do uso de herbicidas e matocompetição bem menor, diminuindo muito as perdas na colheita.

Vantagens também para o ambiente

A biotecnologia é uma ferramenta eficiente e ambientalmente mais amigável para se combater os insetos-pragas e as plantas daninhas. Isso porque, por serem tolerantes a herbicidas e/ou resistentes a insetos, as plantas geneticamente modificadas exigem menos aplicações de agroquímicos do que as convencionais. De acordo com o Centro Nacional de Política Agrícola e Alimentar dos Estados Unidos (NCFAP), onde a soja transgênica é plantada desde 1996, os sojicultores norte-americanos registram uma redução anual de custos na ordem de US\$ 220 milhões.

Também segundo dados do NCFAP, a biotecnologia possibilitou a redução no uso de inseticidas em cerca de 74 mil toneladas nas lavouras norte-americanas, o que significou uma rentabilidade de US\$ 2,5 bilhões para os agricultores. Em 2002, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP) realizou uma pesquisa demonstrando que, caso o Brasil tivesse plantado 100% de algodão geneticamente modificado em sua safra de 2000/2001, teria gerado uma economia no uso de defensivos agrícolas de até 1,9 milhão de litros.

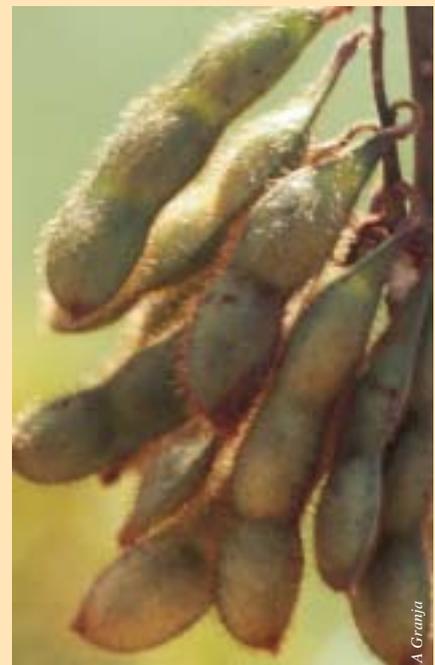
Esses benefícios econômicos refletem-se em outras áreas, como o ambiente. O documento “Biodiversidade e Biotecnologia Agrícola – Uma Revisão do Impacto da Biotecnologia Agrícola na Biodiversidade”, assinado pelo professor Klaus Ammann, da Universidade de Berne, na Suíça, reúne conclusões de diversos estudos realizados em todo o mundo sobre o assunto. Segundo ele, “o desenvolvimento e a introdução de organismos geneticamente modificados (OGMs) não representam riscos maiores à diversidade genética dos cultivos do que os da agricultura convencional”.

O documento ressalta que as plantas geneticamente modificadas tolerantes a herbicida, como soja e algodão, agem positivamente no ambiente por meio, principalmente, da facilidade de manejo. O plantio direto, que não requer aragem e é facilitado com a utilização de variedades transgênicas tolerantes a herbicidas, reduz a erosão e

a compactação do solo. Com a soja Roundup Ready, por haver redução na aplicação de herbicidas, há um menor risco de poluição do solo e da água.

No Brasil, também foram conduzidos estudos que relacionam a biotecnologia com a redução do número de aplicações de agroquímicos. Pesquisa realizada pelo cientista belga Rodolphe de Borchgrave mostrou que a adoção da soja e do milho transgênicos tolerantes ao glifosato resultaria em uma economia de cerca de 50% no uso de herbicidas. O cientista faz parte da Arcadia Internacional, entidade que congrega consultores europeus especializados no estudo do impacto de novas tecnologias agrícolas.

Por tudo isso, não há dúvidas em relação aos benefícios socioeconômicos e ambientais da biotecnologia. Há alguns anos tem sido demonstrado, em diversos países, que a utilização dessa tecnologia, em associação com outras, resulta numa opção viável de desenvolvimento. No Brasil, a biotecnologia moderna terá implicações de fundamental importância nas áreas social e econômica. Com ela, nossa agricultura só ganhará, com conseqüências diretas na produção de alimentos e competitividade econômica do País. ■



A Granja

Simers **REESTRUTURA** espaço na Expointer

O Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no Rio Grande do Sul (Simers) prepara uma Expointer histórica ao segmento, de 30 de agosto a 7 de setembro de 2003, em Esteio/RS. A entidade vai oferecer aos expositores uma estrutura diferenciada, e assim facilitar a qualidade do trabalho dos expositores e do público interessado em conhecer ou adquirir máquinas e equipamentos. Para começar, a área designada para as empresas será, em 2003, três vezes superior à do ano passado.

E a área será totalmente urbanizada, com 14 mil metros quadrados de asfalto, além de abastecimento de energia elé-

trica, telefone e água. Ou seja, estrutura completa para o perfeito funcionamento das empresas. O sindicato também ocupará um escritório novo. Já estão garantidos dois dias da Expointer exclusivos para negócios (segunda e terça-feira), mas o Simers pleiteia um dia a mais.

Além disso, será disponibilizado, dentro do espaço de expositores, um restaurante exclusivo e de alta qualidade, com capacidade para 4 mil refeições por dia. Da mesma forma, o Simers construiu um banheiro de primeiro nível, com 300 metros quadrados, igualmente exclusivo, assim como uma sala de imprensa. Caso não seja possível a tempo, o banheiro estará disponível para a edição da feira de 2004. A pro-

posta do Simers é criar uma estrutura própria para as empresas de máquinas e equipamentos, como se fosse uma “feira dentro da feira”.

Segundo o presidente da entidade, Cláudio Bier, o Simers quer transformar a Expointer na “melhor feira de máquinas e equipamentos do Brasil”. Todas as alterações estão sendo feitas para que a Expointer assuma a condição de “feira de negócios”. Não por acaso, o sindicato já tem confirmado a participação superior a 100 empresas, muito mais que as 38 do ano passado. Entre estas, por exemplo, três de pneus. No ano passado, apenas uma participou. Para 2004, a idéia é criar um pavilhão exclusivo para fornecedores. ■



Cláudio Bier, do Simers, confere de perto as obras na área que irá abrigar mais de 100 empresas expositoras de máquinas agrícolas em Esteio/RS

ANÚNCIO

PRÓSPERA

fronteira agrícola

Investimentos em tecnologia, pesquisa e mecanização estão transformando o cenário agrícola de Rondônia. A produção de grãos, com a crescente ocupação de áreas de pastagens degradadas por lavouras de soja, milho, arroz e feijão, hoje é encarada como uma maneira racional de reaproveitar áreas improdutivas, gerar riqueza e reduzir o impacto ambiental

Alexandre Franco dos Santos

Não é de hoje que Rondônia se revela uma região predestinada ao desenvolvimento e ao progresso. A história dessa região, que se desponta como a mais nova fronteira agrícola do País, começou em 1943, quando ao Estado foi dado o reconhecimento como integrante da região amazônica. A região do cone sul do Estado, composta principalmente pelos municípios de Vilhena, Cerejeiras, Colorado d'Oeste, Cabixi, Corumbiara, Pimenteiras d'Oeste e Chupinguaia, é onde se encontra a maior concentração da agricultura mecanizada, graças ao cultivo da soja.

O município de Cerejeiras, por exemplo, é conhecido por suas áreas de pastagens degradadas que, aos poucos, estão se transformando em lavouras de

grãos. Essa revolução é resultado do emprego de alta tecnologia disponibilizada por produtores que vieram de Estados como Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Com recursos próprios, eles estão investindo em lavouras com variedades de culturas (soja, arroz e milho) e transformando essa região de Cerrado em um próspero celeiro de grãos.

O agrônomo da Embrapa Rondônia, Vicente Campos Godinho, diz que na próxima safra a área plantada com soja deverá crescer mais de 20%. Isso significa um salto de 41 mil hectares para algo em torno de 50 mil hectares. Mas a expectativa é atingir uma área potencial de 70 mil hectares. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na última safra a pro-

dutividade média da região do cone sul de Rondônia foi de 3.125 kg por hectare (o equivalente a 52 sacas de 60 kg/ha), um recorde que superou a média nacional, que gira em torno de 3 mil kg.

Outra boa notícia é que empresas de beneficiamento estão migrando para a região, como é o caso dos grupos Cargill e Amaggi, que já montaram suas plantas industriais em Vilhena, município a 815 km



da capital, Porto Velho. Além delas, a esmagadora Portal está produzindo óleo e farelo de soja – um subproduto utilizado como ração para o gado.

“Essas empresas já estão conseguindo bons volumes de negócios na região. Apesar dos bons índices de produtividade, porém, atualmente a área plantada ainda não foi suficiente para atrair novos investidores, mas ao manter esses resultados a região estará recebendo novos investimentos”, argumenta Godinho.

Incentivos — O secretário da Agricultura do Estado, Luiz Cláudio Pereira Alves, afirma que Rondônia está começando a ampliar seu parque industrial. Além da vinda de empresas para

beneficiar a soja, estão chegando as indústrias do setor de laticínios, curtume e de peças para eletrodomésticos. Alves destaca a somatória de vários fatores que estão colaborando para o sucesso agrícola de Rondônia, que tradicionalmente já tem clima e solos favoráveis. A execução de modelos de produção eficientes e bem-sucedidos também tem proporcionado aos produtores bons índices tecnológicos e de produtividade. Além disso, o trabalho é reforçado pelo próprio empreendedorismo e dedicação dos agricultores.

Outro ponto positivo que começou a vigorar na região foi a criação de um sistema de incentivo tributário, que concede entre 65% e 95% de abatimento no ICMS para estimular a instalação de novas empresas. Para incentivar o surgimento de microempresas, também estão ativas linhas de crédito entre R\$ 300 e R\$ 2.000 para os novos empreendedores. O Banco da Amazônia (Basa) e o Banco do Brasil são as duas principais instituições financeiras estatais que concedem crédito direto aos produtores com recursos oriundos do Pró-Rural, Pró-Leite e Pronaf, geralmente os mais utilizados pelos pequenos e médios produtores rurais. Só em investimentos para as unidades demonstrativas que funcionam como propriedades-modelo para os produtores, a Secretaria da Agricultura repassa mensalmente R\$ 100 mil para o custeio de programas de difusão de novas tecnologias.

O pesquisador da Embrapa Vicente Godinho afirma que o Centro Experimental de Vilhena trabalha há vários anos para o desenvolvimento de novas variedades. “O programa de melhoramento de soja para Rondônia e região de Mato Grosso tem produzido variedades de soja que apresentam excelente potencial produtivo”, explica. Entre as novas variedades disponíveis de soja de ciclo semitardio e tardio para os pro-

dutores estão a BRS Aurora, BRS Pirarara e BRS Seleta.

O que vale agora, segundo o pesquisador, é redobrar a atenção quanto a focos da ferrugem asiática que atacou algumas áreas na safra passada. A doença é causada pelo fungo *Phakopsora pathyrhizi*, que provoca a desfolha precoce da planta. Uma forte incidência dessa doença tem sido verificada principalmente na região norte do vizinho Mato Grosso.

Bons resultados — Moacir Antonio Barlette, em 1986, migrou da sua terra natal, Carazinho/RS, e chegou com a família a Vilhena/RO para produzir soja. Essa é uma realidade comum no cone sul de Rondônia, onde muitos produtores oriundos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul vieram tentar nova sorte e sucesso nas terras do Cerrado nortista.

O produtor comprou terras na região e mais tarde formou a Fazenda Santo Antônio, dando início à produção de soja em 250 ha com uma produtividade de 40 sacas/ha. Na última safra, ele plantou 1.000 hectares e colheu média de 55 sacas/ha. Em alguns talhões a média chegou a 70 sacas/ha. Para a próxima safra, o produtor adiantou que aumentará em mais 300 ha de área de lavoura de soja, com 80% do total arrendado.

Além da soja, Barlette produz arroz de terras altas numa área de 300 ha. Outros 470 ha foram transformados em safrinha de milho com expectativa de colheita entre 60 e 65 sacas/ha. Na safrinha de milho deste ano, os produtores estão tendo muito o que comemorar, pois o clima favorável beneficiou a lavoura e, com isso, houve significativo salto de produtividade. A média tradicional no Estado é na casa das 40 sacas e, este ano, boa parte dos produtores está tirando da lavoura não menos que 55 sacas de milho por hectare.





Alves afirma que a agricultura já começou a atrair importantes indústrias para a região

“Toda a região está bem servida de alta tecnologia, de frota mecanizada para a colheita, além de chuvas bem distribuídas, solo favorável e adubação adequada, fatores que certamente estão garantindo os bons índices de produtividade”, considera Barlette. Para este produtor de grãos, Rondônia como fronteira agrícola já é realidade e, se num passado recente houve uma desaceleração de investimentos, certamente a culpa não foi dos produtores, mas dos planos econômicos que engessaram as ações e os recursos.

Barlette prefere pegar recursos da iniciativa privada, que fixa a cotação do dólar do dia e a taxa de juros em torno dos 14% ao ano. “A vantagem desses empréstimos é que a qualquer hora podemos disponibilizar o dinheiro”, pondera. O produtor tem trabalhado com a venda antecipada de pelo menos 40% da safra da soja no mercado de venda futura e está satisfeito com a cotação média que tem alcançado os R\$ 30 a saca.

Outro ponto importante destacado por Barlette foi a estrutura portuária graneleira montada na capital Porto Velho e em Itaquiatiara para o escoamento de grãos que começou a funcionar em 1997, dinamizando o embarque da safra para outros Estados e também para o exterior. Ele também comemorou a chegada de mais uma beneficiadora. A Bunge instalou-se na região para conquistar os produtores, oferecendo atrativos nos contratos com melhores remunerações na hora da entrega da safra.

Divulgação

Diversificação — Rondônia não cresce apenas embalado pela produção de soja e milho. O agrônomo da Emater regional de Porto Velho, Luiz Martins Fernandes, destaca que outras importantes atividades, como o extrativismo da pupunha, do cupuaçu, do açaí, entre outras culturas típicas da região amazônica, estão dando impulso ao agronegócio naquela região.

O cacau também é outra cultura econômica que apresenta índices de produtividade comparáveis aos do México. É a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) que coordena os incentivos aos produtores, órgão ligado ao governo federal que repassa verbas ao governo estadual. A produtividade média atual varia entre 600 e 700 kg/ha e a área estimada de plantio é de 40 mil hectares. A meta, no entanto, é ampliar a área de plantio para 70 mil hectares.

O zoneamento socioeconômico vem ganhando força principalmente na região amazônica, mais ao norte do Estado, onde estão sendo realizadas várias iniciativas de sucesso com a produção de banana e café consorciada com o reflorestamento de mogno, cerejeira, cedro-rosa, ipê e a copaíba (árvore da região de onde se extrai um óleo que pode ser utilizado como antibiótico natural). Também há outros tipos de consorciamento, como o do cacau com a banana, do cacau com o cupuaçu, do café com o cacau, do açaí com a seringueira. “São programas que permitem a exploração de forma racional e ordenada e que utilizam as espécies essenciais florestais típicas da Amazônia”, destaca Fernandes, da Emater.

Arroz — O Estado também vem mostrando competência na produção do arroz. Na região de São Felipe d’Oeste, por exemplo, a produtividade da última safra de arroz alcançou 2.700 kg/ha. O município também é exemplo na agricultura familiar, onde mais de 90% dos agricultores da região se



Produção de arroz ganha destaque em Rondônia, com uma...

enquadram nesse perfil e produzem milho, feijão e arroz, geralmente lavouras para a própria subsistência. “Mas essas famílias vão deixar de existir se o governo não tomar providências. Os investimentos estão saindo da iniciativa privada, mas quando os bancos liberam verbas, os recursos são aplicados em grande parte para o comércio e para a indústria”, argumenta Francisco Ferreira Cabral, presidente da Federação da Agricultura do Estado de Rondônia.

Destaque no café — Rondônia é o segundo maior produtor de café canelão do País. A média atual de produtividade gira em torno de 40 sacas/ha



Centro Experimental de Vilhena vem trabalhando intensivamente no desenvolvimento de novas variedades de soja

Divulgação



Divulgação

.....produtividade média de 2.700 kg/ha na última safra

(2.400 kg) e os cafezais mais característicos são do tipo arábica (tipo 6 e 7, de alta qualidade) ou canéfora (tipo 8, de média ou baixa qualidade), plantados em regiões mais ao centro-oeste do Estado, em municípios como Ouro Preto d'Oeste, Rolim de Moura, Cacoal, Nova Brasilândia, Alta Floresta e Alto Alegre do Paricis. De acordo com o Centro Experimental da Embrapa de Ouro Preto d'Oeste, os produtores dessas regiões cafezeiras nos últimos anos estão conseguindo melhorar seus sistemas tecnológicos de plantio e colheita, o que está refletindo positivamente na melhoria da qualidade do café.

Em busca da qualidade, vários produtores já adotaram o uso de pátios cobertos, que funcionam como estufas de revestimento plástico e ajudam na secagem dos grãos do café. Com o suporte técnico da Embrapa e da Emaater, os produtores estão conseguindo melhorar a secagem, o que resulta num produto de mais qualidade e de maior valor agregado. Enquanto a média da saca de 60 kg geralmente é vendida a R\$ 80, os cafeicultores que ajustaram seus sistemas de produção conseguiram vender entre R\$ 95 e R\$ 105 a saca na última safra.

O produtor Dario de Souza Miranda, 51 anos, da Fazenda Novo Alvore-

A nova fase da pecuária

Quando o assunto é pecuária, Rondônia também está indo muito bem. Atualmente, a atividade conta com mais de 5 milhões de hectares de pastagens e o plantel está beirando os 10 milhões de cabeças. Vale destacar que boa parte dessa área está nos mais diversos estágios de degradação e pode ser convertida em lavouras de ciclo anual. Quando isso é feito, o agropecuarista tem menor custo financeiro e ambiental, aliviando a pressão do desmatamento sobre as áreas de florestas. “Apesar de o problema das pastagens degradadas existir, Rondônia recentemente conseguiu a condição de área livre da febre aftosa com vacinação. Dessa forma, também vai avançar muito na produção de carne”, des-

taca Luiz Cláudio Pereira Alves, secretário da Agricultura.

Outra importante iniciativa de incentivo para a pecuária de corte da região é a experiência de produtores cadastrados no Programa Boi de Capim, desenvolvido pela Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (ACNB). Na pecuária leiteira, os índices também são prósperos. Conforme dados da Secretaria da Agricultura, a média de produção tem sido de 1,8 milhão de litros/dia. Segundo Alves, até 2006, com o incremento de ações para melhorar a genética do rebanho, o manejo do pasto e a qualidade do leite por meio de novas linhas de crédito do Pró-Leite, a expectativa é de conseguir elevar a produção para 3 milhões de litros/dia.

cer, em Ouro Preto d'Oeste/RO, planta café desde 1973, um ano após ter migrado do interior do Espírito Santo para Rondônia, onde comprou 90 hectares de terra. Há 30 anos, vive da lavoura (25 ha entre café, milho, arroz, tomate e melancia) e da pecuária (75 ha entre gado de leite e de corte) e conta com a ajuda dos dez filhos.

Na propriedade, Miranda é dono de 55 mil pés de café numa área de 18 ha. Na última safra, colheu uma média de 18 sacas/ha. O produtor acabou de limpar o café e agora recebe assistência da associação local, a Café Ouro, para a secagem do grão, que só será vendido

no fim do ano, quando o produto poderá estar cotado acima dos R\$ 100 a saca. “Hoje a saca aqui na região gira em torno de R\$ 86, um preço de venda desfavorável”, confidencia o cafeicultor.

A maioria dos pequenos produtores de café da região usa a prestação de serviço da associação, que aluga as máquinas para a colheita. Geralmente, o excedente da produção é comercializado por meio de cerealistas para cidades como Cacoal e Ariquemes, entre outras. “Eu estou há 30 anos aqui e posso dizer que Rondônia tem sido o melhor lugar para a produção agrícola”, endossa Miranda. ■

NEVOEIRO®

CATHI

CIP

CIN 2000

10.012 574

TECNOLOGIA E EVOLUÇÃO!

NEVOEIRO IND. E COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA.
BR 377 - Km 01 N° 1551 - CEP: 98010-170 - e-mail: comercial@nevoeiro.ind.br
Fone: (55)3322-1227 / Fax: 3322-0145 - Cruz Alta - RS

DIÁLOGO

marca o lançamento da Expointer 2003

“O mais importante é sentirmos que há diálogo e entusiasmo para a realização da Expointer 2003”, afirmou o presidente da Emater/RS, Caio Tibério da Rocha, no dia 15 de julho, durante o lançamento nacional da 26ª Exposição Internacional de Animais. Nessa solenidade, no Galpão Crioulo do Palácio Piratini, o governador Germano Rigotto igualmente destacou o espírito que norteia a promoção da feira: “Seria absolutamente impossível, ante o porte do evento, dar o devido destaque, neste breve pronunciamento, às inúmeras organizações, associações de criadores, instituições ligadas ao setor, sindicatos e federações que concorrem com seus trabalhos e seus recursos, sob a coordenação do Estado, para a realização da Expointer”.

A parceria também foi ressaltada pelo vice-presidente da Farsul, Francisco Schardon. “Estou ciente e consciente de que, lado a lado, dividindo erros e acertos, estaremos fazendo uma exposição com o retrato da economia do agronegócio gaúcho”, afirmou o dirigente. A intelecção foi o tom do discurso do presidente

da Fetag, Ezidio Pinheiro, ao citar o trabalho conjunto que a entidade desenvolve com a Emater/RS. Pinheiro anunciou que os pequenos produtores estarão com mais de cem bancas, apresentando a sua produção. E aproveitou para presentear o governador com uma cesta de produtos da agricultura familiar.

A mostra, que ocorrerá entre os dias 30 de agosto e 7 de setembro, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, recebeu a inscrição de 6.188 animais, número 9% superior ao registrado na edição passada. Outro crescimento se verificará no setor de máquinas e implementos agrícolas. Estão confirmadas a representação de 105 expositores, bem distantes das 48 empresas que estiveram no Parque Assis Brasil em 2002.

O Banrisul estará colocando um crédito de R\$ 54 milhões. Deste volume, R\$ 50 milhões destinam-se à aquisição de máquinas, por meio do programa Moderfrota, e R\$ 4 milhões para a compra de animais. O Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos do Estado (Simmers) prevê negócios de R\$ 200 milhões, volume bem superior aos R\$ 125 milhões

que as empresas registraram na mostra anterior.

Caio Tibério da Rocha, que integra a Comissão Executiva da Expointer 2003, igualmente ressaltou as melhorias que serão executadas no parque. Entre os serviços prioritários estão as reformas dos sanitários, da Tribuna de Honra, dos telhados dos pavilhões, das pistas de julgamento e do Restaurante Internacional, além da instalação de iluminação na pista central. No lançamento, Rigotto anunciou que o governo gaúcho aplicará R\$ 950 mil em reformas gerais no parque. O secretário da Agricultura e Abastecimento, Odacir Klein, e o de Obras Públicas e Saneamento, Frederico Antunes, assinaram ordem de serviço para a realização das obras de reforma da Casa Branca, no parque Assis Brasil.

O aspecto de feira internacional se confirma novamente a partir da participação, já assegurada, de 11 países: Uruguai, Canadá, Peru, Chile, Equador, Alemanha, Inglaterra, Bolívia, Panamá, Áustria, Itália. Estão sendo aguardados representantes da Argentina, da França, do Paraguai e da Holanda. ■



ANÚNCIO

Algodão **DOURADO** no oeste da Bahia

*Produtores estão colhendo safra recorde
com lucro de até US\$ 800 por hectare.*

*Quase 14% da pluma brasileira brota da região
e a área vai dobrar na safra 2003/2004*

Texto: Leandro Mariani Mittmann / Fotos: Ivanir Maia



Na Bahia, mais precisamente no oeste, o algodão trocou de cor: deixou de ser branco para ser dourado. Na verdade, apesar das avançadas pesquisas da Embrapa para a produção de variedades que deixem a fibra colorida ainda no pé, a afirmação acima não passa de uma figura de linguagem. O algodão baiano continua brilhantemente alvo, mas está proporcionando rentabilidade que lembra a obtida por aqueles que trabalham com o minério ouro.

A maior safra da região nos últimos anos, responsável por 80% da produção baiana da fibra, e o preço favorável estão capitalizando o cotonicultor como nunca. O lucro líquido médio dos últimos três anos, mesmo levando-se em consideração problemas climáticos de 2002, é de US\$ 400 a US\$ 500 por hectare, sendo que produtores top têm obtido US\$ 800 nesta safra.

Atualmente, o oeste baiano – região

dos Cerrados, cujos principais municípios são Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães – está finalizando a colheita de 66,8 mil hectares, de onde deverão brotar 103 mil toneladas de fibra. Para a próxima safra, a previsão é de que a área seja expandida para 110 mil a 120 mil hectares – o que fará o Estado nordestino passar a 130 mil hectares plantados, ocupando o posto de segundo maior produtor brasileiro, atrás apenas de Mato Grosso, e então à frente também de Goiás.

Mas é a comparação destes números com a de outros não muito distantes que leva a seguinte conclusão: oeste baiano é protagonista de um autêntico *boom* na exploração da *commoditie*. Na safra 1995/1996, portanto sete a oito anos atrás, a região plantou 2.400 hectares e colheu 2.200 toneladas de pluma. Ou seja, em área, cresceu 28 vezes, enquanto a produção foi multiplicada por 47; e a produtividade passou de 910 kg por hectare para 1.540 kg/ha. Apenas sete

safra depois, a região passou de insignificante para uma potência nacional.

Sucesso com causas — Todo este triunfo tem explicações, é claro: desde clima e solo propícios, até a adoção de variedades adaptadas para a região, ao aprendizado por meio dos erros safra após safra, além da proximidade a um importante mercado consumidor – pois o próprio Estado consome 350 mil toneladas de fibra. O somatório desses fatores ao da boa cotação na atualidade resulta no investimento para a concretização de uma pluma de qualidade, atraente até mesmo para o mercado externo, que leva cerca de 30% da produção. Para mostrar ao Brasil toda esta pujança, a Fundação Bahia, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e a Embrapa Algodão reuniram mais de 500 produtores, políticos, lideranças rurais e empresários num dia de campo, na Fazenda Independência, no município de Formosa do Rio Preto, propriedade de



João Carlos Jacobsen Rodrigues. Além de produtor-modelo, ele é presidente da Associação Baiana de Produtores de Algodão (Abapa) e vice da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa).

Os visitantes conheceram parte da lavoura e ouviram de produtores, pesquisadores e técnicos informações e relatos de experiências do cultivo com eficiência e rentabilidade. “Já apanhei de todo o jeito”, confia Jacobsen. E não foi o único. Todos aqueles que iniciaram a odisséia da fibra na região em meados da década de 1990 sofreram no bolso os efeitos da inexperiência e da tomada de decisões equivocadas. Bem antes, nos anos de 1980, o oeste já havia tentado a cotonicultura, mas a opção por variedades com fibra longa constituiu-se num desastre fatal para a ocasião, erro não repetido a partir de 1995, com a implantação da produtiva e adaptada cultivar ITA 90, da Embrapa. Por tudo isso,

na atual safra, o oeste baiano será responsável sozinho por praticamente 14% da produção nacional de algodão.

Novatos, cautela

Apesar do momento amplamente positivo e a previsão ainda mais otimista para a próxima safra—afinal os produtores já estão comercializando a arroba a R\$ 50 (contrato futuro vinculado em dólar, a US\$ 17), R\$ 4 a mais que atualmente —, o escaldado Jacobsen sugere cautela.

Ele deixa claro que a região não tem estrutura, até mesmo de maquinário, para uma explosão de área plantada. Conforme o dirigente, 50 mil hectares a mais exigirão 50 colheitadeiras extras, 16 usinas de beneficiamento e uma centena de monitores de pragas. “Não há disponibilidade de infra-estrutura de uma hora para a outra”, alerta o experiente produtor. “O problema é orientar os novatos para que amanhã não se tornem frustrados.”

Ele deixa claro que o maior risco é para os produtores incautos, que jamais exploraram a cultura.

Mais que cautela sobre o futuro, pensar no amanhã também é se preparar para enfrentar a concorrência e para atender os exigentes clientes, em especial aqueles preciosos do outro lado do Atlântico. Na véspera do dia de campo, centenas de produtores ouviram as considerações de Antônio Esteve, dono da principal *trading* que atua na região e único exportador do oeste. Ele expôs a necessidade da adoção da nova classificação da pluma, para acatar as normas dos mercados externos. A qualificação suprimiu uma série de detalhes da definição dos níveis de qualidade da pluma para determinar-se em apenas três itens: tipo (grau de refletância); cor (grau de amarelamento); folha (grau de impureza). “A nova classificação facilita o marketing do nosso algodão no mercado internacional”, lembra Esteve, após explicar, em detalhes, o novo sistema. “A região vai fixar o nome e não o produtor individual. Então, depende de vocês.”

Safra excelente, mercado merecendo o mesmo adjetivo. No entanto, mesmo assim, cuidados com a lavoura até a colheita naturalmente jamais podem ser desconsiderados. Os pesquisadores e técnicos de empresas de insumos promotores do encontro reiteraram alguns princípios básicos para se produzir algodão de qualidade. Eleusio Curvelo Freire, chefe da Embrapa Algodão, sediada em Campina Grande/PB, lembra a impor-

LÂMINA FRONTAL ARTICULADA
A ÚNICA DO BRASIL - GP 3600F
TOTALMENTE HIDRÁULICA

GIHAL
www.gihal.com.br

e-mail: gihal@annex.com.br - Home page: www.gihal.com.br
Fone/Fax: (54) 331.4044 - (54) 330.2999
BR 386 - Km 174,5 - CEP 99500-000 - Carazinho/RS

tância do controle do pulgão e da mosca-grande especialmente no final do ciclo da herbácea, pois as fezes dos insetos aumentam o teor de açúcar na pluma, o que compromete sua



Jacobsen, considerado produtor-modelo, alerta sobre os riscos de se iniciar o cultivo de algodão sem planejamento

qualidade. Freire ainda destaca as culturas da Embrapa que são ideais para a região baiana. “Consideramos que a época ideal de plantio na Bahia é novembro”, acrescenta.

Economia na pulverização — O pesquisador e diretor do Centro Brasileiro de Bioaeronáutica, situada em Sorocaba/SP, Marcos Vilela Monteiro, expõe as vantagens e os resultados de testes práticos, de campo, da aplicação de defensivos via aérea pelo sistema de Baixo Volume Oleoso, o B.V.O. Entre uma série de benefícios, a aplicação do insumo imersa por uma solução mais viscosa evita desperdícios pela evapora-

ção ou desvios para áreas vizinhas. Além disso, o óleo abriga melhor o princípio ativo do produto. “O óleo encapsula o princípio ativo. Este é o segredo”, salienta Monteiro.

Além da aplicação mais homogênea, o B.V.O. proporciona maior efeito residual. Segundo o pesquisador, por tudo isso, o número de pulverizações num ciclo pode cair de 12 para 9 – portanto, uma economia e tanto. Segundo ele, no caso da soja, testes indicaram ser possível utilizar apenas 8 litros de defensivos via B.V.O. por hectare, contra 30 pelo sistema tradicional. Em outra experiência, revelou, numa lavoura de algodão, a população de bicudos após a aplicação de 2 litros por meio de B.V.O. foi de apenas dois insetos por hectare. Já na lavoura testemunha que não recebeu o tratamento, a população chegou a 215 unidades. ■

Soja perde espaço para a herbácea

Em tempos de louvores unânimes à dolarizada soja, de sul a centro-oeste do País, os baianos do oeste rejeitam a oleaginosa em prol da fibra. Os possíveis cerca de 50 mil hectares novos a serem ocupados pela herbácea deverão ser sacados de áreas antes destinadas à soja – ainda a principal cultura da região, presente em 70% da área agrícola ativa, ou 850 mil hectares, que geraram 1,6 milhão de toneladas colhidas na recente safra. Duas são as razões da convicta migração: a primeira é que, realmente, o algodão está sendo mais rentável; a segunda, é o estrago que a ferrugem asiática causou na leguminosa. Estima-se que mais de um terço da safra tenha sido devastado pela moléstia. Houve produtores que nem fizeram o uso da colheitadeira em algumas lavouras. Para a próxima safra, plantios de soja atacados pela doença poderão exigir três pulverizações. E então foi-se o lucro.

A realidade é que, sejam pequenos, sejam médios ou grandes, muitos pensam em ampliar a área de algodão para o próximo ano. E tem gente obcecada por entrar no negócio. São vários os exemplos, afinal, as lavouras esbranquiçadas pela reluzente pluma deverão ser, em um ano, o dobro do tamanho em comparação a



hoje. Osvaldo Takemoto (foto à direita) produziu, no quinto ano que investe na cultura, 400 hectares, em Nova Paraná e Rodo Velho. A área será ampliada em 50%, para 600 hectares. “Estou confiante no algodão”, justifica. Afinal, antes da atual colheita ele esperava 300 arrobas por hectare, 49 arrobas a mais que em 2002. “Este ano foi o melhor”, comemora Takemoto, que produz em sistema de cultivo convencional – inclusive explora mais 200 hectares de soja e outros 200 de milho.

A expansão de área destinada à fibra será um salto nas lavouras de Walter Horita (foto à esquerda): de 6.300 para 11 mil hectares. A perspectiva dele é que a atual safra, cuja colheita deverá estar encerrada em 15 de agosto, alcance uma produtividade de 300 arrobas por hectare. “Plantamos com esta meta, desde que tudo corresse bem. E correu”, analisa o produtor, que também é presidente da Fundação Bahia. Ele não fala em faturamento, mas confidencia que cada hectare exigiu investimento de US\$ 1.200, mas deverá render US\$ 2.000. Portanto, lucro líquido de US\$ 800 ou R\$ 2.304 pela cotação de



R\$ 2,88/dólar. Por esta matemática, Horita terá tido um lucro de R\$ 14,515 milhões. “O preço é melhor que em 2002. É uma situação muito boa. Gostaríamos que acontecesse sempre”, avalia. O momento foi tão propício que os pivôs que irrigam 450 ha não precisaram ser acionados. “Na região choveu bem”, esclarece.

O recém-formado em agronomia Thiago

Grendene planeja estreitar como produtor plantando 800 ha de algodão junto com o tio, que trabalha na região há 18 anos e explora 2.500 hectares de soja, além de 212 ha de milho e também 212 ha de feijão (ambos sob pivô). “A região está propícia pela produtividade. O algodão é alternativa para escapar dos problemas com a soja”, justifica. O tio perdeu 35% da oleaginosa em consequência da ferrugem. Grendene estima que o investimento no primeiro ano será de US\$ 1.100 por hectare, bancado por recursos próprios. Neste orçamento, não está incluído o maquinário, pois a colheita vai ser terceirizada e o restante da estrutura será o mesmo que já está em uso na propriedade. “Eu vejo que o algodão é uma saída. A região já mostrou”, afirma o futuro produtor.

ANÚNCIO

Feira de cara **NOVA**

Maior número de expositores de máquinas e de animais, além de investimentos que somam quase R\$ 2 milhões, é o grande indicativo de que a edição deste ano vem para consolidar a Expointer no circuito internacional de feiras do setor agrícola

A 26ª edição da Expointer promete. Não é à toa que os organizadores do evento – que acontece de 30 de agosto a 7 de setembro em Esteio/RS – estão investindo pesado para revitalizar e, por que não dizer, resgatar a pujança da tão tradicional feira de animais e máquinas agrícolas do Rio Grande do Sul.

A expressão do agronegócio gaúcho e brasileiro está recebendo mais de R\$ 950 milhões em investimento, para a melhoria da infra-estrutura do Parque Assis Brasil. As reformas estão sendo executadas em diversos pontos do parque, como pistas de exposições e tribuna de honra, local que neste ano irá receber as presenças do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, durante a abertura oficial da feira e desfile dos animais campeões, no dia 5 de setembro.

O Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas do RS (Simers) está colocando R\$ 1 milhão na reforma do espaço destinado às máquinas agrícolas, incluindo a construção de um estacionamento privativo. Neste ano, já está confirmada a presença de mais de cem expositores para ocupar a área de 7 hectares. O presidente do Simers, Cláudio Bier, estima um faturamento de R\$ 200 milhões com a venda de máquinas e implementos. No ano passado, a comercialização foi de R\$ 125 mil. O Parque Assis Brasil conta ainda com espaço para comercialização dos produtos de agricultores familiares e feira de artesanato.

Países — A Expointer, considera uma das mais importantes feiras da



Visitantes encontrarão muitas novidades, especialmente em infra-estrutura, no parque

América Latina, já tem confirmada a participação de delegações estrangeiras, entre elas, Alemanha, Áustria, Bolívia, Canadá, Chile, Equador, Inglaterra, Peru, Panamá, Itália e Uruguai. Os animais, as grandes estrelas da feira, neste ano chegam em número mais expressivo. A Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul confirmou a inscrição de 6.188 exemplares de diversas raças, contra 4.495 registrados em 2002.

A expectativa do governo do Es-

tado é que a comercialização total supere em 30% o volume negociado em 2002, quando a Expointer faturou R\$ 3,1 milhões. Crédito não faltará, uma vez que o Banrisul – um dos bancos financiadores presentes em Esteio – anunciou a disponibilização de R\$ 50 milhões para máquinas agrícolas e R\$ 4 milhões para animais.

O governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, aposta que 2003 será o ano da consolidação da Expointer no cenário de feiras de ca-

ráter internacional. “A parceria entre todos os segmentos do setor primário vai determinar uma grande Expoin-ter”, destaca. O secretário estadual da Agricultura, Odacir Klein, afirma que a agricultura familiar terá espaço garantido na feira, como nos anos anteriores, sob a responsabilidade da Fe-tag, uma das entidades co-promotoras do evento, junto com a Farsul e o Ministério da Agricultura.

Cordialidade — Klein acredita que o bom momento vivido pela agricultura gaúcha e brasileira é um ótimo indicativo para o sucesso da edição 2003. “Além disso, estamos passando por um momento de cordialidade, sem disputa entre promotores, sem divergência entre pequena e grande propriedades”, declara. Klein afirma que neste ano a Expoin-ter terá todas as condições para recuperar o *status* de feira de negócios. Mas lembra que o evento também é, culturalmente, um espaço para o turismo e para a visitação pública da população urbana. “Vamos nos esforçar para produzir mais negócios, sem ti-



A Granja

Abertura oficial e desfile dos campeões contará com a presença do presidente da República

rar essas características da Expoin-ter”, afirma.

Realizada desde 1970 em Esteio, com caráter internacional há 31 anos, a exposição promete apresentar nesta edição a força do agronegócio gaúcho, segmento que responde por 45% do PIB do Rio Grande do Sul. Nos

novos dias da feira haverá julgamentos e leilões de bovinos de corte e de leite, ovinos, caprinos, eqüinos e pequenos animais, além da tradicional exposição de máquinas, implementos e insumos agrícolas e da grande final do Freio de Ouro e do Prêmio Gerdau Melhores da Terra. ■



SILOS E SECADORES



Rodovia BR-101 • Km 414
Fone/fax: (48) 524-0030
CEP 88900-000 • Araranguá/SC
E-mail: vendas@mpage.com.br
www.mpage.com.br

Trator 500 mil: uma MÁQUINA contra a fome

A pesar de aparentemente ser o mesmo MF 275/4L produzido diariamente na planta industrial da Massey Ferguson, em Canoas/RS, o trator apresentado no dia 8 de julho tem um simbolismo que o torna único. Trata-se do trator de número 500 mil fabricado pela empresa no Brasil, onde o primeiro modelo foi produzido em 1963. O número alcançado pela empresa do Grupo AGCO representa quase 50% do que toda a indústria nacional produziu desde 1961 – 1,1 milhão de tratores. “A história da mecanização agrícola no Brasil confunde-se com a da Massey Ferguson”, opina o diretor de marketing da AGCO do Brasil, Werner Santos.

Mas por que, afinal, foi escolhido este modelo, quando a Massey produz tratores muito mais modernos e de potência superior? O MF 275/4L, um trator versátil, nas palavras de Santos, é o maior sucesso de vendas da empresa, com 91,8 mil unidades comercializadas. Nada mais justo, portanto, que escolhê-lo. A empresa preparou uma surpresa: o modelo MF 275/4L série 500.000, que é especial e limitada. Serão produzidos 500 tratores neste verão, que estarão à venda em toda a rede Massey Ferguson do Brasil. Na versão comemorativa, os tratores apresentam design e ergonomia de operação diferenciados, além de maior conforto operacional e uma capacidade de levante hidráulico superior aos modelos de linha.

Como a ocasião pedia, a Massey Ferguson tratou de compartilhar as comemorações com grupos fundamentais ao desfecho da meta alcançada: funcionários e familiares, governo, revendedores e clientes. Além disso, leiloou o trator de número 500 mil ao Programa Fome Zero, do governo federal, arrematado pela Associação dos Revendedores Massey Ferguson (Unimassey) por R\$ 200 mil. Qualquer cliente que for a uma concessionária pagará R\$ 85

mil pelo modelo. “É um símbolo importante não só para os revendedores, mas para a agricultura brasileira”, diz o presidente da Unimassey, Rudiney Doeller. A idéia é de que o “símbolo” fique exposto em todas as concessionárias associadas e em feiras de agronegócios, em dias determinados.

No dia em que o número 500 mil foi montado, 350 pessoas, entre autoridades e convidados, acompanharam todo o percurso da linha de montagem, até que o trator chegasse ao final, onde foi colocado em um palco. Estavam lá o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, o governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi, além do presidente e do vice-presidente mundial da AGCO, Robert Ratliff e Jim Seaver, respectivamente. Mal saiu da linha e o leilão iniciou, conduzido por Marcelo Silva, da Trajano Silva Remates, que também doou sua comissão para o Programa Fome Zero.

Como não era possível chamar a todos os clientes e revendedores Massey para dentro da fábrica, a organização do evento contratou o Canal Rural, que transmitiu o evento simultaneamente para cerca de 15 mil pessoas que estavam nas concessionárias em todo o País. Nesse caso, o público prestigiado

foram os clientes da marca que estão nas regiões Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo), Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás), Nordeste (Bahia, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Paraíba) e Norte (Tocantins).

Ainda houve um encontro direcionado aos revendedores de toda a América Latina, acompanhados de suas esposas, totalizando 300 pessoas. Em outro dia os funcionários foram convidados a levar seus familiares para conhecer as dependências da fábrica em Porto Alegre, num tradicional *open-house*.

A marca de meio milhão de tratores produzidos, por fim, faz justiça a liderança histórica da Massey Ferguson no segmento de tratores, que nos últimos cinco anos tem sido de 34%. Nas exportações a participação salta para 2/3. Dos 22 mil tratores previstos para serem produzidos somente neste ano, a metade vai ser comercializada no exterior. Com o fechamento da fábrica na Inglaterra e a absorção dessa produção,

a planta de Canoas é a fábrica da AGCO que mais produz tratores no mundo. Nesse ritmo, é possível que não sejam necessários mais 40 anos para atingir um milhão de tratores. ■



ANÚNCIO

Balanço **POSITIVO** para o campo

*Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul (SAA)
apresenta as ações dos primeiros seis meses de governo*

O programa Marca Agropecuária Gaúcha ganhou destaque do secretário da Agricultura e Abastecimento, Odacir Klein, na apresentação do balanço de seis meses de governo, em julho, como uma das metas importantes da gestão Germano Rigotto para os próximos quatro anos. O objetivo da administração estadual é ampliar a comercialização de produtos como carnes bovina e suína, vinhos, frutas, flores e produtos Ceasa nos mercados nacional e internacional. Nos primeiros seis meses deste ano, desenvolveu-se a estratégia do Projeto Carne Bovina, com a finalidade de incrementar a divulgação do produto e tornar possível o fornecimento de 4 a 8 mil toneladas de carne de novillo precoce no período de 2004 a 2007. O programa tem orçamento de R\$ 8,3 milhões.

A administração Germano Rigotto negociou com o Banco Mundial (Bird) a prorrogação do programa RS Rural por dois anos, até março de 2005, com recursos de R\$ 250 milhões para investimento em geração de renda, construção de infra-estrutura social básica e manejo adequado de recursos naturais. Desde 1997, o programa aplicou aproximadamente R\$ 283,92 milhões, dos quais R\$ 152,88 milhões oriundos do Bird e R\$ 131,04 milhões repassados pelo Estado como contrapartida, beneficiando 106,5 mil famílias de pequenos agricultores, assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais.

Os projetos são elaborados por técnicos da Emater. O governo recebeu o programa com dívida de R\$ 85 milhões da gestão anterior (R\$ 47 milhões para regularização de pendências e R\$ 38 milhões depositados no Caixa Único do Estado). Pelas novas regras do programa, o número de municípios beneficiados sobe de 290 para 400. A participação nos recursos passa a ser de 80% para o Bird e



Odacir Klein revela as principais ações da pasta agrícola no primeiro semestre

Divulgação

governo do Estado (antes 65%), prefeituras 10% (antes 15%) e beneficiários 10% (antes 20%).

O levantamento do programa Troca-Troca de Sementes para a safra de milho 2003/2004 mostra a necessidade de aquisição de 8,27 mil toneladas de sementes, equivalentes a R\$ 25 milhões. Os recursos estão garantidos pelo governo do Estado. Devido a perdas na safra de cebola, Klein autorizou a prorrogação até 2004 de financiamentos no valor de R\$ 291 mil. Os produtores da região de Tavares, Mostardas, São José do Norte e Rio Grande têm garantido financiamento de 1,76 mil toneladas para a safra 2003/2004, no valor de R\$ 440 mil. O prejuízo da colheita passada foi causado pela doença antraquinose, em consequência da baixa luminosidade e do excesso de chuva. Além dos R\$ 25 milhões necessários para a próxima safra, o programa tem dívida acumulada de R\$ 21,4 milhões desde a colheita 2000/2001.

Aftosa — Técnicos do Departamen-

to de Produção Animal (DPA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) avaliam que atingiram as metas de vacinação estabelecidas no combate à febre aftosa. Em 31 de março, concluiu-se a imunização do rebanho com aplicação de 12.916.817 doses (92% do total de 14.040.019 cabeças), das quais 4,5 milhões foram doadas pelo Estado para pequenos produtores enquadrados em critérios do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), isto é, proprietários de até 50 reses. A segunda etapa da vacinação, encerrada em 30 de junho, destinada apenas a terneiros, abrangeu aproximadamente 2,2 milhões de cabeças, equivalentes a 91,6% do total de 2,4 milhões de cabeças. “Trata-se de o maior percentual de vacinação efetivado no Estado”, anuncia o secretário.

A SAA terá, neste governo, o papel de articular o agronegócio, de fomentar o desenvolvimento e de liderar a valorização da atividade produtiva no meio rural. Para isso, reativou, em maio, câmaras setoriais de 14 das principais cadeias produtivas do setor primário do Estado. O objetivo é promover um fórum permanente de debates e formulação de políticas relativas à produção de bens e serviços. Criadas em 1995 e suspensas no governo anterior, foram reinstaladas as câmaras de trigo, milho, carne bovina, leite e suinocultura.

Social — Na área social, a principal ação da SAA, desenvolvida pela Ceasa, é o programa Tá no Prato. O projeto pretende combater o desperdício e dar assistência alimentar a famílias carentes, com doação de excedentes da comercialização de produtores e atacadistas para instituições sociais de Porto Alegre. Nos 30 primeiros dias do programa, o total de alimentos distribuídos a 28,9 mil famílias chegou a 102,7 toneladas. ■

Por que responder às PESQUISAS?



Divulgação

Com o passar do tempo e desenvolvimento do agronegócio, as empresas perceberam a importância de conhecer e entender os produtores e empresários rurais, para que dessa forma pudessem ser ágeis em resolver suas necessidades e seus problemas. A pesquisa de mercado agrícola, ainda, auxilia as empresas desse setor a diagnosticar os erros e as oportunidades, saber sobre o desempenho de produtos, avaliar a satisfação ou insatisfação de clientes e analisar a qualidade de atendimento e serviços.

Para terem e manterem clientes satisfeitos, dentro do atual cenário competitivo do mercado agrícola, as empresas precisam, constantemente, de informações atualizadas sobre os mercados em que atuam. O Brasil é responsável hoje por 60% das pesquisas de mercado agrícola que são realizadas em toda a América Latina.

Essas empresas preocupadas com opiniões e sugestões de seus clientes, de uma maneira geral, contratam institutos de pesquisa para realizar este trabalho, que deve ser imparcial e preciso. O recomendado é que este instituto possua um amplo banco de dados, de atendentes e entrevistadores, especializados e com formação agrícola. É dever do instituto divulgar e informar a importância da pesquisa, principalmente para os entrevistados, para que estes possam dessa forma fornecer informações de ótima qualidade.

É preciso tempo para trabalhar as sugestões e idéias colhidas no campo, transformá-las em infor-

mações às empresas, que por sua vez possam retornar ao campo na forma de resultados, como produtos mais específicos e serviços ainda mais personalizados. Assim, torna-se fundamental o depoimento do produtor rural no desenvolvimento do agronegócio brasileiro e de novos produtos que facilitarão e aumen-

tarão a eficiência do trabalho no campo. *“Não se pode ter um amanhã melhor quando se continua pensando em ontem o tempo todo”* (Charles F. Kettering, inventor norte-americano). ■



Sua resposta traduzida em resultado.

KLEFFMANN. Líder em pesquisas de agronegócio no Brasil.

A KLEFFMANN trabalha todos os dias em contato direto com o produtor e colhe, nos campos de todo o Brasil, seu mais valioso produto: a informação. E a KLEFFMANN é líder de mercado em pesquisa agropecuária não só porque tem estrutura mundial em banco de dados e a exclusiva tecnologia AMIS, mas porque

conquistou a confiança do mercado com um trabalho ético, que traduz as respostas do produtor com responsabilidade e que gera maior desenvolvimento de produtos e serviços, mais produtividade e resultados concretos para o agronegócio brasileiro. KLEFFMANN. Informações gerando produtividade no campo.

KLEFFMANN
Fast Forward

www.kleffmann.com

EXPORTAÇÕES em alta

As exportações de origem agropecuária cresceram 24% nos primeiros cinco meses deste ano, quando comparadas ao mesmo período de 2002. Os embarques ficaram 2% acima dos realizados em 1998, ano em que foi estabelecido o recorde anual de vendas externas. Os dados fazem parte do relatório econômico de conjuntura divulgado pelo Instituto Interamericano de Cooperação Agropecuária (IICA).

Segundo o documento, a Argentina ocupa os primeiros lugares em produtos muito importantes do comércio mundial. Também mostra algumas conquistas no campo sanitário. Por exemplo: já vende cítricos ao Japão, depois de vários anos de negociações sanitárias. Os Estados Unidos anunciaram recentemente tarifa zero para a exportação de 15 novos produtos alimentares locais, entre eles doce de leite, manteiga de amendoim, queijos duros, amendoim com casca, sem casca e branqueado.

O incremento atual nas exportações é consequência de uma elevação de 21% nas vendas de produtos primários e de 26% de manufaturados de origem agropecuária. Assim mesmo, no período considerado, as exportações de ori-



A Granja

gem agropecuária representaram 56% das vendas externas totais.

Entre os produtos primários, os principais ganhos são observados em mel, sementes, frutos oleaginosos e frutas frescas. Em relação aos processados, os melhores desempenhos foram para graxas e azeites, carnes e resíduos da indústria alimentícia.

As exportações de carnes frescas e processadas, entre janeiro e maio de 2003, alcançaram as 10.578 toneladas, por um valor de US\$ 13,1 milhões, segundo informou o Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar (Senasa) em um comunicado. Desse total, as exportações de carnes frescas somaram 9.484 toneladas por um valor de US\$ 10,5 milhões, segundo dados do organismo sanitário.

Já as exportações de carnes processadas, nos primeiros cinco meses de 2003, alcançaram as 1.094 toneladas por um valor de US\$ 2,5 milhões.

Livre de aftosa com VACINAÇÃO

A Organização Internacional de Epizootias (OIE) reconheceu a Argentina como livre de aftosa com vacinação nas principais zonas produtoras. Isso poderá contribuir para acelerar o reingresso da carne fresca argentina aos Estados Unidos e ao Canadá. Eles foram os principais compradores da carne local antes da crise da aftosa. Em

2000, adquiriram em conjunto 60 mil toneladas de carnes frescas. Ambos os mercados absorviam um terço das exportações de carne bovina em volume, e um quarto em valores financeiros. O passo dado pela OIE reconhece de algum modo o êxito do plano posto em marcha pelo Estado e os produtores.



A Granja

Trigo

Apesar da seca que castiga boa parte do sul de Buenos Aires e o Pampa, o plantio avançou até alcançar 60% da intenção projetada, estimada em 6 milhões de hectares.

Soja

A colheita foi finalizada. A produção total está sendo estimada em torno de 35,2 milhões de toneladas, com uma produtividade média de 2.780 quilos por hectare, ou 7% acima do obtido na temporada passada.

Novilho

A queda na atividade mantém os preços da fazenda, compensando o impacto da crise econômica sobre o consumo e sobre a diminuição nas exportações.

Leite

Enquanto os produtores acham justos os \$ 0,50 que recebem por litro de leite, os industriais indicam que é impossível exportar a esses valores, mais ainda quando se considera o retrocesso observado no valor do dólar.

QUEDA na produção de leite

No momento, a produção de leite no país caiu 16% e as exportações se deprimiram em 23% nos primeiros cinco meses de 2003. Os dados oficiais indicam que o volume exportado decaiu principalmente pela redução das exportações ao Brasil, onde foram colocadas somente 12.700 toneladas. Ao mesmo tempo recuaram as importações do Uruguai, fundamentalmente pelas compras de empresas como SanCor, La Serenísima e Nestlé.

Recorde: 5 mil toneladas de embalagens retiradas do meio ambiente

Uma marca histórica acaba de ser atin- gida: o InpEV registrou o volume re- corde de 5 mil toneladas de embala- gens vazias de defensivos agrícolas retira- das do ambiente nos últimos 12 meses. Para se ter uma idéia do que esse número repre- senta, basta citar que dois dos países mais desenvolvidos e que têm programas de re- colhimento há mais de dez anos, Estados Unidos e Canadá, conseguiram, juntos, du- rante os 12 meses de 2002, a marca de 4.800 toneladas. O InpEV, que completou seu pri- meiro ano de atividade em março último, recolheu apenas no mês de junho o total de 800 toneladas.

“O feito é ainda mais expressivo quan- do se leva em conta que o sistema ainda está em construção e está exigindo inves- timentos significativos na montagem e es- truturação de novas unidades, no aprimo- ramento do modelo logístico e no esforço constante de conscientização dos elos da cadeia”, revela o presidente do InpEV, João Cesar Rando.

Exemplos desses investimentos e des- ses esforços são as inaugurações de novas unidades todos os meses (já totalizando 86 centrais e 99 postos construídos, de um to- tal previsto de 350 até o final do próximo ano), os convênios assinados com associa- ções de revendedores para disponibilização de unidades de recebimento, o trabalho jun- to com órgãos ambientais dos Estados e o intenso programa de educação e cons- cientização de produtores e revendedores (somente no primeiro semestre deste ano fo- ram mais de 260 palestras, participações em seminários em todas as regiões agrícolas do País, além de mais de uma centena de cur- sos e treinamentos e 65 mil peças educati- vas – manuais de orientação, cartazes, ban- ners, folders, lâminas – distribuídas).

A meta, segundo o presidente João Ce- sar Rando, é consolidar o sistema, integran- do os vários elos que compõem essa grande cadeia e atingir 9 mil toneladas de embala- gens recolhidas em 2003. “O primeiro de- safio já está sendo atingido e vencido, gra- ças ao apoio fundamental das empresas e

entidades associadas, dos órgãos ambien- tais e de fiscalização, promotores públicos e principalmente dos próprios agricultores e revendedores, que são o grande alicerce do sistema. O próximo passo será intensifi- car as campanhas de educação e conscien- tização, buscando canais que permitam le- var nossa mensagem a um número cada vez maior de agricultores. Em breve vamos su- perar a média de 1.000 toneladas/mês. Para isso, temos de, em paralelo, manter os in- vestimentos em novas unidades e dotá-las de uma estrutura mais moderna e funcional para podermos estar aptos a receber esse crescente volume.”

InpEV firma parceria — O InpEV fir- mou um de seus mais importantes acordos



Economizador de concreto é uma evolução tecnológica, que utiliza material econômico, eficiente e seguro ao ambiente

tecnológicos e operacionais no mês de ju- lho. Por meio de uma parceria com as em- presas Impacto, Ibpap e Cimplast, está sen- do viabilizado o aproveitamento das embala- gens Coex recicladas para produção de caixas para lajes na construção civil. O cha- mado Economizador de Concreto é uma evolução tecnológica do sistema de lajes nervuradas tradicionais, utilizadas na Euro- pa e nos Estados Unidos há vários anos, mas com inúmeras vantagens, que vão desde a economia em concreto, aço e acabamento (em geral gesso) até características acústicas, térmicas e de maior rigidez.

“Isso além de outro aspecto muito im- portante, que é o aproveitamento de um material coextrusado que, pelas suas ca- racterísticas de composição, era de difí-

cil destinação e exigia uma aplicação ade- quada”, diz Rogério Fernandes, gerente de Desenvolvimento Tecnológico e Des- tinação Final do InpEV e que vem desen- volvendo o projeto há mais de um ano. “Com esse acordo e com o aporte tecnol- ógico e fabril de nossos parceiros” – con- tinua Rogério Fernandes – “será possível aproveitar cerca de 100 toneladas mensais a partir do ano que vem, o que signifi- ca cerca de 60% de todas as embalagens Coex vendidas pela indústria.”

A tecnologia já está em uso numa obra no Nordeste e já comprovou todo o poten- cial de economia: “Na construção de um edifício no Recife já estamos na nona laje e os resultados são animadores”, diz o en- genheiro Joaquim Caracas, diretor técnico da Impacto. “O projeto previa uma laje ma- çica de 25 cm, mas com o economizador foi possível substituí-la por uma de 24 cm, mas com o consumo equivalente a uma de 13 cm, graças à economia de 40% em con- creto e 30% em aço”, conclui Joaquim.

O economizador é uma caixa plástica que pesa 2 kg e mede 55 cm X 55 cm (a altura pode ser variável) e consome em média de 20 a 24 embalagens de um litro por peça, o que equivale a cerca de 55 embala- gens por metro quadrado. A Cimplast já estuda destinação segura para o plástico Coex há vários anos, conta Ricardo Jamil Hajaj, diretor-executivo da empresa. “En- contrar o projeto da Impacto e da Ibpap e conhecer essa tecnologia significou unir uma aplicação segura a uma solução técnica muito eficiente, econômica e ambiental”, conclui Ricardo.

A preocupação com o ambiente tam- bém é o principal ponto destacado por Ary Albuquerque, diretor da Ibpap e presidente do Sindicato das Empresas de Reciclagem de Resíduos Sólidos e Domésticos Indus- triais no Estado do Ceará: “O projeto é de fundamental importância para o ambiente do País, porque se trata de um tipo de ma- terial que tinha um aproveitamento restrito e agora terá um uso seguro e atraente para todas as partes”. ■

Atlas, Áries e Jade, novas **FORRAGEIRAS**

A Matsuda Nutrição Animal apresentou, no último dia 25 de julho, três novas variedades de sementes para pastagens: Atlas, Áries e Jade. O lançamento equivale a um verdadeiro pacote tecnológico para os pecuaristas, que poderão contar com um leque mais amplo de opções de pastagens para o manejo do rebanho.

Segundo o diretor-presidente do Grupo Matsuda, Jorge Matsuda, “embora o Brasil tenha cerca de 100 milhões de hectares de pastos cultivados, responsáveis pela alimentação de um rebanho de 180 milhões de cabeças, cerca de 40% a 50% dessas pastagens estão degradadas, o que diminuem a produtividade de carne e leite e, consequentemente, a rentabilidade do negócio para o produtor”, enfatiza o diretor-presidente.

As pesquisas para o desenvolvimento dessas três novas forrageiras começaram há nove anos, justamente com o propósito de ampliar as opções dos pecuaristas que, à época, só podiam contar com o *Panicum maximum*, ou o popular Colonião. Alberto Takashi, engenheiro agrônomo da empresa, recorda-se que a iniciativa de buscar forragei-

ras superiores, que oferecessem alta produtividade para os pecuaristas e alto valor nutritivo para os animais criados a pasto, começou no Departamento de Pesquisas da Matsuda, em Álvares Machado/SP. “Demos início ao cruzamento de *Panicum maximum*, visando à obtenção de cultivares superiores, plantas de alta produção e valor nutritivo”, afirma Takashi.

Em seguida, foi firmado um convênio com o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), que forneceu as plantas-mães, para esse cruzamento, de seu Banco de Germoplasma.

Resistência ao alumínio tóxico —

Segundo Alberto Takashi, Atlas é uma cultivar que tem como característica principal a resistência à saturação de alumínio tóxico no solo. Isso significa que, se houver presença desse metal nas camadas profundas, as raízes da variedade Atlas têm con-

dições de se desenvolver nesse meio, fazendo com que as plantas se tornem mais resistentes às secas. “Além disso, essa forrageira apresenta uma boa rebrota, explorando melhor a fertilidade do solo”, observa Takashi.

A cultivar produz de 20 a 22 toneladas por hectare/ano de matéria seca, com 10% a 12% de proteína bruta e digestibilidade de 65% a 70%, além de boa palatabilidade. Outra importante característica é o fato de ser uma gramínea apomítica — que não consegue cruzar com outra —, de ciclo perene, cujas plantas variam de 1,5 a 2 metros de altura, com excelente perfilhamento.

Capim Híbrido Áries — Para obter o Capim Híbrido Áries, a Matsuda investiu durante seis anos em pesquisas, que

tiveram início com o cruzamento de dois acessos de *Panicum maximum*, cuja mãe é o cultivar LSC (Linhaagem Sexual de Centauro) e o pai é o cultivar Aruana, lançado comercialmente pelo Instituto de Zootecnia (IZ). Além de oferecer novas opções de forrageiras aos pecuaristas, a pesquisa teve como objetivo a obtenção de uma cultivar que fosse tolerante a solos mal drenados.

O híbrido Áries Matsuda Genética 7 produz de 18 a 20 toneladas por hectare/ano de matéria seca, com 10% a 15% de proteína bruta e digestibilidade de 70%.

Trata-se de uma forrageira que pode ser utilizada para pastejo direto ou fenação. As plantas apresentam porte baixo, talos finos, grande número de perfilho, o que lhe confere uma excelente palatabilidade. Essas características fazem com que seja recomendada para animais bastante exigentes, como ovinos, eqüinos e bezerras desmamados. Segundo Takashi, “a cultivar Áries necessita de solos de boa fertilidade ou adubados”.

Jade — Resultado de uma parceria da Matsuda Nutrição Animal com o IZ, durante cinco anos, o cultivar Matsuda Genética Jade é uma leguminosa obtida de uma seleção de plantas ou progênies de *Macrotyloma axillare*, das cultivares Archer e Guatá, ambas obtidas do Banco de Germoplasma daquela instituição. Segundo o engenheiro agrônomo do IZ, Paulo Bardaül, essa pesquisa teve como objetivo conseguir uma leguminosa de alta persistência, para ser consorciada com gramíneas. “Essa associação fornece nitrogênio, gratuitamente, ao ecossistema pastagem, além disso melhora diretamente a



Áries é indicada para animais exigentes

Divulgação



Atlas tem boa capacidade de rebrota

Divulgação





Divulgação

dieta do animal.” Outra característica da planta é o fato de apresentar sementes que são atiradas até a um metro de distância, quando as vagens maduras se rompem.

A leguminosa Jade apresenta de baixa a média exigência de fertilidade do solo, consorcia-se com várias gramíneas em uso no País, tem um ciclo perene, hábito trepador, podendo ser classificada como promíscua para *Bradyrhizobium*, isto é, associa-se com qualquer bactéria do solo para fixar nitrogênio. Originária da Ilha de Java, na Indonésia, a leguminosa Jade é capaz de garantir uma produção de 5 a

9 toneladas por ano de matéria seca, com 18% a 23% de proteína. Bardauil recomenda a leguminosa para animais em todas as fases: cria, recria e engorda.

Distribuição — As três novas variedades de forrageiras são encontradas em todo o mercado nacional. Mais informações poderão ser obtidas com os técnicos da empresa: na sede, em Álvares Machado/SP, pelo telefone 0800171010; em São Sebastião do Paraíso/MG, pelo telefone 0800357820; e ainda no escritório da empresa em São Paulo/SP, pelo telefone (11) 5549-6233. ■

JADE

Fertilidade do solo: baixa a média
Forma de crescimento: trepadeira e volúvel (enrola nas gramíneas)
Altura da planta: em torno de 40 cm
Utilização: em pastejo consorciado
Digestibilidade: alta
Palatabilidade: média a baixa (favorece a persistência)
Tolerância à seca: boa
Tolerância a frio: média
Teor de proteína na matéria seca: 18% a 23%
Produção de forragem: 5 a 9 t/ha/ano de matéria seca
Ciclo vegetativo: perene
Profundidade de plantio: 2 cm
Fixação de nitrogênio: 120 a 150 kg/ha/ano
Precipitação: acima de 800 mm/ano
Sementes necessárias por hectare: 4 kg
Ciclo vegetativo: perene
Produção de sementes: 350 a 500 kg/ha/ano
Época de plantio: de setembro a março
Região: Brasil Central e Sudeste, em solos de média a alta fertilidade, entre os paralelos 8° a 24° S

ATLAS

Fertilidade do solo: exigente
Forma de crescimento: cespitoso e semipastado
Altura da planta: 1,5 a 2 metros
Utilização: pastejo direto, silagem e fenação
Digestibilidade: alta (65 a 70% *in vitro*)
Palatabilidade: boa
Tolerância à seca: muito boa
Tolerância a frio: boa
Teor de proteína na matéria seca: 10% a 12%
Produção de forragem: 20 a 22 t/ha/ano de matéria seca
Ciclo vegetativo: perene
Profundidade de plantio: 1 a 2 cm
Época de plantio: de setembro a março
Região de adaptação: Brasil Central e Sudeste, em solos de média a alta fertilidade

ÁRIES

Fertilidade do solo: exigente
Formato de crescimento: cespitoso
Altura da planta: 1,20 a 1,50 metro
Utilização: pastoreio direto e fenação
Digestibilidade: alta (70% *in vitro*)
Palatabilidade: alta
Tolerância à seca: muito boa
Tolerância a solo mal drenados: boa
Tolerância a frio: boa
Teor de proteína na matéria seca: 10% a 15%
Produção de forragem: 18 a 20 t/ha/ano de matéria seca
Ciclo vegetativo: perene
Profundidade de plantio: 1 a 2 cm
Época de plantio: de setembro a março
Região de adaptação: Brasil Central e Sudeste

Não perca na próxima edição da revista

O BRASIL AGRÍCOLA
www.agranja.com

agranja

✓ **A ascensão dos orgânicos**

✓ **Armazenagem: a importância do MIP**

ANÚNCIO

Biotecnologia: a visão do PRODUTOR

Almir Rebelo – engenheiro agrônomo – Tupanciretã/RS

O plantio direto na palha, iniciado no Paraná e adotado pelo Rio Grande do Sul, teve sua implantação diretamente proporcional ao conhecimento que se tinha da erosão que dizimava o plantio convencional. Os produtores se conscientizaram de que deveriam atacar as cinco causas da erosão. Causas físicas: queima da palha, impacto direto da chuva, incidência direta dos raios solares sobre a microbiologia do solo; causas mecânicas: lavração, formando o pé de arado e gradeação pulverizando o solo. Nossos solos eram suscetíveis à erosão, com declividades acentuadas, além de terem precipitações altas e mal distribuídas.

Essa realidade fazia com que para produzirmos 80 milhões de toneladas de grãos, perdêssemos 800 milhões de toneladas de solo por ano. Ou seja, para produzir uma tonelada de grão, perdíamos 10 toneladas de solo/ha/ano pela erosão. Isto se constituía numa verdadeira catástrofe ambiental.

Precisaríamos de uma tecnologia que eliminasse as cinco causas da erosão de forma viável, sob os aspectos técnicos, econômicos e ambientais. Embora a natureza nos mostrasse isso,



A Granja

não víamos. Surgiu então o plantio direto na palha. Com a conservação da palha na superfície, eliminamos os efeitos nocivos da erosão; por meio da palha, constitui-se na grande presença da biotecnologia no meio rural. No mundo, para se produzir uma caloria de alimentos, gasta-se duas calorias de energia fóssil (petróleo) e o plantio direto proporciona uma economia de até 70% no consumo de combustíveis (insumo limitante). Estamos diminuindo o número de operações com máquinas e aumentando a sua vida útil.

O plantio direto apresentou um crescimento admirável em pouco mais de 30 anos de vida no Brasil, atingindo atualmente uma área aproximada de 20 milhões de hectares, espaço bastante significativo, considerando uma área mundial de cerca de 65 milhões de hectares. Com os bilhões de toneladas de solos preservados, bilhões de dólares deixaram de ser gastos, bilhões de litros de combustíveis eco-

A sustentabilidade agrícola deverá ser considerada sob os aspectos ecológicos, econômicos e sociais

nomizados e bilhões de toneladas de carbono seqüestrados. Estamos diante do maior movimento prático ecológico do mundo e com uma conclusão: se voltarmos a fazer agricultura de forma convencional, paramos de produzir alimentos. Toda essa evolução foi consequência do trabalho de muitos produtores, técnicos, pesquisadores, como também de instituições e empresas que contribuíram para esta realidade.

Sustentabilidade — Naturalmente que o plantio direto proporcionou um processo de desenvolvimento cultural do produtor, surgindo novos questionamentos, como a sustentabilidade dessa nova agricultura que estava diante dos seus olhos. Descobriu-se que a sustentabilidade deverá ser considerada sob os aspectos ecológicos, econômicos e sociais. Nos aspectos ecológicos, além da preservação do solo, há a necessidade de utilizarmos menos agroquímicos, uma vez que os solos brasileiros estão saturados pelo uso de herbicidas residuais que se acumulam na superfície do

cativo destes, os prejuízos com a mato competição podem atingir 30%. Para que o produtor tenha condições de competir dentro de um mercado globalizado de produção de alimentos, onde nossos concorrentes recebem subsídios e são beneficiados por práticas protecionistas, a biotecnologia surge como uma possibilidade real e inadiável para a agricultura brasileira.

A biotecnologia proporciona a utilização de genes de interesse, podendo diminuir o uso de princípios ativos em até mais de 50%. Por exemplo, para as culturas de soja e milho, moléculas estão sendo substituídas de agroquímicos por genes, tendo grande importância no aspecto ambiental, com a redução no uso de agroquímicos de maior custo pelos de menor custo. Além da eficiência, pode-se reduzir o custo com herbicidas em até 66%, isto é, de um custo médio de US\$ 66/ha para US\$ 22/ha. Naturalmente que, em um ambiente sem competição com inços, a planta será mais eficiente no aproveitamento de água

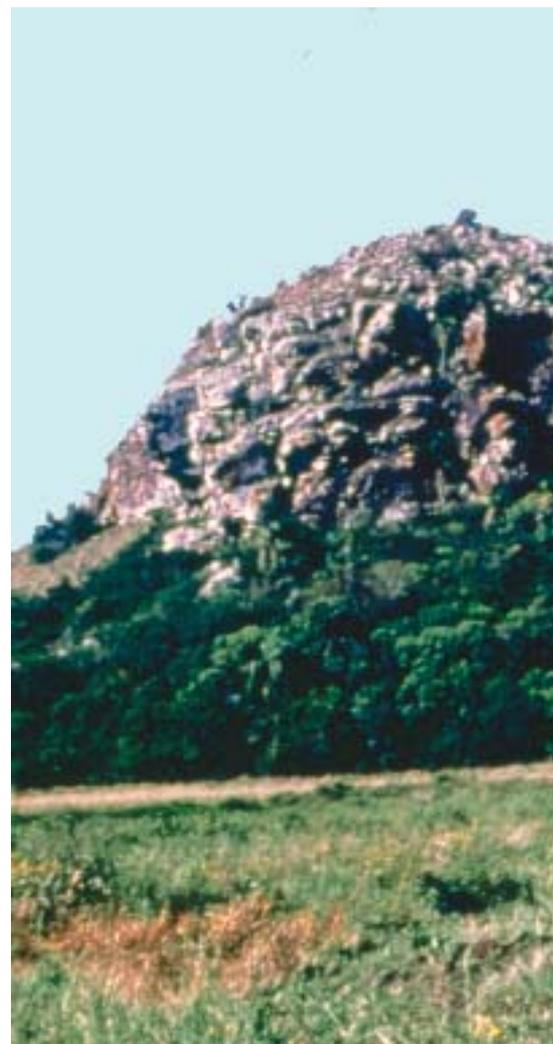
A biotecnologia permite a utilização de genes de interesse e pode reduzir o uso de princípios ativos em mais de 50%

solo, prejudicando não somente o desenvolvimento da próxima cultura, como as seguintes, além de contaminar os mananciais de água e o próprio operador.

No aspecto de viabilidade econômica, sentiu-se uma redução dos custos de produção por meio do menor número de operações realizadas. Mas com o aparecimento de inços resistentes e a ineficiência de certos herbicidas, associados ao custo signifi-

e nutrientes, revertendo em maiores produtividades. A biotecnologia também será a grande saída para viabilizar a cultura do algodão no Brasil, pois poderá reduzir consideravelmente o uso de agroquímicos (de 16 para 6 aplicações).

A redução no uso de agroquímicos para controle de inços e pragas tem decisiva importância ambiental e econômica para as regiões produtoras. Para a cultura do trigo, é inaceitável



que o consumo no Brasil seja de 10 milhões de toneladas e a produção seja pouco superior a 3 milhões de toneladas. O produtor tem estrutura suficiente para atender o mercado interno. Para isso, acreditamos que por meio da biotecnologia poderemos, além de outros aspectos, melhorar a qualidade de grãos, o aproveitamento de nitrogênio, a resistência a doenças e pragas e a resistência às chuvas na maturação.

Estamos considerando apenas os aspectos ligados às características de interesse de produção. Mas sabemos que a biotecnologia apresenta infinitas possibilidades também na melhoria da qualidade dos alimentos, como o óleo de canola e as hortaliças com a qualidade de longa vida, e a melhoria nos aspectos nutricionais.

Atualmente, no Brasil são exportados apenas 10% do volume de fru-



A Granja



A Granja

De uma situação política e científica, transformaram a biotecnologia no Brasil em uma moratória judicial

tas exportado pelo Chile. Além disso, as perdas na colheita de frutas no País chegam a 40%. No Nordeste, região que apresenta extraordinárias condições para a fruticultura, além de todo o Brasil, a biotecnologia pode viabilizar a produção de frutas tipo longa vida, com mais vitaminas, vacinas, algodão com fibras coloridas, arroz dourado.

Isso certamente causará uma revolução na capacidade produtiva do Brasil. Na pecuária, o melhoramento genético por meio da biotecnologia tem infinitas possibilidades na produção de carne e na capacidade imunológica de animais. Na terceira etapa, já se consegue microrganismos biorreatores, plásticos biodegradáveis etc.

Naturalmente que não é interessante considerarmos apenas aspectos ecológicos e econômicos, sem levar em conta os aspectos sociais. Este constitui-se no maior desafio da agricultura brasileira, que é o de produzir preservando o ambiente, reduzir custos de produção e agregar qualidade aos alimentos. Mas estes devem chegar à mesa dos consumidores com preços mais acessíveis. É neste contexto que a biotecnologia se torna uma ferramenta insubstituível para a conquista desses objetivos. Isso chamamos de processo sustentável da produção de alimentos no Brasil.

Presente e futuro — Estamos acompanhando a determinação do governo federal, por meio do Ministério

da Agricultura, no enfrentamento dos subsídios e protecionismo internacionais contra o Brasil, uma vez que a agricultura brasileira exerce o mais importante papel para o equilíbrio da balança comercial, com contribuições superiores a US\$ 19 bilhões. A agricultura faz a sua parte, ao sustentar o Plano Real.

Neste aspecto, sem subsídios, com juros e custos mais caros do mundo e numa realidade de globalização econômica, não se pode aceitar que pessoas ou grupos que não conhecem ambientalismo, nem custo de produção, tumultuem a opinião pública, impedindo que a biotecnologia faça do Brasil uma potência mundial decorrente da competência de cientistas e da riqueza da sua biodiversidade.

De uma situação puramente política e científica, transformaram a biotecnologia no Brasil numa descabida moratória judicial, cujos prejuízos são imensuráveis para o desenvolvimento brasileiro. Como maior movimento ecológico do mundo, o plantio direto na palha tem moral para dizer ao País o que é melhor, mais ecológico, mais econômico e sustentável para a produção de alimentos para matar a fome dos 32 milhões de brasileiros ou dos 800 milhões de pessoas que passam fome no mundo.

A poluição mundial atinge níveis de extrema preocupação e a concentração de gases de efeito estufa começa a mostrar suas conseqüências. O seqüestro de carbono por meio de plantas cultivadas assume um papel decisivo. Existem informações que a cultura do milho é seis vezes mais eficiente no seqüestro de carbono do que a floresta; as culturas do trigo e da soja duas vezes. Portanto, existe no momento uma forma eficiente de seqüestrar carbono: a agricultura que transforma esse carbono em alimentos e matéria orgânica no solo, por meio do plantio direto na palha. Essa é a vocação do Brasil.

Temos que dar atenção à biotecnologia que, junto com o plantio direto, formam pilares indestrutíveis da sustentabilidade ecológica, econômica e social com ambiente preservado, custo competitivo e alimentos mais baratos e de melhor qualidade para o povo brasileiro. ■

AÇÚCAR E ÁLCOOL

Carlos Alberto Widonsck/Alexsandro Mendonça Borel — carlosw@bmf.com.br

Artigo redigido em 18/7/2003

Busca por novos mercados consumidores de álcool combustível

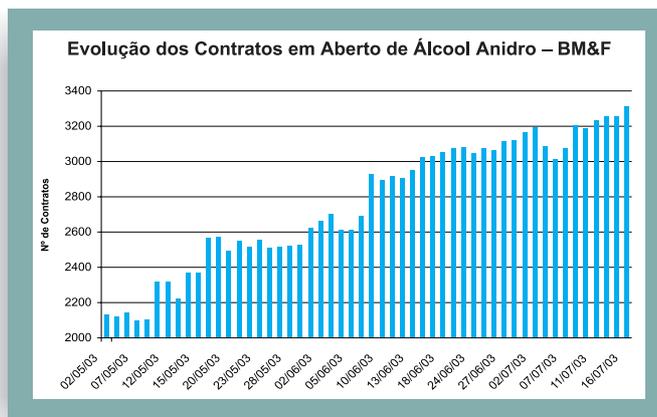
Segundo estatísticas do governo chinês, a produção de açúcar refinado do país cresceu 26% durante o primeiro semestre de 2003, ante o mesmo período de 2002, atingindo 7,79 milhões de toneladas. Os embarques brasileiros de açúcar na segunda semana de julho registraram uma média diária de US\$ 7,228 milhões (FOB), fazendo com que o acumulado do mês ficasse em US\$ 7,89 milhões, 21,4% abaixo da média diária de US\$ 10,04 milhões do mês passado.

O Irã e a Argélia entraram na segunda quinzena de julho no mercado comprando, respectivamente, 40 mil toneladas e 25 mil toneladas de açúcar, com embarques previstos para o final desse mês e para agosto. Algumas tradings acreditam que a Rússia ainda tem para comprar dentro da cota de importação algo em torno de 1,6 milhão de toneladas. Em contrapartida, acredita-se que estas só devam ocorrer no final do ano.

Nas Bolsas internacionais, entre os dias 10 e 16 de julho, as cotações do açúcar demonstraram sustentação, com algumas compras realizadas por países importadores e fixações esporádicas por parte dos países de origem. Na Bolsa nova-iorquina CSCE, o 1º vencimento (out./2003) apreciou 3,26%, na Liffe o vencimento ago./2003 subiu 1,96%.

Na BM&F, a movimentação das cotações do mercado de açúcar seguiu o mercado internacional, com maior valorização para o primeiro vencimento (set./2003 – 4,08%). No mercado de álcool, o governo sinaliza um interesse em apoiar a exportação do motor bi-combustível (Flex

Fuel), estimulando assim a abertura de novos mercados para o álcool combustível. Na BM&F, o mercado de álcool anidro recuperou, na segunda quinzena de julho, parte das perdas do início do mês, mas ainda bem distante dos preços praticados no início de maio. Merece atenção por parte dos *players* deste mercado o *spread* entre setembro e outubro de 2003.



ALGODÃO

Firmeza dos preços no mercado interno

Plínio Penteado de Camargo — gma@bmf.com.br

Artigo redigido em 18/7/2003

As cotações da Bolsa de Nova York que, nos últimos dias, estão passando pelo chamado ajuste técnico, ou seja, após um período de sucessivas altas, começaram as realizações de lucro que estão pressionando os preços para baixo.

Devido a alguns negócios para exportação ocorridos na semana passada a US\$ 57,00/lp para o tipo 6 e US\$ 58,00/lp para o tipo 5/6 e, também, as compras realizadas por traders no mercado spot, visando ao suprimento de recursos para alguns produtores, e ainda a evidência de capitalização da maior parte do setor produtivo, não se nota aumento de oferta do produto mesmo nesta época em que se intensificam os trabalhos de colheita.

Há ainda um fato importante: algumas fiações estão voltando às compras de matéria-prima, decorrente do consumo de seus estoques.

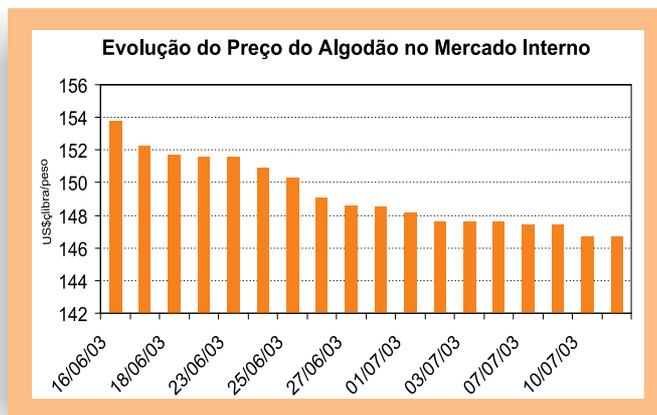
Tudo isso está colaborando para aumentar a firmeza dos preços no mercado interno. O tipo 6, posto fábrica em São Paulo, está sendo negociado no intervalo de R\$ 1,47 a R\$ 1,50/lp, o que significa uma ligeira alta em relação à semana anterior.

Na BM&F, foram registradas 14.723 toneladas, representando uma queda de 11.619 toneladas com relação à última semana.

O total destinado à exportação foi de 4.782 toneladas, representando: 4.074 toneladas do Estado de Mato Grosso; e 708 toneladas do Estado de Goiás. O índice “A” da

Cotlook foi fixado em US\$ 60,60/lp e a média da semana foi de US\$ 60,73 contra US\$ 59,76 da anterior.

Em Nova York, o contrato com vencimento julho/2003 foi cotado a US\$ 58,85. Os valores dos vencimentos de julho/2003 foram constantes, US\$ 58,85/lp.



MILHO

Luiz Cláudio Caffagni/Mariana Perina — lclaudio@bmf.com.br/mperina@bmf.com.br

Artigo redigido em 18/7/2003

Expansão na produção da safrinha

A Conab divulgou em 10 de julho o quinto levantamento de safra, mostrando a produção de milho na safra de verão de 34,7 milhões de toneladas, 19,4% acima da safra anterior. Registrou também a elevação de 2,6% na área e 16,4% em produtividade. Chama a atenção a participação da Região Sul, que colheu 17,7 milhões de toneladas, representando aumento de 22,7% da produção em relação à safra anterior.

A região que mais apresentou variação foi a Região Nordeste, com aumento de 74,1% em relação à produção da safra 2001/2002, e que deverá colher um total de 3,1 milhões de toneladas neste ano. Mas as informações mais relevantes são os números da safrinha. A previsão de colheita ficou em 11 milhões de toneladas com crescimento de 79%.

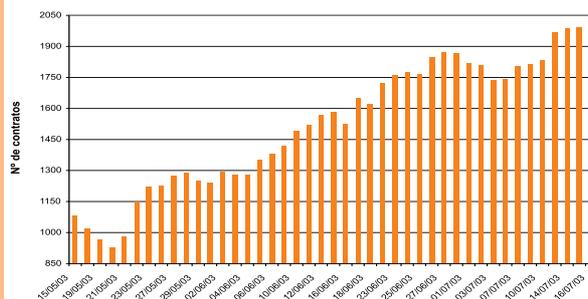
Quanto à área plantada, houve um aumento de 13,9% em relação à safra passada. O Estado mais importante continua sendo o Paraná, que deve colher 4,3 milhões de toneladas e obter crescimento diante

do ano passado de 118,2%. Em seguida, apresentam-se os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com a produção de 2,4 milhões e 1,7 milhão de toneladas, respectivamente. Vale ressaltar que tanto o PR como MS deverão dobrar suas produções em consequência do aumento de suas produtividades (81,8% e 58,4%, respectivamente).

O mercado, que há pouco tempo, carregava grande incerteza quanto ao abastecimento da entressafra, vem apresentando espantosa inversão, com preços caindo, mercado nominal e excesso de oferta. Num curto espaço de tempo, a preocupação passou do consumidor para o produtor, dado o ris-

co de substituição de área por soja. O comportamento do mercado futuro da BM&F nessa semana, 10 a 16 de julho, foi de queda no vencimento de setembro de 2003 e estabilidade nos demais. No segundo semestre é bom observar as oportunidades que os preços dos vencimentos mar./maio 2004 representam nos resultados de criadores e processadores antecipadamente.

Evolução do Número de Contratos Futuros em Aberto de Milho – BM&F



**COM AGROESTE
SUA LAVOURA E
SEUS LUCROS
CRECEM JUNTOS.**



SOJA

Bolsa de Chicago continua pressionada pelo clima

O mercado futuro de Chicago fechou com baixa acentuada nos vencimentos mais próximos. Em 16 de julho, o vencimento agosto/2003 terminou o dia cotado a US\$ 5,85/bushel, com baixa de 3,25 pontos, e setembro/2003 fechou estável a US\$ 5,45/bushel. Os principais fatores que pressionaram os preços foram:

(a) O clima, que continuava favorecendo as lavouras no Meio-Oeste, 70% em condições boas e excelentes, e que manteve estes mesmos índices há duas semanas consecutivas, segundo a USDA. Em 11 de julho, o relatório de Oferta e Demanda (USDA) divulgou que a safra a ser colhida este ano nos EUA foi estimada em 78,52 milhões de toneladas.

(b) Redução do volume que as indústrias dos EUA esmagaram em junho, que segundo a Nacional Oilseed Processors Association (Nopa) foi de 117.662 milhões de bushel, 6,19% menor ao do mês anterior.

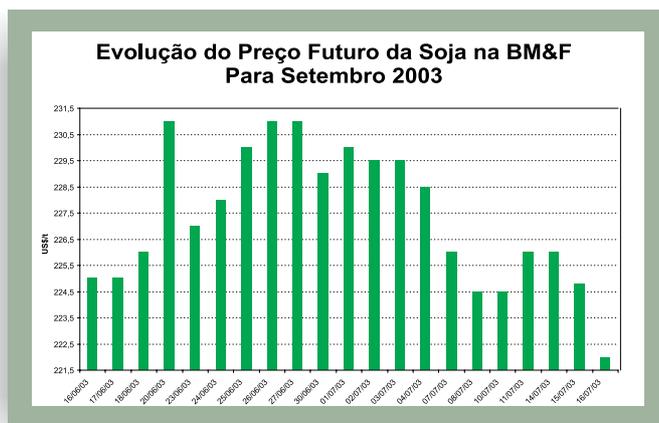
A nova estimativa oficial para a safra 2002/2003 aponta que o Brasil pela pri-

meira vez poderá ser o maior exportador do complexo soja do mundo. As estimativas são de que as exportações gerem uma receita de US\$ 8 bilhões em 2003 em vendas do complexo soja, enquanto as vendas dos EUA dificilmente chegarão a US\$ 7,5 bilhões.

Assim como a exportação do produto, a produção total de grãos também será recorde, aponta o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. As estimativas são de 52,2 milhões de toneladas, contra 41,9 milhões de toneladas da safra anterior para a colheita, segundo o 5º levantamento da Conab. O relatório de Oferta e Demanda divulgado pelo USDA apontou o

Brasil com incremento de 6,7% na primeira estimativa de produção para a próxima safra, com índice superior ao mundial.

Em 16 de julho, na BM&F havia compradores a US\$ 219/tm (US\$ 13,08/sc) para vencimento setembro/2003 e a US\$ 187/tm (US\$ 11,22/sc) para vencimento maio/2004. Entre 10 a 16 de julho foram negociados na BM&F 1.900 toneladas.



CAFÉ

Contrato de opções: novas formas de negociação

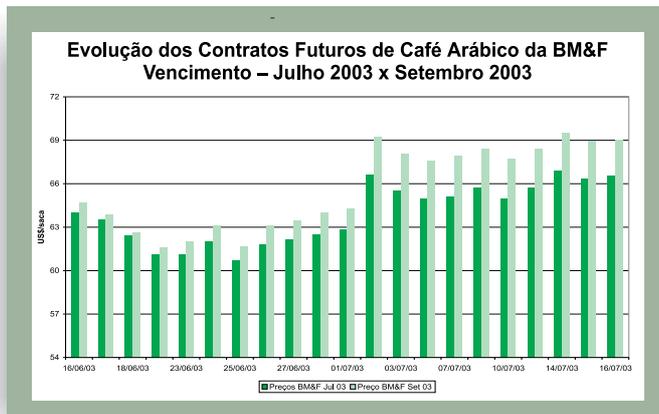
Entre 10/07 e 16/07, os mercados na BM&F e em NY fecharam em alta. No dia 16/07 os contratos fecharam em US\$ 62,90/saca, aumento de US\$ 0,90/saca, acompanhando as Bolsas internacionais. Em NY, os contratos vencimento julho/2003 fecharam positivamente dia 16/07 a US\$¢ 61,70/lp, aumento de US\$¢ 1,70/lp.

Londres acompanhou as variações da Bolsa de NY, fechando positivamente dia 16/07 em US\$ 698,00/t, aumento de US\$ 16,00/t. Os estoques certificados em São Paulo em 16/07 encontravam-se em 280.300 sacas, apresentando redução de 14.900 sacas, ou 5,04%, diante da semana anterior. Para o mercado físico, foram observados poucos negócios, já que os vendedores continuaram retraídos. No físico, o café Bica Tipo 6 foi negociado a R\$ 167,00/saca, aumento de R\$ 3,50/saca; a Bica Rio Tipo 7 foi cotada a R\$ 129,00/saca, acréscimo de R\$ 8,00/saca, o conillon

Tipo 7, a R\$ 114,00/saca, alta de R\$ 3,00/saca. O contrato futuro de café arábica, vencimento julho/2003, negociado na BM&F teve redução da volatilidade diária em relação às semanas anteriores.

No período, os valores da volatilidade oscilaram entre 1,07% e 1,32% ao dia (ver gráfico ao lado). O mercado de opções na BM&F está com aproximadamente 9.074 contratos em aberto, equivalente a 907.400 sacas. O produtor deve observar a possibilidade de vender parte de sua produção no mercado físico, a R\$ 167,00/saca, ou optar por fixar o preço de R\$ 173,40 para o dia 15/08. A forma de

obter este preço é por meio do mercado de opções da BM&F. Nele, o produtor irá pagar R\$ 1,59/saca para ter o direito de no dia 15/08, data do exercício da opção, vender o café a R\$ 173,40/saca. Este preço foi obtido por meio de um preço de exercício de uma saca a US\$ 60,00, com uma taxa de câmbio projetada de R\$ 2,89.



ARROZ

Produtores X Tarifa Externa Comum

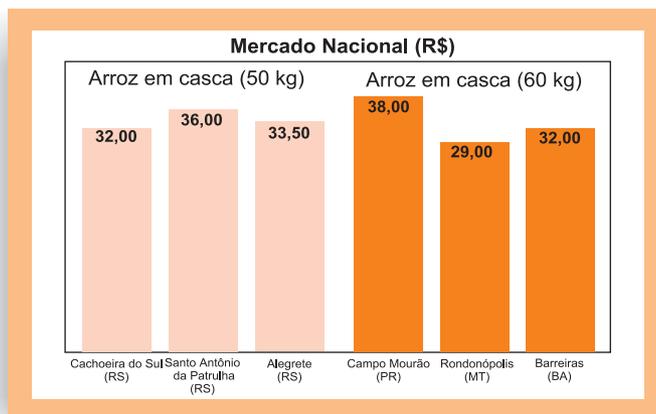
Os arrozeiros gaúchos reforçaram o pedido de apoio do governo estadual para que o governo federal não reduza a Tarifa Externa Comum (TEC), para regular o preço do arroz no mercado. Atualmente, a tarifa sobre a importação de produtos agrícolas varia de 11,5% a 13%. Dirigentes, produtores e empresários planejam aumentar as ações políticas para impedir a redução como meio de baratear o preço no varejo. A Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) informou que o expediente iniciou em 1999 e o preço pago ao produtor apresentou redução pela importação do cereal oriundo dos Estados Unidos e da Tailândia, mas sem que com isso tivesse queda de preços ao consumidor.

Se houver queda da TEC, os produtores avaliam que haverá reflexo no plantio da próxima safra, que começa no mês de outubro no Rio Grande do Sul. Com a TEC reduzida, a entrada do arroz norte-americano subsidiado cria-

ria enormes dificuldades para as pequenas e médias indústrias e produtores na próxima temporada.

Também no Rio Grande do Sul, o governo do Estado, por meio do Instituto Riograndense do Arroz (Irga), lançou o Programa Arroz RS, cujo objetivo é elevar o rendimento médio da lavoura gaúcha em uma tonelada por hectare até 2007, alcançando uma produtividade média de 6.500 kg/ha. Ao incorporar 1 milhão de toneladas à produtividade estadual, o governo calcula uma geração de receita de US\$ 200 milhões aos produtores, levando em conta a cotação média de US\$ 10,00 por saca.

Uma pesquisa do Irga mostrou que 31% dos produtores, que representam 25% da área semeada, estão colhendo menos de 5 mil kg/ha. Outros 33% obtêm até 5,9 mil kg/ha e 27% alcançam até 6,9 mil kg/ha. Com o programa, o Irga objetiva ainda a redução de custos nas lavouras e um menor impacto ambiental.



FEIJÃO

Produção deve totalizar 3,17 milhões de toneladas

A safra brasileira 2002/2003, no total, poderá atingir 3.178,2 mil toneladas, o que representa 224,8 mil toneladas a mais do que o registrado em 2002, ou 7,6%, em uma área de 4.291,3 mil hectares, superior em apenas 0,5% à cultivada na safra anterior. O mercado está calmo, com sucessivas reduções dos preços, principalmente dos tipos inferiores, mesmo com menor oferta do produto.

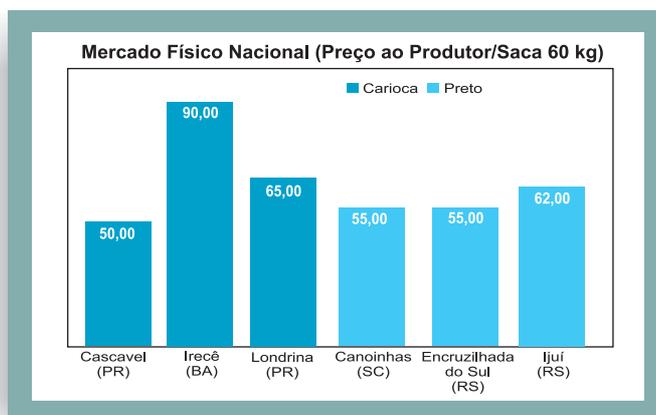
Esse comportamento está sendo atribuído ao baixo consumo, em função dos preços ainda elevados no comércio. Tal situação está tendo reflexo nas regiões de produção, que começaram a apresentar reduções nos preços, embora, em algumas localidades, os produtores estejam recebendo valores acima daqueles pagos no atacado paulista. Com o fim da colheita da segunda safra, provavelmente haverá maior demanda pelo grão, o que poderá contribuir para uma recuperação dos preços.

Muitos produtores estão cautelosos

e na expectativa de que o recuo do volume ofertado valorize o grão de melhor qualidade no mercado atacadista. Na Bolsinha de Cereais, em alguns dias de julho, não houve entrada do feijão-carioca tipo extra novo, e a maior procura foi pelo tipo especial, que não atende totalmente às expectativas do mercado comprador, por apresentar alto teor de umidade.

A produção estimada para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, na segunda safra, é de 659,2 mil toneladas, o que corresponde a cerca de dois meses e meio de consumo, suficiente para atender ao abastecimento interno até boa par-

te de julho. Na Região Nordeste, o mercado está firme, devido à pouca disponibilidade da mercadoria para venda, mas complementa o seu abastecimento com produtos provenientes de outras regiões, e, caso se confirme a boa safra nordestina, o volume de produção será bastante superior ao registrado em 2002.





Divulgação

Rigran investe no ATENDIMENTO

O engenheiro agrônomo Alexandre Reis Júnior (foto) assumiu recentemente a coordenação do Departamento Técnico/Comercial da Rigran no Brasil. A empresa, sempre investindo no melhor atendimento ao cliente no País, aposta no trabalho

de Reis, profissional formado pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel de Pelotas que adquiriu grande experiência em assistência e vendas, tendo atuado nos segmentos de sementes de grãos, hortifrutigranjeiros e agricultura orgânica.

Case IH CENTRALIZA produção de colhedoras de cana

A Case IH vai concentrar na fábrica de Piracicaba/SP a produção mundial de colhedoras de cana-de-açúcar. A unidade receberá investimentos de R\$ 20 milhões até o final de 2004, podendo triplicar o número de unidades produzidas, onde cerca de 70% da produção será exportada. “O potencial do mercado brasileiro e o investimento que o País está fazendo na pesquisa, desenvolvimento e produ-

ção de novas tecnologias para o setor sucroalcooleiro foram determinantes para a nossa decisão”, explica Valantino Rizzioli, presidente da CNH para a América Latina. Também pesaram na decisão da empresa o aumento da competitividade mundial do Brasil no setor, o crescimento da demanda por tecnologias mais avançadas e o fato de São Paulo concentrar grande número de usinas de açúcar e álcool.



Divulgação

Cocamar lança BEBIDA à base de soja

A Cocamar está colocando no mercado uma bebida à base de soja produzida nos sabores pêra, maçã, pêssigo, laranja, uva e original, nas versões normal e light. Pronto para beber, o produto chega ao mercado em embalagens cartonadas de dois tamanhos, um litro e 200 ml. A bebida amplia a atuação da Cocamar na produção de alimentos à base de soja, sendo que foi o óleo extraído desse vegetal que deu início, no final dos anos de 1970, ao processo de agroindustrialização da cooperativa. A fábrica, com capacidade de produção de 8 mil litros/hora de bebida à base de soja, forma o conjunto de indústrias inaugurado em abril.

INVESTIMENTOS em eletrificação rural

A Madal-Palfinger – um dos players mundiais no setor de fabricação de equipamentos para movimentação de carga – está diversificando sua área de atuação. Recentemente, a empresa de Caxias do Sul/RS fechou contrato de R\$ 250 mil com a companhia argentina Transener Internacional, sediada

em Brasília/DF e especializada na montagem de torres para eletrificação rural. A negociação contempla o fornecimento de cinco unidades de guindastes articulados PKB 6500, de 6,5 toneladas, os quais serão utilizados para a colocação e para a manutenção de torres e transformadores.

A informação faz a DIFERENÇA

Na busca constante de melhor desempenho, as empresas precisam de informações quantitativas e qualitativas recentes sobre os mercados em que atuam, especialmente no cenário dinâmico e competitivo de hoje. A Kleffmann é uma das líderes mundiais em pesquisa de mercado no setor agropecuário. Este trabalho de pesquisa se estende ao longo de todo o território brasileiro, junto aos diversos elementos do agronegócio, como prestadores de serviços, agroindústrias e produtores rurais.

Com um completo serviço de pesquisa e análise de mercado, a empresa oferece um amplo suporte de informações capaz de contribuir para definição de estratégias e planeja-

mento de marketing em toda a cadeia produtiva do segmento agropecuário, com foco nas principais necessidades de cada cliente e servindo como elo entre a realidade do campo e os vários segmentos. A Kleffmann dispõe de um grande número de entrevistadores, com formação na área, em contato direto com o público-alvo.

De acordo com a natureza do trabalho, do objetivo da pesquisa e da necessidade do nosso cliente, são disponibilizadas opções de entrevistas pessoais, telefônicas via call center ou grupos focais, que abrangem as mais diversas técnicas de pesquisa. Com uma rede internacional de trabalho, a empresa pode atuar tanto em uma região como num país ou continente.

Alta tecnologia para o setor de **HORTIFRUTI**



Divulgação

A Basf está lançando novos fungicidas para o setor de hortifruti, que engloba mais de 30 diferentes culturas, como batata, tomate, maçã, uva, alho, cebola, melão, mamão, plantas ornamentais, entre ou-

tras. “Estamos ampliando nossa atuação nesse importante setor com produtos inovadores e de alta tecnologia, que podem ser utilizados em diferentes tipos de manejo, garantindo melhores resultados para nossos clientes”, destaca Kenji Utsumi (foto), gerente do Grupo de Produtos da Basf. Segundo ele, a participação da empresa no setor agrícola brasileiro cresce a cada ano, com grandes investimentos. A nova linha de fungicidas pode ser aplicada no com-

bate a diversas doenças, entre elas as de difícil controle, como a requeima, as alternarias, os míldios e os oídios. Três deles, *Forum Plus*, *Polyram DF* e *Cabrio Top*, já possuem registro, e os demais, *Cantus*, *Acrobat MZ* e *Collis*, deverão ser registrados ainda este ano. “Hoje, o mais comum são os agricultores comprarem produtos específicos para poder controlar determinadas doenças. Com os novos fungicidas de alta tecnologia da Basf, nossa expectativa é passar a oferecer para o mercado o controle integrado das doenças, proporcionando aos produtores rurais mais qualidade para seus produtos e melhor rentabilidade”, afirma Utsumi.

ANOTE AÍ

Fortaleza/CE será sede da 49ª Reunião Anual da Sociedade Interamericana de Horticultura Tropical, que acontece de 31 de agosto a 5 de setembro. Com o tema Horticultura Tropical em Regiões Semi-Áridas, o evento vai reunir os segmentos interessados nas cadeias produtivas de fruticultura, olericultura e floricultura. Informações no telefone (85) 299-1847 ou site www.49isth.cbj.net

Acontece em Belo Horizonte/MG, de 2 a 5 de setembro, o 23º Congresso Brasileiro de Agronomia, que traz como tema central Agronomia: Sustentabilidade, Trabalho e Qualidade de Vida. Trata-se do maior congresso nacional na área, definido como um evento de resultados que irá propor a discussão de metas e estratégias de atuação. Informações no telefone (31) 3292-6344 ou no site www.smea.org.br



ULTRAPASSANDO LIMITES

Limites existem para serem superados. E é nas mais difíceis condições de trabalho, em que o máximo de um equipamento é exigido, que a Husqvarna mostra toda a sua força. Inovando e desenvolvendo avançadas tecnologias em produtos para corte.

São diversos modelos de motosserras, roçadeiras de alto desempenho, podadores, tratores e a linha Turf Care - equipamentos inéditos para corte de grama em áreas extensas.

Máquinas que contam com o suporte de mais de 700 assistências técnicas para atender, em qualquer lugar, os mais exigentes usuários. Afinal, superar limites é o nosso trabalho. E ultrapassá-los faz parte do dia-a-dia.

Husqvarna

www.husqvarna.com.br

Trator para produtores de **FRUTAS**

O trator TL55F da New Holland é ideal para as atividades dos produtores de frutas, como pulverização, utilização de roçadeiras e transporte. Criado a partir do Exitus, o novo modelo teve sua altura e largura reduzidas, para preservar flores e frutos durante o trabalho no pomar. O toldo sobre o operador foi eliminado e o escapamento modificado, colocado na parte inferior da máquina. Os pneus também foram trocados por modelos de dimensões menores. Outros dois conceitos estão presentes no TL55F: a funcionalidade proporcionada pela transmissão sincronizada e



Divulgação

o conforto do operador, oferecido pela ampla plataforma plana.

New Holland Latino-Americana — Av. Juscelino K. de Oliveira, 11.285, CEP 81450-000, Curitiba/PR. Fone (41) 341-7431.

Novidade no **MANUSEIO** de cargas



Divulgação

A Lança Guindaste fabricada pela Saur é aplicada no manuseio de big bags e cargas suspensas por cintas, correntes ou cabos de aço. Após minuciosos estudos realizados pelo departamento

de engenharia, este equipamento foi redimensionado para possuir maior altura de empilhamento, bem como mais avanço frontal, facilitando o empilhamento de contenedores flexíveis em modo pirâmide, utilizado principalmente por usinas de açúcar. Maior altura de empilhamento, menos mão-de-obra com maior produtividade, maior velocidade na operação e versatilidade, podendo operar em área livre, são algumas vantagens do equipamento.

Saur — Acesso a BR 285, km 01, Caixa Postal 15, CEP 98280-000, Panambi/RS. Fone (55) 3375-4122, fax (55) 3375-4444. Site: www.saur.com.br

Rendimento na **DISTRIBUIÇÃO** de insumos

O distribuidor de calcário e fertilizantes Hércules, produzido pela Stara Sfil Amazone, possui velocidade de trabalho de 12 km/h, jornada de trabalho de 12h/dia, largura de trabalho



Divulgação

de 36 metros e apresenta rendimento diário de 518,4 ha. O equipamento possui esteira de borracha autocentralizadora, que confere maior precisão na distribuição de produtos a pó e granulados, além de chapéu-chinês, que evita a formação de galerias, garantindo a uniformidade de produtos na esteira.

Stara Sfil S.A. Indústria de Implementos Agrícolas — Av. Stara, 519, Caixa Postal 53, CEP 99470-000, Não-Me-Toque/RS. Fone (54) 332-2800. Site: www.starafil.ind.br

MINIPIVÔ de alta performance

A Lindsay está colocando à disposição dos produtores brasileiros minipivôs para áreas com até 25 ha. O pivô Greenfield 4 oferece a mesma performance, economia de água do tradicional pivô, porém, atua em áreas menores com culturas de pequeno porte. O produto tem baixo consumo de energia, pois utiliza circuito de comando em 24 volts e motores em 90 vcc. Essa energia pode ser fornecida por bateria acoplada a carregador solar para áreas distantes e sem eletricidade. O minipivô pode ser utilizado em áreas com grama, alfafa, vegetais/hortaliças, haras e pasto.



Divulgação

Lindsay América do Sul — Rod. Antonio Leite de Oliveira, 555, Piedade/SP, CEP 18170-000. Fone (15) 3344-9340, fax (15) 3344-1381. Site: www.lindsay.com.br

UTILITÁRIO cabine dupla

A Matra, montadora nacional com fábrica em Ibaiti/PR, lançou a picape cabine dupla disponíveis nas opções chassi curto ou longo e nas versões 4x2 e 4x4. Trata-se de um veículo multiuso, com capacidade para cinco passageiros e 1,3 tonelada de carga útil, com ótima relação custo-benefício. O utilitário é indicado para aplicação rural (transporte de insumo agrícola, semente, ferramenta), como urbana. Ele é um veículo econômico, robusto, montado com componentes nacionais de excelente desempenho, além de custos de produção, manutenção e reposição reduzidos. O veículo chega ao mercado com garantia de um ano ou 20 mil km.



Divulgação

Matra Veículos do Brasil Ltda. — Rua Caravelas, 140, CEP 04012-060, São Paulo. Fone/fax (11) 5549-8416. Site: www.matraveiculos.com.br



Divulgação

Pery Francisco Sperotto Coelho
Presidente do Instituto Riograndense do Arroz (Irga)

ARROZ: em busca da auto-suficiência

A Granja — Por que a safra gaúcha teve uma queda superior a 15%? Quais os impactos desta frustração no bolso do produtor?

Pery Francisco Sperotto Coelho — Podemos afirmar por dois pontos fundamentais: primeiro porque o El Niño foi muito fraco, com chuvas excessivas no período de plantio. Além disso, foi verificado frio durante os meses de fevereiro e março.

A Granja — E a oferta menor tem valorizado as cotações?

Pery — O arroz constitui-se no principal alimento básico da dieta da população brasileira. Após três longas safras de preços deprimidos, ocorridos por uma superprodução nas safras de 1999/2000, os preços retornaram aos seus valores históricos, tanto para o consumidor como para o produtor.

A Granja — As importações para suprir a demanda nacional podem causar baixa dos preços?

Pery — As importações quando desnecessárias causam desestruturação e desemprego na cadeia produtiva do arroz. A reivindicação do setor é por uma Tarifa Externa Comum (TEC) adequada para que possamos buscar a auto-suficiência brasileira. Não podemos mais depender das importações, principalmente dos Estados Unidos, sendo estas, como todos sabemos, altamente subsidiadas. Em outubro o arroz dos Estados Unidos estava cotado a US\$ 92/t e em julho deste ano, US\$ 185/t. Será este o parceiro que o governo quer? A salvaguarda para buscarmos a auto-su-

ficiência é atendermos à demanda reprimida de consumo e fome, não só no Brasil como no resto do mundo. É fundamental que isso seja construído dentro da cadeia produtiva nacional do arroz.

A Granja — Qual a sua expectativa de importação em 2003?

Pery — A Conab contabilizou uma produção de 10,4 milhões de toneladas neste ano no Brasil e prevê uma importação de 1,5 milhão de toneladas, sendo que 900 mil virão do Mercosul. Já foram importadas de terceiros mercados 250 mil toneladas, fora o Mercosul. Sempre que ocorre uma alta, como ocorreu com o arroz, existe um período de acomodação. Esta retração foi verificada no Mercosul e no Centro-Oeste brasileiro, nos meses de abril e maio, portanto, temos arroz suficiente para atendermos ao abastecimento. Basta sabermos o estoque de passagem que queremos.

A Granja — Há expectativa de alta nos preços da entressafra, como ocorreu no ano passado?

Pery — Entendemos que, sendo o arroz um alimento básico, temos a responsabilidade de manter o mercado abastecido, para que possamos fortalecer as decisões da cadeia produtiva e planejarmos a futura safra junto com o governo federal. Não podemos ser imediatistas, temos de aproveitar o momento e negociar uma posição estável de preço, que atenda à demanda de janeiro a dezembro,

pois não podemos mais estar à mercê das oscilações dos preços. O arroz não se constitui numa *commodity*. Apenas 5% do arroz que é produzido no mundo é comercializado mundialmente.

A Granja — Existe algum temor de que a qualidade do arroz de terras altas, no Centro-Oeste, possa a vir impactar a produção irrigada gaúcha nos próximos anos?

Pery — Absolutamente não. A qualidade do arroz irrigado é muito superior à do arroz de sequeiro. Basta olharmos o mercado em que ambos atuam.

A Granja — Que ações o Irga está implementando para que a área na safra 2003/2004 não encolha? O Irga já tem uma perspectiva sobre o próximo plantio?

Pery — Estamos lançando o Programa Arroz-RS, que visa elevar a rentabilidade das lavouras de arroz irrigado, melhorando a qualidade de vida da comunidade arroseira para auxiliar no desenvolvimento da Metade Sul do Estado. Este programa visa aumentar a produtividade média da lavoura em uma tonelada por hectare num período de quatro anos, reduzindo os custos de produção, o impacto ambiental e melhorando a qualidade do produto. ■

Após três longas safras de preços deprimidos, as cotações retornaram aos seus valores históricos, tanto para o consumidor como para o produtor